



UNILA

Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA**

**POSICIONAMENTO BRASILEIRO NA AMÉRICA DO
SUL. IMPERIALISMO E SUBIMPERIALISMO NA NOVA
REPÚBLICA (1990-2016)**

RODRIGO DE PAULA ABI-RAMIA

Foz do Iguaçu
4 de Março de 2020



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA**

**POSICIONAMENTO BRASILEIRO NA AMÉRICA DO
SUL. IMPERIALISMO E SUBIMPERIALISMO NA NOVA
REPÚBLICA (1990-2016)**

RODRIGO DE PAULA ABI-RAMIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Corrêa Prado

Foz do Iguaçu
4 de Março de 2020

Catálogo elaborado pela Biblioteca Latino-Americana
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

A148p

Abi-Ramia, Rodrigo de Paula.

Posicionamento Brasileiro na América do Sul. Imperialismo e Subimperialismo na Nova República (1990-2016) / Rodrigo de Paula Abi Ramia. - Foz do Iguaçu, 2020.

136 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina.

Orientador: Fernando Corrêa Prado.

1. Imperialismo - Brasil - América do Sul. 2. Neoliberalismo. 3. Economia Política - 1990 - 2016. I. Prado, Fernando Corrêa, Orient. II. Título.

CDU: 327.2(8)

RODRIGO DE PAULA ABI-RAMIA

**POSICIONAMENTO BRASILEIRO NA AMÉRICA DO SUL. IMPERIALISMO E
SUBIMPERIALISMO NA NOVA REPÚBLICA (1990-2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Fernando Corrêa Prado
UNILA

Profa. Dra. Máira Machado Bichir
UNILA

Profa. Dra. Marina Machado de Magalhães Gouvêa
UFRJ

Profa. Dra. Virgínia Fontes
UFF

Foz do Iguaçu 4 de Março 2020.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a tantas pessoas que fizeram parte da escrita deste trabalho com maior ou menor participação, mas de forma igualmente essencial e que dificilmente caberiam nesse espaço. Estes agradecimentos tampouco fazem jus à importância que tiveram e ainda tem na confecção deste trabalho bem como na minha vida.

Não poderia deixar de agradecer aqui aos amigos que fiz em Foz e que fizeram este tempo na cidade passar de forma mais agradável e rápida. Também à UNILA que me apresentou tantas novidades e maneiras do que uma universidade pode ser, diferente do que eu conhecia, e me forneceu o financiamento essencial para este trabalho. Que sua forma inovadora de ser resista aos ataques que vem sofrendo. Sairemos maiores! Aqueles que nos atacam demonstram todo dia sua pequenez.

À Hannah, de quem tive o prazer de seguir os passos que me levaram até a UNILA e de morar junto. Dividimos tantos momentos bons e ruins e fico feliz em ver quanto fui influenciado pela nossa convivência desde a construção inicial deste trabalho. Soma-se à lista de grandes mulheres que fizeram e ainda fazem parte da minha jornada.

À minha mãe que não posso deixar de agradecer todos os dias pelo apoio que sempre me dá e me deu mesmo à distância. Seu jeito tão espontâneo é um sopro de alegria em qualquer momento e ambiente. Somos sortudos de conviver com você.

Também agradeço a meu pai, meus irmãos e minha família tão grande e tão próxima que me ajudam todo dia a seguir em frente e me trazem tanta alegria quando estamos juntos. Sua participação foi essencial na minha criação e formação como ser humano. Nesse momento de despreço pela educação uma família com tantos professores como a nossa é também uma forma de resistência. Por mais famílias como as nossas e mais professores como vocês.

Enfim agradeço ao meu grande amor, Diogo, que dividiu comigo o peso da distância nesses dois anos que ficamos longe, sozinho eu não teria conseguido. Nosso amor é meu refúgio de sanidade na loucura cotidiana que nos cerca e sem você nada disso seria possível.

À todos vocês meus mais sinceros agradecimentos!

Resumo

O trabalho se dedica à tarefa de analisar as relações entre Brasil e América do Sul de 1990 a 2016, e o posicionamento brasileiro no sistema mundial capitalista a partir de visões contemporâneas das teorias do Imperialismo e do Subimperialismo. Embasado num debate que renasce em torno destes conceitos, nos dedicamos a compreender o papel do país no capitalismo contemporâneo a partir das modificações ocorridas no período neoliberal que inviabilizam a simples aplicação de visões fundamentadas anteriormente a este processo. Assim, mapeamos as categorias essenciais das teorias em que alicerçamos esta análise desde os debates clássicos encabeçados pelas obras de Lênin e Marini, bem como novas perspectivas brasileiras e latino-americanas que renovam e ampliam hoje os debates anteriores. Percebendo que o neoliberalismo modifica as bases da inserção internacional brasileira e as estruturas políticas e econômicas sul-americanas buscamos compreender os métodos de expansionismo brasileiro com o fim da ditadura militar no país. O padrão neoliberal que ganha força na década de 1990 põe em questão a validade e remanescência da perspectiva Subimperialista e suas categorias nas relações político-econômicas na América do Sul que consideramos *de facto* assimétricas, por outro lado, a partir dos anos 2000 com os governos progressistas se percebe uma retomada dos estudos sobre o expansionismo brasileiro sob a ótica do subimperialismo. Assim buscamos compreender o expansionismo do país a partir de bases mais amplas e estruturais que marcam o capitalismo brasileiro em sua fase neoliberal e conseqüentemente seu expansionismo no continente sul-americano desde a chegada deste modelo na região. Intentamos, enfim, perceber traços da expansão do capital brasileiro e de seu anteparo político estatal a partir dos anos 1990, buscando as características que se mantêm presentes estruturalmente apesar de diferentes visões políticas dos governantes que lideraram o país e a região neste amplo período.

Palavras-chave: Imperialismo; Subimperialismo; Expansionismo; Economia Política; América do Sul

Resumen

El trabajo está dedicado a la tarea de analizar las relaciones entre Brasil y América del Sur desde 1990 hasta 2016, y la posición brasileña en el sistema capitalista mundial basada en puntos de vista contemporáneos de las teorías del imperialismo y del subimperialismo. Con base en un debate que renace en torno a estos conceptos, nos dedicamos a comprender el papel del país en el capitalismo contemporáneo, a partir de los cambios que ocurrieron en el período neoliberal que hacen que la simple aplicación de visiones fundamentadas antes de este proceso sea inviable. Así, mapeamos las categorías esenciales de las teorías en las que basamos este análisis a partir de los debates clásicos liderados por los trabajos de Lenin y Marini, así como las nuevas perspectivas brasileñas y latinoamericanas que renuevan y expanden hoy los debates anteriores. Al darnos cuenta de que el neoliberalismo cambia las bases de la inserción internacional brasileña y las estructuras políticas y económicas sudamericanas, buscamos comprender los métodos del expansionismo brasileño con el fin de la dictadura militar en el país. El patrón neoliberal que ganó fuerza en la década de 1990 pone en cuestión la validez y la continuidad de la perspectiva subimperialista y sus categorías en las relaciones político-económicas en América del Sur que consideramos de hecho asimétricas, por otra parte, desde la década de 2000 con los gobiernos llamados progresistas se percibe un renacimiento de los estudios sobre el expansionismo brasileño desde la perspectiva del subimperialismo. Por lo tanto, buscamos comprender el expansionismo del país desde bases más amplias y estructurales que marcan al capitalismo brasileño en su fase neoliberal y, en consecuencia, su expansionismo en el continente sudamericano desde la llegada de este modelo a la región. Finalmente, pretendemos percibir rastros de la expansión de la capital brasileña y su escudo político estatal desde la década de 1990, buscando las características que permanecen estructuralmente presentes a pesar de las diferentes opiniones políticas de los que lideraron el país y la región en este amplio período.

Palabras-clave: Imperialismo; Subimperialismo; Expansionismo; Economía Política; América del Sur

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Participação da Indústria de Transformação no PIB brasileiro (1947 - 2016) (%)	83
Gráfico 2 – Investimento público no Brasil em % do PIB	85
Gráfico 3 – Consumo final das famílias (índice encadeado - dessaz. - média 1995 = 100)	86
Gráfico 4 – Produção e Exportação de Autoveículos em Unidades	87
Gráfico 5 – Exportações brasileiras por níveis tecnológicos (em bilhões de dólares)	88
Gráfico 6 – Intensidade tecnológica do comércio brasileiro com a América do Sul para o ano de 1990	100
Gráfico 7 – Intensidade tecnológica do comércio brasileiro com a América do Sul para o ano de 2000	100
Gráfico 8 – Intensidade tecnológica do comércio brasileiro com a América do Sul para o ano de 2016	101
Gráfico 9 – Investimento direto do Brasil no exterior (em US\$ bilhões)	103

Lista de tabelas

Tabela 1 – Fluxo de Investimento Direto no Brasil	93
Tabela 2 – Comércio exterior; Empresas Estrangeiras x Nacionais	95
Tabela 3 – Comércio exterior das Empresas estrangeiras por regiões - 1997 . .	99
Tabela 4 – Indicadores de Internacionalização	102

Lista de abreviaturas e siglas

AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAN	Controller Area Network
CASA	Comunidade Sul-Americana de Nações
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CSN	Cia. Siderúrgica Nacional
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
NAFTA	Acordo de Livre-Comércio da América do Norte
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Sumário

	Introdução	12
1	Imperialismo	16
1.1	Controvérsia Clássica e o Imperialismo em Disputa.	17
1.2	Aprofundamentos da perspectiva de Lênin	26
1.2.1	Monopólios	28
1.2.2	Transferências de valor	29
1.3	Lei de Valor como Base do Imperialismo	32
1.3.1	Formas de manifestação das Transferências de Valor (e por consequente do Imperialismo)	35
1.3.1.1	Troca desigual	35
1.3.1.2	Investimentos	36
1.3.1.3	Expropriações	38
1.4	Debate Contemporâneo	39
1.5	Financeirização da Economia Global e o Imperialismo Contemporâneo	44
1.6	Capital-Imperialismo	51
2	Brasil na América do Sul	58
2.1	Subimperialismo	58
2.1.1	Países tipo A e B	61
2.1.2	Ascensão subimperialista	63
2.1.3	Superexploração	69
2.1.4	Categorias Geopolíticas do Subimperialismo	70
2.1.4.1	Cooperação antagônica	70
2.1.4.2	Hegemonia Regional	74
2.2	Brasil no capital-imperialismo	76
3	Novo Padrão Econômico: o expansionismo brasileiro a partir do neoliberalismo.	82
3.1	Algumas tendências do neoliberalismo na economia brasileira.	83
3.2	Subimperialismo na contemporaneidade?	88
3.3	Financeirização e reprimarização	91
3.4	Investimento Estrangeiro, Monopolização e Divisão do Trabalho.	92
3.4.1	Investimento Estrangeiro e Monopolização	92
3.4.1.1	Sistema Financeiro brasileiro (concentração e expansão nos anos 1990)	96
3.4.2	Divisão do Trabalho	98
3.5	Transnacionalização	101

3.6	Integração Regional e o papel do Brasil	106
3.6.1	Presença e interesses da diplomacia brasileira na criação da América do Sul e do Mercosul como áreas de integração preferencial.	108
3.6.2	Os importantes vetores de integração sul-americana nos anos 2000 e as diferentes posturas do Brasil no Banco do Sul, Unasul e CDS.	112
	Considerações Finais	121
	Referências	132

Introdução

A derrocada da União Soviética no começo dos anos 1990 encerra a estrutura bipolar que regia as relações internacionais desde o fim da Segunda Guerra Mundial e desarticula o principal contraponto existente ao capitalismo. A vitória do modelo liberal do ocidente criou as condições para uma reorganização ampla do sistema capitalista, que já vinha sendo gestada desde a década de 1970, e que ficou conhecida como neoliberalismo. Similarmente as estruturas globais de poder vieram desde então passando por uma reorganização. Buscou-se sob novas bases a manutenção do poderio norte-americano e a reprodução do sistema imperialista que adquiriu novas características ao mesmo tempo que exasperou tantas outras. Dessa forma a década de 1990 fica marcada por uma perspectiva de fim da história conforme proposto por Fukuyama e de inevitabilidade da globalização neoliberal. No conhecido mote de Margareth Thatcher: *there is no alternative*.

Na virada para o século XXI cresce a participação política e econômica de atores fora do núcleo tradicional de potências capitalistas, formado pela tríade (como ficou conhecida a aliança entre Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão). Cria-se uma perspectiva possível de hegemonia compartilhada, ou maior participação destes novos *global players*, dentre os quais se destacam aqueles que ficaram conhecidos como BRICS (Brasil, Rússia Índia, China e África do Sul). Nas chamadas potências emergentes percebe-se o surgimento de um crítica (em maior ou menor escala) ao modelo neoliberal de globalização ainda que não exista de fato um embate aberto a este modelo. Entrou em pauta uma redistribuição de poder e melhor representatividade no aparato institucional mundial, um projeto que buscava reformas acima de conflitos. No caso do Brasil o discurso reformista foi muitas vezes catapultado por um discurso de representante dos interesses da América do Sul, que se veio construindo desde o fim da ditadura militar. O país, que tem dimensões incomparáveis com o resto da região, sempre buscou se colocar como líder natural e, ao mesmo tempo evitar a pecha de imperialista.

O entendimento da América do Sul como área de relacionamento preferencial do Brasil se fortalece nos anos 1990, ainda sob viés neoliberal. Promovem-se nesta década uma série de iniciativas voltadas à integração comercial, que começam a descolar-se de uma perspectiva de integração latino-americana, focando-se na construção de um espaço integrado na América do Sul. O esforço integracionista se mantém e amplia a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores (2003 – 2016), onde se buscou manter relações amistosas no continente e aprofundar os processos para além de um caráter comercial. Neste período (1990 - 2016) são criados o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional da Sul-Americana (IIRSA), entre outras instituições, que formam parte importante de um possível projeto comum de desenvolvimento para

a região encabeçado pelo Brasil.

Acreditamos que esses processos tornam necessária uma análise mais aprofundada sobre as relações entre o Brasil e a América do Sul, bem como a posição brasileira no cenário global. Percebemos que as mudanças no imperialismo desde a década de 1990 fizeram multiplicar os estudos acerca deste sistema, e a maior participação brasileira no cenário mundial (muitas vezes amparado por um discurso de liderança regional) colocam em pauta que tipo de relacionamento vem sendo gestado na economia política sul-americana ao longo destes anos.

Entre as propostas que historicamente buscaram compreender esta relação estão as que conformaram a chamada teoria marxista da dependência. Entre aqueles que se inseriram neste debate estão Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos entre outros. Esses autores seguiram por diferentes interpretações e buscaram compreender o posicionamento global da América Latina no capitalismo, bem como a posição brasileira no continente. Dentro da controvérsia da dependência, em sua apreensão marxista, na obra de Ruy Mauro Marini surgiu o conceito do subimperialismo brasileiro que buscava definir o papel do Brasil, como uma potência intermediária com atuação política e econômica internacional. Partia assim do debate pioneiro que se deu no fim do século XIX acerca do imperialismo, que se desenvolveu principalmente no pensamento marxista representado nos debates da Segunda Internacional. O que se busca apontar é que a posição subimperialista existe no país por ser este uma potência intermediária, porém, não apenas por isso. A importância destes estudos é inegável, porém, foram inaugurados na década de 1960, num cenário significativamente distinto daquele observado a partir dos anos 1990.

Percebemos que os primeiros estudos acerca do subimperialismo brasileiro, ou de um expansionismo do país em diferentes termos, surgem na década de 1960, buscando explicar as dinâmicas apresentadas no capitalismo latino-americano a partir da ascensão dos regimes militares e de uma política expansionista por parte do Brasil. Por outro lado, estes estudos parecem ressurgir com força a partir dos anos 2000 com a ascensão do governo Lula da Silva (2003-2010), buscando identificar semelhanças do período estudado por Marini como a internacionalização de empresas brasileiras com o anteparo do Estado. Contudo, nos parece pouco explorada a temática deste expansionismo (ou assimetria ou subimperialismo) na década de 1990. Se entendemos (ou buscamos entender), o posicionamento brasileiro a partir de características estruturantes que se mantêm presentes como pautadoras da ordem político-econômica sul-americana, a década de 1990 deve ser incluída nesta análise. Não encaramos essas relações como fixas ou imutáveis, mas acreditamos ser possível identificar traços constantes, surgidos de um posicionamento intermediário do Brasil no sistema mundial, e a importância que a América do Sul apresenta em termos discursivos e de economia política para a consolidação de uma posição global brasileira, além do próprio processo de reprodução e acumulação do capital sediado no país.

Ressaltamos então a importância da análise das relações entre Brasil e América do Sul nas décadas especificadas, bem como da retomada de perspectivas acerca do imperialismo e subimperialismo. A multiplicação de trabalhos recentes na *intelligentsia* latino-americana ilustra a renovada preocupação em explicar as relações no continente conforme se renovam as dinâmicas do capitalismo global. Estudos buscam compreender os termos do processo integracionista diante das nítidas assimetrias que se mantêm e como este processo se relaciona com o papel global buscado pelo Brasil. Crescem também as análises acerca das desigualdades regionais e de uma divisão do trabalho na América do Sul, que teria o Brasil como centro. A atuação cada vez mais internacional de empresas brasileiras (muitas vezes de forma predatória) em busca de recursos naturais ou mercado consumidor suscita essas novas interpretações. Por outro lado ressaltamos ainda a necessidade de se analisar mais profundamente essas relações durante a década de 1990 como geradora de muitas das dinâmicas que se mantiveram na década posterior. Buscamos assim entender não as diferenças de uma década para a outra, mas justamente aquilo que se mantém, no intuito de apontar traços que marcam estruturalmente as relações na região, gestados a partir da condição brasileira de potência intermediária, se esta condição se mantém, outras características devem se manter como seus limiares definidores.

Com o renascimento deste debate acreditamos ser de grande importância a análise do período de 1990 a 2016, já que este marco temporal foge daquele analisado na maioria dos estudos e uma série de modificações no capitalismo global colocam em questão as determinantes estudadas desde a época de Marini. A partir de propostas que buscam definir essas relações assimétricas na atualidade chegamos ao objetivo central que é analisar em que termos se dão as relações atuais entre Brasil e América do Sul e o papel do Brasil não só na região, mas no capitalismo global. Para isso buscamos utilizar o aparato teórico legado por teorias fundamentadas em outros períodos para a análise das relações entre Brasil e América do Sul a partir dos anos 1990, configuradas em um novo formato de capitalismo, crescentemente financeirizado. Além disso buscamos identificar os traços do expansionismo brasileiro desde a década de 1990 em seu novo formato neoliberal, buscando uma percepção mais ampla e estrutural desde fenômeno mais percebido na década de 2000.

Este trabalho divide-se em três capítulos, sendo o primeiro dedicado a estabelecer o panorama do debate que renasce acerca do imperialismo. A partir da revisão de obras contemporâneas e brasileiras buscamos apontar o renascimento desta discussão e a crescente preocupação acerca da temática. O recorte do debate buscou apresentar visões atuais e que dialogam com a teoria da dependência (concordando ou não com esta visão) inserindo-se na temática do trabalho. Entre os trabalhos revisados neste capítulo destacam-se uma série de teses doutorais (brasileiras e recentes) que são maioria, mas não a totalidade das obras apresentadas. Essas visões remontam a teorias pioneiras buscando complementar e atualizar variáveis essenci-

ais de acordo com as dinâmicas atuais do capitalismo e do imperialismo. Também neste capítulo apresentamos categorias essenciais que nos ajudam a compreender a posição brasileira no capitalismo global e o debate atual acerca do imperialismo agregando suas mais novas tendências. Assim buscamos compreender em que termos se renovam as estruturas capitalistas na atualidade e como se reconstrói o imperialismo a partir da renovação neoliberal. Esse capítulo identifica um debate que renasce, mas que remonta às teorias pioneiras do imperialismo. Não nos propomos a analisar o debate pioneiro, mas sim entender em que termos este debate vem sendo tratado por aqueles que se propõe a revisar esses autores atualmente. Assim nossa perspectiva é a partir do debate contemporâneo do imperialismo.

O segundo capítulo busca aprofundar algumas visões mais específicas acerca do papel brasileiro no capitalismo, aterrissando em visões que tratam mais especificamente da relação entre Brasil e América do Sul. A primeira proposta, a do Subimperialismo, requer uma digressão e um retorno histórico de modo a compreender suas bases teóricas fundacionais. Apresentamos o panorama político-econômico em que se gesta o conceito e como se comunica com as dinâmicas ocorridas quando de sua fundamentação por Ruy Mauro Marini. A partir deste panorama podemos apresentar então as atualizações possíveis dentro desta perspectiva que vem sendo buscadas no intuito de explicar a posição brasileira na atualidade das relações internacionais. Apresentamos assim as categorias essenciais ao subimperialismo desde sua fundamentação, bem como uma visão mais atual. Apontamos ainda outras categorizações possíveis do papel brasileiro presente na abordagem dos países de tipos A, B e C, segundo a proposta de Vânia Bambirra, que está em consonância à visão de Marini, porém, numa análise mais ampla. Segue-se a visão do Capital-Imperialismo que foi tratado também no primeiro capítulo. Primeiramente tratado em sua abordagem do sistema mundial capital-imperialista esse conceito retorna agora buscando explicar o papel brasileiro nesta totalidade e em sua relação com a região. Essas visões a partir de diferentes interpretações da realidade global e regional prestam um importante auxílio ao entendimento do imperialismo e do papel brasileiro neste sistema.

Finalmente o terceiro capítulo se dedica a uma análise de dados, que são relacionados com as variáveis determinadas anteriormente para o entendimento das assimetrias presentes nas relações Brasil - América do Sul no período de 1990 - 2016. Neste capítulo buscaremos compreender como se comportaram estas variáveis no período determinado desta análise e interpretar esses dados de acordo com a base teórica construída anteriormente. Analisando então os dados referentes à economia política contemporânea na América do Sul, de forma a compreender as relações no período especificado a partir das teorias apresentadas.

1 Imperialismo

O debate do imperialismo nasce no fim do século XIX, com a percepção de que o capitalismo vinha passando por modificações, marcadas principalmente pela concentração e centralização do capital, o novo papel dos bancos com a ascensão do capital financeiro e o crescimento de tensões entre as grandes potências europeias. Em uma série de estudos e perspectivas diferentes se passou a perceber que este sistema vinha tomando o lugar da livre-concorrência, modelo hegemônico até pelo menos a década de 1870. Surge assim a primeira fase de estudos da temática, girando principalmente em torno do que definiria o Imperialismo e se surgia como uma nova política ou fase do sistema econômico. Dentro e fora da academia e de partidos políticos este conceito enriqueceu e foi enriquecido em um amplo debate público. Deixando claro a expressiva importância destes estudos clássicos destacamos seu distanciamento histórico da atualidade, fato que nos impele a tratá-los aqui indiretamente (por embasarem todo o debate) e a utilizar visões mais atuais e locais como centro deste capítulo. Novas e múltiplas visões do sistema mundial atual permitirão a delimitação do posicionamento brasileiro no mundo e na América do Sul e as dinâmicas globais que pautam essas relações. Nossa análise centra-se assim em perspectivas brasileiras e atuais que buscam explicar essa nova realidade, marcada pela crescente financeirização econômica, reprimarização da pauta exportadora latino-americana e tensionamento do cenário político internacional. A partir principalmente de teses doutorais buscamos delimitar um panorama deste debate não intencionando englobar todas as perspectivas. Não nos propomos aqui a esgotar o debate ou apresentá-lo como um todo, tendo em vista a amplitude da temática. Buscando consolidar um panorama contemporâneo não apresentamos aqui as obras pioneiras do imperialismo, mas obras atuais que tratam delas, de forma a partir de um debate já atualizado e localizado em torno da temática maior deste trabalho.

Se as propostas pioneiras do imperialismo nasceram no fim do século XIX da percepção de mudanças no sistema capitalista, hoje o debate renasce justamente buscando explicar os novos processos que surgem e se consolidam no capitalismo, agora em sua fase neoliberal. Seguindo anos de escassos estudos o tema do imperialismo retorna, após a queda da URSS, enquanto temática acadêmico-teórica mas também como bandeira de luta popular, buscando entender o mundo pós-Guerra Fria e as maneiras possíveis de resistência ao capitalismo renovado. Com a exasperação da posição unilateral norte-americana a partir de 2001 (com o atentado terrorista em Nova Iorque e o surgimento da Guerra ao Terror) nota-se uma crescente utilização deste aparato teórico para o entendimento da nova realidade global (CORRÊA, 2012, p. 165 - 166). Enfim, este debate tem suas bases em fins do século XIX, mas se mostra extremamente atual e dotado de notável capacidade explicativa, conforme re-crudesce a dominação imperialista e crescem as formas de dominação baseadas

na coerção. Nota-se o retorno contemporâneo e a ampla utilização das obras pioneiras para o entendimento da realidade moderna, ainda que a partir de atualizações, aprofundamentos ou correções. A contemporaneidade internacional exhibe um visível esgotamento de formas de dominação baseadas no convencimento como resultado, em nossa perspectiva, de crise estrutural capitalista. Tal crise e a resposta imperialista em forma de crescente tensionamento unilateral global parecem tornar este sistema tanto mais ameaçador quanto mais ameaçado.

1.1 Controvérsia Clássica e o Imperialismo em Disputa.

Optamos por iniciar o debate teórico com as visões de Hugo Corrêa e Marina Gouvêa, por acreditarmos que apresentam uma perspectiva ampla acerca da polêmica do imperialismo clássico, servindo de apresentação ao debate. O primeiro analisa tanto as teorias clássicas ou pioneiras do imperialismo quanto as contemporâneas, bem como as modificações no capitalismo global que tornaram necessária a renovação das teorias explicativas deste sistema, motivo pelo qual será retomado posteriormente. Gouvêa, por outro lado, nos apresenta uma importante apreensão da disputa política no seio do marxismo do início do Século XX, que embasou as diferentes concepções do imperialismo presentes na polêmica clássica. A partir principalmente das questões levantadas dentro dos debates da II Internacional¹ (1889-1916) percebem-se as raízes das teorias que surgiram então. Buscando entender as novidades que se apresentavam em sua contemporaneidade esse debate deságua na concepção do imperialismo, partindo da concentração da economia com a nova figura do capital financeiro e as crescentes tensões globais. Desde diferentes pontos os autores clássicos chegaram a diferentes conclusões e definições acerca do Imperialismo. Gouvêa buscou apreender aquilo que seria, para cada autor, os traços principais, a essência, e a origem temporal do imperialismo. Na próxima seção poderemos nos aprofundar, também a partir da análise da autora, na concepção de Lênin, e melhor compreender determinadas categorias utilizadas pelo autor.

Enquanto categorias essenciais para o entendimento do imperialismo destacamos que as definições de capital financeiro e dos monopólios se deram a partir de um debate amplo, e não como uma perspectiva única. O próprio imperialismo surge a partir de um debate que perdura até a atualidade pela sua definição. Seguindo esta lógica Gouvêa nos apresenta algumas divergências entre os principais pensadores clássicos acerca dos conceitos e categorias que embasariam este sistema, destacando

¹ A Segunda Internacional, também chamada Internacional Socialista surge como iniciativa de retomada de uma representação trabalhista internacional, que havia sido perdida com a extinção da Associação Internacional do Trabalho (AIT), ou Primeira Internacional na década de 1870. A Internacional Socialista chega a sua derrocada quando da Primeira Guerra Mundial e do apoio de representantes social-democratas aos créditos de guerra, contrariando as resoluções acordadas na Internacional. Em 1915 encontram-se em Zimmerwald os representantes ligados à Internacional que se colocavam contra o conflito, propondo enfim sua superação.

que essas diferenças “não são fortuitas e que refletem em muitos casos posições políticas muitíssimo divergentes e por vezes antagônicas” (GOUVÊA, 2012, p. 116). Inúmeras visões apontam o capital financeiro e a figura dos monopólios como fatores definidores do imperialismo, sendo categorias centrais, por exemplo, na perspectiva de Lênin. Contudo, nem todos os autores seguiam este entendimento. Muitos buscaram nas tensões coloniais seus fundamentos, outros não o entendiam como fase do capitalismo, e sim uma política específica. Ademais as diferentes perspectivas viam diferentes momentos de origem deste novo sistema.

Este debate amplo não se iniciou ou limitou à vertente marxista, todavia foi entre estes pensadores que mais se enriqueceu e se aprofundou. A controvérsia inicial se centraria entre os debates da questão nacional/colonial e em torno do capital financeiro, travados nas reuniões da Segunda Internacional. Diferentes autores se baseavam em um ou outro para embasar sua visão do imperialismo, isto é, alguns percebiam o cerne deste sistema nas tensões coloniais e outros na concentração capitalista e surgimento do capital financeiro (GOUVÊA, 2012). Esses conceitos influem no sentido pensado para o termo, e pautam o debate por serem questões que marcavam o capitalismo e se faziam perceptíveis na realidade concreta, ebulindo no pensamento marxista do início do século XX. Ambos debates ocuparam lugar de destaque na Internacional Socialista (Segunda Internacional) onde se buscava compreender as novidades do capitalismo, além da melhor maneira do movimento socialista enfrentar este sistema agora repaginado. Buscava-se analisar o sistema capitalista como havia feito Marx anos antes, utilizando-se ainda das categorias legadas pela obra deste autor agregando, contudo, os diferentes (e novos) fenômenos que o alemão não havia vivenciado e que se tornavam marcas do capitalismo.

Na visão de Corrêa podemos definir como “linha principal” as perspectivas de Lênin e Bukhárin, por terem se tornado as mais difundidas dentro da discussão e consideradas as mais corretas. Essas teorias, contudo, não foram as primeiras a versar sobre o imperialismo, tendo como suas bases os estudos de Hobson e Hilferding. Kautsky e Luxemburgo seriam os pontos fora desta linha apresentando percepções diferenciadas e buscando a partir de outras bases as explicações para o fenômeno. Enquanto a teoria de Kautsky dialoga diretamente com a “linha principal”, sendo por ela rejeitada, a visão de Luxemburgo “adota um ponto de partida radicalmente diverso dos anteriores para tentar defender que o imperialismo é um fenômeno inerente ao modo de produção capitalista” (CORRÊA, 2012, p. 63). Outras categorizações podem ser feitas entre estes autores, como a diferenciação entre aqueles que entendem o imperialismo como fase do capitalismo e os que o entendem enquanto política. Também podem ser diferenciados em relação à origem temporal, ou quanto àquilo que seria sua essência. Para Gouvêa uma importante diferenciação é em relação aos debates da II Internacional, como já apontado, onde se percebe alguns autores mais influenciados pelo debate nacional/colonial, e outros pela polêmica do capital

financeiro.

A visão de John Hobson é considerada por muitos como a estrepante do debate sobre o imperialismo², tendo sido o autor o primeiro a buscar compreender cientificamente o conceito que se fazia presente na realidade europeia (e mundial) de então. Ainda que tenha influenciado uma série de estudos e debates posteriores e inaugurado uma discussão que se desenvolveu principalmente dentro do marxismo o autor não pode ser encaixado nesta linha. Hobson baseia sua teoria numa perspectiva subconsumista, entendendo que o imperialismo se daria por conta da extremada concentração de recursos nas economias centrais. Esses recursos, se fossem reaplicados no setor industrial nestas mesmas economias não encontrariam um consumo necessário para manter as taxas de lucro, uma vez que a produção cresceria em escala superior à possibilidade de consumo. Precisariam assim da abertura de novos mercados (por meio do Estado) para sua reaplicação e a manutenção de sua expansão lucrativa. O autor tinha uma crítica ao imperialismo inglês sob uma perspectiva que poderíamos chamar de “progressista” e apontava que o Imperialismo não traria benefícios reais para a nação na totalidade, mas sim para uma pequena parcela de financistas/*rentier*. Esse grupo por sua vez seria bem organizado e poderoso o suficiente para dominar a opinião pública e o próprio governo através de mecanismos como a propriedade da grande imprensa. Esses atores, por meio do domínio do Estado, lançariam mão do imperialismo com financiamento público para ampliar suas perspectivas de investimentos rentáveis ao redor do mundo, e colher sozinhos seus benefícios. O imperialismo seria então uma política exercida pelo Estado, que estava dominado primordialmente pela classe financeira, em busca da abertura de novos mercados globalmente, contudo, ele não seria obrigatório nem inevitável. Ainda que fosse um fenômeno político, nascia de uma dinâmica econômica, a concentração e entrelaçamento de capitais bancários e industriais nas economias centrais. Em sua concepção o aparato estatal poderia ser tomado pela população através do exercício democrático e de melhores instituições, possibilitando enfim a reversão da política imperialista (CORRÊA, 2012).

Hobson entendia que a superação do imperialismo dependia de uma democracia realmente funcionante. Por outro lado, a medida singular mais importante a ser tomada pelo Estado seria a redistribuição de renda, como forma de minar as bases da política imperialista, constituídas a partir da relativa falta de consumo (CORRÊA, 2012, p. 68).

Gouvêa nos aponta que a concepção de Hobson está mais ligada ao debate nacional/colonial. Em sua visão o imperialismo seria uma espécie de colonização má, contraposta à possibilidade de uma boa colonização. Sua tese gira em torno da oposição do “nacionalismo genuíno” (que levaria ao internacionalismo, como fraternidade

² Corrêa (2012, p.51) por exemplo aponta a obra *Imperialismo: um estudo* do inglês como a obra pioneira deste debate ressaltando que a “palavra imperialismo já era recorrente nos debates políticos quando, em 1902, John A. Hobson (2005) publicou aquela que é considerada a obra seminal sobre o assunto, ou ao menos seu primeiro estudo sistemático”.

entre as nações) e ‘nacionalismo perverso’ (o imperialismo)” (GOUVÊA, 2012, p. 119). O autor perpassa uma análise acerca das mudanças econômicas do capitalismo de seu tempo embasando muitos dos pensadores marxistas que se dedicaram ao assunto e relaciona o imperialismo à política colonial dos países industrializados em disputa. O imperialismo surgiria desde que se constitui a grande indústria capitalista em uma série de outras nações, além da Inglaterra, que passam a disputar mercados para escoar a produção nacional. Essa busca cria concorrência ao projeto colonial inglês que até então era a única potência industrial. Enfim o imperialismo seria uma política que, contudo, tinha suas raízes nos processos econômicos ocorridos, que levaram à ascensão de grandes conglomerados, que reuniam capitais industriais e bancários e concentravam grande poder político. Como consequência percebe-se um recrudescimento da política internacional, que vai ser o campo de disputa das potências industriais por influência global, representando os interesses expansionistas destes conglomerados financeiros. O autor não aponta essa nova política como algo inerente ao capitalismo, mas sim como uma política não virtuosa que poderia ser modificada a partir de uma ocupação do aparato estatal e um sistema democrático mais inclusivo.

Rudolf Hilferding, que também conforma uma das bases da linha principal do pensamento acerca do Imperialismo, busca embasar sua teoria numa perspectiva marxista. Em sua obra *O Capital financeiro*³ (1910) apresenta uma percepção como a de Hobson de que as economias vinham se concentrando e centralizando em poucos e grandes monopólios, que nascem da livre concorrência e a subvertem. Esses conglomerados econômicos surgem com o entrelaçamento dos setores bancário e industrial (já percebido também por Hobson) e acabam subvertendo o sistema livre concorrencial presente anteriormente já que apresentam enorme poder de manipular preços e dominar mercados. Sua produtividade muito maior, resultado de uma composição orgânica maior do capital, faz com que a escala de acumulação necessária para a entrada em determinados setores seja crescente e impeça cada vez mais capitais de concorrer nestes mercados concentrados. “O ponto de partida para se compreender a política imperialista era o processo de formação de trustes e cartéis e a limitação da concorrência” (CORRÊA, 2012, p. 68). Esse novo modelo, percebe Hilferding acaba por sobrepor-se a livre concorrência e incentivar o protecionismo, não apenas naqueles países que buscavam proteger a indústria nascente. Nos países de indústria mais desenvolvida os monopólios passaram a se utilizar do protecionismo para conseguir lucros extraordinários em seus mercados internos, permitidos pelas altas taxas alfandegárias. Todavia o protecionismo afetaria suas exportações de mercadorias quando se tornasse uma prática comum globalmente. A isso teriam respondido adaptando

³ Hilferding e os outros autores apresentados neste tópico publicaram suas visões do imperialismo não apenas nos livros expostos, mas sim numa série de artigos e textos de debate público, bem como panfletos e livretos dedicados à divulgação ampla. As obras que apresentamos aqui são aquelas tidas como obras principais de cada um, onde se esquematizam ou sintetizam suas teorias do imperialismo.

suas exportações para as de capitais, escapando assim das barreiras alfandegárias estabelecidas sob seus produtos a partir da valorização do capital alhures. O autor tem um importante papel na definição do conceito de “capital financeiro” utilizado por diversas outras análises, que “evidencia justamente a estreita relação [...] entre os capitais industrial (produtivo) e bancário, a qual é estabelecida como traço distintivo de uma nova fase do desenvolvimento capitalista” (CORRÊA, 2012, p. 72). Ainda que se deva notar que em sua concepção o capital bancário tem a supremacia quando se promove esta união.

Hilferding aponta o imperialismo como política externa do capital financeiro. Para esse autor a política adotada de expansionismo, por parte das potências europeias seria aquela que melhor serve aos interesses do capital financeiro, que agora ganha grande poder nos Estados. O modelo livre-cambista adotado até então entra em decadência *pari passu* à própria decadência britânica enquanto potência industrial com a industrialização de novos países. Ascende globalmente o protecionismo econômico para proteção dos grandes conglomerados nacionais da concorrência forânea conforme cresce a concorrência industrial no mundo. “O surgimento do imperialismo remonta portanto, para Hilferding – enquanto política econômica própria ao capital financeiro – à controvérsia sobre o surgimento do próprio capital financeiro, que o autor pontua em meados das décadas de 1860 ou 1870” (GOUVÊA, 2012, 123-124).

Em suma:

se o protecionismo é a política comercial própria ao capital financeiro – na medida em que protecionismo e cartelização tornam mais importante o tamanho dos territórios econômicos – torna-se claro que também o imperialismo o é. Logo, não é casual que Hilferding trate do imperialismo justamente na seção do livro destinada à política econômica do capital financeiro. [...] A política imperialista do capital financeiro exigia, portanto, em primeiro lugar, a relação de subordinação das economias atrasadas com relação às mais desenvolvidas. Em segundo lugar, ela dava ensejo também ao conflito entre nações de capitalismo avançado, provocado pela necessidade de controlar território econômico crescente (CORRÊA, 2012, p. 75-76).

Outro autor que esteve inserido no debate em torno do imperialismo foi Karl Kautsky. O importante (e polêmico) autor ficou conhecido por sua tese do *Ultraimperialismo*⁴, contudo, também apresentou sua percepção do sistema imperialista que surgia na virada do século. O ponto de partida do alemão foi a “oposição entre a produção industrial e a produção agrária no curso do desenvolvimento capitalista” que acreditava criar um desnivelamento entre os diferentes setores da economia (CORRÊA, 2012, p. 78). Entendia que a indústria apresentava uma tendência a um crescimento mais rápido que a agricultura, o que determinaria a sobreposição da primeira sobre a segunda e a reorganização de espaços de produção agrícola em espaços produtivos industriais. Isto faria com que os países industrializados precisassem expandir-se internacionalmente

⁴ Publicado em artigo homônimo no ano de 1914.

em busca de mais terras agrícolas que possibilitassem a expansão de seu capital industrial, a partir de quando seus territórios nacionais já estivessem convertidos neste sentido. Esse movimento configuraria o Imperialismo. Para o autor o imperialismo seria uma “opção facultativa de política externa calcada na possibilidade de satisfazer a ânsia constante e crescente nos grandes Estados industriais pelo domínio expansivo e a subversão continuada de zonas agrárias” (GOUVÊA, 2012, p. 121). No entanto, “o fato de que a política imperialista tivesse sido gestada pelo próprio livre-comércio não impeliu Kautsky a tomá-la como inevitável” (CORRÊA, 2012, p. 81).

Temporalmente, Kautsky aponta o surgimento do imperialismo a partir da industrialização de novas potências além da Inglaterra, que aumenta a concorrência global destes Estados em busca de áreas agrárias para a expansão de seu setor industrial. Note-se que a tendência expansionista da indústria não se limitaria para Kautsky a essa competição e acabaria por fundar o que o autor chamou de Ultraimperialismo. Esse polêmico conceito é um ponto de divergência forte entre o autor e os muitos críticos de sua obra. O imperialismo daria lugar a esse sistema através da união de inúmeras potências capitalistas para a exploração global dos territórios agrícolas. Esse condomínio de potências cessaria a belicosidade entre os países de capitalismo avançado, uma vez que a guerra seria um empecilho para a acumulação capitalista plena e a conversão de territórios agrícolas em industriais. Essas potências se uniriam então para melhor explorar o globo e os conflitos enfim diminuiriam.

Ao perceber o imperialismo enquanto política deliberada infere-se que este, pode ser modificado a partir do próprio Estado e sua ocupação através do aparato democrático burguês. Ademais “a posição de Kautsky a respeito da contingência da política imperialista empurrou-o [...] rumo a uma posição cada vez mais distante das perspectivas revolucionárias na Europa” (CORRÊA, 2012, p. 81). Esses fatores apresentam uma relação com o posicionamento político do alemão que junto com “todos os representantes da social-democracia alemã no Reichstag votaram a favor da liberação de verbas especiais para a guerra, [...] contrariando as resoluções da II Internacional” (GOUVÊA, 2012, p. 27).

Outra importante perspectiva é a do marxista russo Nikolai Bukharin apresentada nas obras *A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico* (1917) e *Imperialismo e acumulação de capital* (1924). O autor (e militante) também percebia a substituição do liberalismo pelo protecionismo, bem como uma crescente concentração e centralização econômicas em torno dos grandes monopólios. Para Bukharin o Estado tem caráter essencial nesta fase ao expandir para o sistema internacional a concorrência tensa e anárquica do capitalismo, atuando agora como representante do capital nacional na concorrência global por áreas de atuação e influência. Considerava o imperialismo como uma política expansionista dos Estados centrais, representando os interesses das classes dominantes e cada vez mais atuando como mantenedor da expansão dos grandes monopólios nacionais algures (CORRÊA, 2012, p. 81 - 86).

A concorrência entre trustes capitalistas nacionais atinge seu ponto máximo na concorrência entre nações, uma batalha travada no mercado mundial – quando não nos campos de guerra propriamente ditos. A ampliação do raio de atuação dos trustes nacionais se torna o alvo principal da nação, e o imperialismo sua forma política, uma política de conquista, cujos resultados seriam novamente a 'anexação' das economias mais fracas, formando o que o autor chamou de unidade econômica combinada (CORRÊA, 2012, p. 85-86).

Nesta busca expansionista as nações industrializadas tensionam as relações internacionais a partir dos interesses dos conglomerados presentes internamente. Buscam através das relações político-econômicas uma expansão de suas zonas de atuação frente os conglomerados de outros países. Observando o sistema expansionista num cenário limitado explica-se o crescimento das tensões pela redivisão dessas áreas que vão acarretar, enfim, nas Guerras Mundiais travadas entre as potências industrializadas. “Ora, a política dos Estados capitalistas contemporâneos, para Bukharin, é o imperialismo. Desse modo, [. . .], caracteriza o imperialismo como uma política nacional expansionista” (CORRÊA, 2012, p. 83). Entendimento que seguem outros autores analisados até aqui e diferente dos que serão analisados a seguir.

A perspectiva de Rosa Luxemburgo nos é apresentada por Corrêa, como a que parte de bases mais discrepantes, por isso fica mais afóra do debate com as outras teorias. As premissas utilizadas pela autora em sua obra são chamadas por Corrêa de “necessidade de esferas externas” ao capitalismo. Esse nome dá-se pelo embasamento da autora em uma suposta insuficiência na teoria de Marx ao tratar da teoria das crises. Em sua concepção o capital só poderia ser reproduzido de forma ampliada a partir de sua expansão sobre modos de produção não capitalistas ainda remanescentes ao redor do globo. Essa expansão incessante e necessária (que incluiria paulatinamente os diferentes recantos do globo no modo de produção capitalista) criaria a necessidade de colonização e enfim o Imperialismo. A expansão externa ao Estado se daria desde que a expansão capitalista sobre os modos e relações não capitalistas dentro dele próprio se exaurisse. O capital de determinado Estado seria impelido então a se expandir sob modos de produção não capitalistas ao redor do mundo para manter seu processo de acumulação ampliada (CORRÊA, 2012, p. 93 - 98).

A tônica da descrição luxemburguiana do período imperialista é a disputa internacional pela aquisição dos cada vez mais escassos territórios não-capitalistas e, simultaneamente, a finalização da transição capitalista em certos Estados que faz acirrar-se as rivalidades entre as nações. A rivalidade internacional, então, reafirmaria um dos aspectos da acumulação capitalista, a saber: o fato de que ela se processa necessariamente de modo violento, se não por outra razão, em virtude da luta contra as economias naturais (CORRÊA, 2012, p. 100).

Desta forma destaca-se na teoria de Luxemburgo a inevitabilidade do imperialismo (como também percebe Lênin), além da percepção de finitude necessária deste sistema. A partir da reconfiguração das “economias naturais” internas aos Estados

mais industrializados e sua absorção pelo capitalismo nacional, este mesmo capital acaba por se expandir de forma global e totalizante. Percebe-se que o sistema encontrará inevitavelmente seu próprio fim já que essas relações não-capitalistas são finitas e não seria possível a manutenção deste sistema sem a reprodução ampliada de capital e sua conseqüente expansão. Essa concepção leva ao entendimento do imperialismo como fase derradeira do capitalismo (mais uma vez similar ao entendimento de Lênin), e justamente sua finitude necessária, parte da finitude também necessária das “economias naturais”. A autora entende o imperialismo como fase do capitalismo (diferente dos autores tratados até aqui) e periodicamente “identifica – como Lênin – o início do século XX como sendo especialmente característico do ‘movimento mundial imperialista do capital’, em um processo de superação conjuntural das crises de 1873 e 1903” (GOUVÊA, 2012, p. 124).

Vladimir Lênin, conhecido por sua história frente ao movimento revolucionário russo, e como líder da URSS é também autor da obra mais conhecida acerca do imperialismo. Sua visão adquire grande importância pela caracterização deste sistema como uma etapa do capitalismo, ou mesmo como sua etapa superior e final. O autor também parte sua análise da concentração econômica, a ascensão dos grandes monopólios, e do capital financeiro, então perceptível nas economias europeias. Entendia-se que estes fenômenos provocariam a superação do sistema de livre concorrência anterior, e marcariam a nova fase capitalista que então ascendia. Percebia-se também o ganho de espaço das exportações de capitais desde os países centrais para os periféricos e uma política internacional cada vez mais tensa. Isso se dava uma vez que já se encontrava repartido todo o globo terrestre em áreas de influência entre as grandes potências. Assim qualquer modificação na balança de poder acabaria por buscar uma repartição dessas zonas e os capitais exportados necessitavam de áreas de atuação garantidas ao redor do mundo. Essas repartições inevitavelmente gerariam conflitos entre as potências, já que colocariam em lados opostos a(s) potência(s) decadente(s) buscando manter sua posição, e a(s) ascendente(s), com o pleito de redistribuição do poder e de áreas de atuação. Essa percepção mostrou-se acertada quando se deflagra a Primeira Guerra Mundial, onde os principais oponentes seriam uma potência ascendente e uma decadente. Enquanto a Alemanha colocava-se como potência questionadora, que por sua unificação tardia não possuía colônias ultramarinas a Inglaterra buscava manter seu império e influência globais. A percepção de Lênin era de que a guerra se tratava de um atrito interimperialista, buscando uma melhor posição de cada potência no cenário mundial.

Lênin acompanha Luxemburgo no entendimento do imperialismo enquanto fase do capitalismo. Diferente das abordagens que entendiam o imperialismo como política, nesta perspectiva, o imperialismo não poderia ser substituído por uma mudança de postura do Estado. Criava-se como fase, de forma que sua superação necessitaria da superação do próprio sistema. Enquanto Luxemburgo entende o imperialismo como ine-

rente ao próprio capitalismo Lênin entende que este sistema chegou à fase imperialista desde que as potências centrais atingiram este estágio (dos monopólios e do capital financeiro). A partir deste momento se gestaria uma mudança do sistema enquanto totalidade, englobando todo o mundo capitalista nas dinâmicas do imperialismo e levando o capitalismo global a esta etapa. “Em termos de periodização, Lênin compartilha as observações de Hilferding acerca do surgimento do capital financeiro (por volta de 1860 ou 1870), bem como as observações de Rosa acerca do aprofundamento da fase imperialista no início do século XX” (GOUVÊA, 2012, p. 125).

Destacam-se duas posições principais dentre os pensadores da temática, que de fato se relacionam com as posições políticas adotadas pelos autores. Alguns apontavam o imperialismo como uma política, de forma que poderia ser modificado ou encerrado sem que se encerrasse necessariamente o capitalismo. Enquanto destacadamente Lênin e Luxemburgo entendem o imperialismo como fase do próprio capitalismo, de forma que sua superação só poderia se dar através da superação deste modo de produção. Ademais:

Do ponto de vista analítico, se a definição de imperialismo é determinada apenas pela controvérsia acerca da questão nacional-colonial, é claro que o desenvolvimento capitalista pode, em teoria, prescindir do imperialismo. Por outro lado, se admite-se a existência do capital financeiro – essencialmente monopolista – e o imperialismo é identificado às necessidades de sua realização, para admitir sua superação sem a superação do próprio capitalismo, ter-se-ia que admitir a possibilidade de desmonopolização da economia. [...] Assim, seria de se esperar que os dois autores que consideram claramente o surgimento do capital financeiro como ponto de ruptura no desenvolvimento do imperialismo o identificassem como uma fase inexorável do desenvolvimento capitalista. Daí depreende-se a opinião manifestada por Lênin de que as motivações de Hilferding para não fazê-lo seriam essencialmente políticas (GOUVÊA, 2012, p. 129).

Estas posições ficam claras também na polêmica em relação à Primeira Guerra Mundial, uma vez que Lênin e Luxemburgo se colocaram contra os créditos de guerra e promoveram duras críticas a Kautsky por seu posicionamento favorável, bem como a crítica a Hilferding apontada acima. Ora, obviamente entendendo o imperialismo como política prescindível pode-se inferir que esta posição poderia ser modificada através da ocupação e ressignificação do aparato estatal. Todavia o entendimento de fase do capitalismo faria com que Lênin e Luxemburgo enxergassem na beligerância um traço essencial da fase imperialista e da disputa entre as potências pela repartição das zonas de influência ao redor do mundo. Os dois se colocaram contra a concessão de créditos de guerra conforme havia sido acordado nos congressos da II Internacional (inclusive por Kautsky). Pregavam ainda que se o conflito fosse inevitável, a estratégia correta seria sua transformação em guerra civil visando a derrubada do estado burguês. Essa abordagem fica clara quando eclode e se torna vitoriosa a revolução russa em 1917, que contou com a liderança de Lênin e se deu em pleno conflito mundial (GOUVÊA, 2012, p. 126 - 132).

Apreender as diferentes caracterizações do imperialismo segundo os autores clássicos são para Gouvêa de importância além da escolástica. As diferentes perspectivas da questão inauguram diferentes modos de agir no sentido de buscar a superação deste sistema, de forma que

A controvérsia do imperialismo configurou-se, portanto – e ainda se configura –, não apenas como controvérsia sobre a caracterização do desenvolvimento capitalista em uma época determinada, mas também como controvérsia sobre o caráter da revolução (GOUVÊA, 2016, p. 37).

1.2 Aprofundamentos da perspectiva de Lênin

Entre as obras clássicas esquadramos a de Lênin, cujas categorias e conceitos são utilizados até a atualidade, contudo, muitas vezes sem o devido aprofundamento ou entendimento correto. Uma melhor compreensão desta perspectiva é tarefa à que se dedica Gouvêa, bem como apontamentos acerca de limitações na perspectiva do outro. Ademais o distanciamento histórico permitido pela atualidade proporciona uma melhor identificação e separação das tendências conjunturais, do início do século XX, daquelas estruturais, que perduram.

Primeiramente deve ser explicitado que para Lênin o imperialismo é a fase superior (ou final) do capitalismo, contudo, isto se daria como uma fase do sistema capitalista na totalidade, não apenas de determinados locais. Este sistema surge, de fato, a partir da chegada dos países centrais à etapa dos monopólios e do capital financeiro, ou seja, da etapa imperialista, alcançada em fins do século XIX. Todavia a partir de então acabam por subverter o próprio sistema capitalista em sua totalidade, de acordo com as premissas imperialistas. Assim este sistema vem a englobar paulatinamente todas as regiões do globo como área de atuação dos monopólios e zonas de influência das potências centrais. Seu nascimento, contudo, se dá num momento em que o globo encontra-se já dividido em áreas de influência ou colônias, sendo possível apenas a redistribuição destas zonas, o que só pode criar atritos interimperialistas.

Gouvêa nos aponta a importância da compreensão desta noção de totalidade da fase imperialista. Um entendimento diferente criaria a “percepção, nos países imperialistas, de que o imperialismo é um ‘elemento interno com ação externa’ e, nos países dependentes, de que o imperialismo é um ‘elemento externo com agentes internos’” (GOUVÊA, 2016, p. 39). Enquanto de fato ele é um sistema totalizante cujo fim só pode partir do fim do próprio capitalismo. Essa percepção afeta também a luta anti-imperialista, que a partir da premissa incorreta citada, acabou adotando posicionamentos, por exemplo, na América Latina, de apoio à burguesia local contra um suposto imperialismo forâneo, falhando assim em enxergar a burguesia latino-americana como parte interessada naquele sistema.

O ponto mais importante da formulação leniniana acerca do imperialismo – e o cerne de sua definição como fase do capitalismo pelo revolucionário russo – é

a concepção do imperialismo como movimento histórico do modo de produção capitalista e não apenas no modo de produção capitalista. Isto é, em sua condição de fase histórica do próprio capitalismo ou de movimento do mesmo em sua totalidade, e não como elemento daquele movimento ou parte daquela totalidade (GOUVÊA, 2016, p. 39).

Neste ponto deve ser apontado que a percepção de Lênin surge da teoria marxiana que percebe no sistema capitalista a tendência à concentração econômica. Um aumento da socialização da produção concomitante a uma acumulação privada cada vez mais restrita e concentrada. Assim

é fácil notar que o movimento histórico da própria sociabilidade capitalista (que já era e seguiria sendo apontado na concentração de capital) é o conteúdo central da conceituação do imperialismo em Lênin e não o 'aumento da violência' ou mesmo 'o surgimento do capital financeiro' e a própria 'transferência de valor', como se costuma apontar (GOUVÊA, 2016, p. 43).

Ainda que seja importante notar que estas outras características não deixam de existir e se fazem cada vez mais presentes conforme se tensionam as fibras do capitalismo e se polarizam as nações num crescente de desigualdade econômica global. A própria dinâmica concentradora seria responsável pelo surgimento do imperialismo, e daria origem também às contradições responsáveis pela derrocada deste sistema e sua substituição inevitável.

As principais características do imperialismo segundo Lênin seriam:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios [...]; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse 'capital financeiro' da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LENIN, 1917, p. 43).

A fase imperialista é por vezes referida também como capitalismo monopolista, referindo-se aos grandes conglomerados financeiros que passam a ter importância primordial nesta fase, em oposição ao capitalismo de livre-concorrência, presente antes. Estes chamados monopólios configuram traço essencial ao imperialismo e nascem do movimento capitalista citado anteriormente, marcado pela socialização da produção e concentração da apropriação. Se tornam financeiros a partir da união entre os conglomerados industriais e os bancários, com o entrelaçamento dos interesses de ambos. A propriedade deste capital e a possibilidade de apropriação dos rendimentos se limitam cada vez mais nas mãos de grandes acionistas que conformam uma oligarquia financeira. Assim

o surgimento das associações monopolistas e monopólios corresponde ao movimento histórico da própria socialidade capitalista em sua (re)produção, a partir da contradição entre a socialização cada vez maior da produção e a concentração cada vez maior da apropriação (GOUVÊA, 2016, p. 62).

A crescente concorrência entre os capitais monopolizados de diferentes nações vem associada às políticas protecionistas globalmente utilizadas não mais apenas para a proteção da indústria nascente, mas naquilo que foi apontado como protecionismo ofensivo por Hilferding (GOUVÊA, 2012, p. 123). Essa política subvertia o sistema que buscava proteger setores vulneráveis das indústrias nacionais passando a servir à manutenção das taxas de lucro dos grandes monopólios. Cria-se a necessidade de exportação de capitais para manter o processo de acumulação destes grupos uma vez que as políticas protecionistas generalizadas atravancavam as exportações de mercadorias. A partir das exportações de capitais, os monopólios poderiam produzir mais-valia em outros países e remeter o capital valorizado de volta as matrizes.

Esta dinâmica fomenta a repartilha do mundo entre os monopólios em busca sempre crescente de poder, principalmente em torno das grandes reservas de matérias-primas e de mercados para manter seu processo de acumulação. Impulsiona assim as tensões interimperialistas ao redor do globo conforme os aparatos estatais vão sendo utilizados para a defesa dos interesses monopolistas nacionais. “Chega-se, portanto à ‘formação de monopólios’ como ponto fulcral” (GOUVÊA, 2016, p. 66). Utilizado como primeiro ponto na explicação de Lênin e que se percebe fomentar os demais fenômenos aludidos.

1.2.1 Monopólios

A definição do termo monopólio para se referir a esses conglomerados que então ganhavam grande poder pode ser extremamente problemática. Isto se dá pela acepção presente na palavra, que se coloca como entidade que susta a concorrência, já que sua utilização prévia referia-se àqueles monopólios mercantis definidos por lei, que detinham exclusividade de determinados setores comerciais. Esta falha descritiva acerca deste novo ente econômico na teoria de Lênin acaba por ocasionar uma limitação em sua percepção das transferências de valor (abordadas mais adiante).

O termo monopólio assume, no conjunto de sua obra, duplo significado: como sinônimo de ‘conglomerado’ (ou de unidade capitalista extremamente centralizada, não tendo, então, o mesmo significado que tem na economia burguesa), e como sinônimo de controle associativo total ou do açambarcamento de um determinado ramo da economia ou no entrelaçamento entre ramos (em contraposição à livre concorrência – tal e qual a acepção comum à fração da teoria econômica neoclássica que, a partir do século XIX, passara a defender a existência de ‘oligopólios’) (GOUVÊA, 2016, p. 72).

Leonardo Leite (2017) faz coro a essa crítica quando aponta que a interpretação de Lênin iria de encontro à de Marx, quando o primeiro opõe a figura dos monopólios à concorrência. Também aponta que o monopólio surge da livre-concorrência e não pode existir afastado dela, no mesmo sentido que a crítica de Gouvêa. Nas palavras do autor:

Mesmo que em determinado ramo haja apenas um capitalista, isto é, haja um monopólio, ele está subordinado aos imperativos da concorrência na medida em que se sua composição orgânica for mais baixa que a média, ele transferirá valor para capitais mais produtivos [...] a associação entre monopólio e falta de concorrência só é justificável nos termos da teoria econômica burguesa (LEITE, 2017, p. 63).

Deve ser notado o não apontamento de Lênin acerca dos monopólios no período anterior ao imperialismo, que denomina de capitalismo de livre-concorrência, quando de fato existiam. Justamente neste período é que existiam os monopólios oficiais. A diferença da fase imperialista, segundo Gouvêa, seria o nascimento de um novo tipo de monopólio a partir da própria concorrência. Esse novo monopólio se caracterizaria, ao contrário do anterior, pelo fato de “apesar de também se utilizarem de coerção extra-econômica, a rigor, dela não necessitam, por se tornarem ‘monopolistas’ na própria concorrência entre capitais” (GOUVÊA, 2016, p. 73). “Os ‘monopólios’ referidos por Lênin [...] impõem-se realmente como grandes conglomerados na concorrência e não fora dela” (GOUVÊA, 2016, p. 240). Dessa forma não se sobrepõem ou encerram a concorrência, mas a arrastam a outro nível a partir de sua concentração capitalista e sua capacidade tecnológica e produtiva. Por alcançarem grau produtivo tão superior conseguem dentro dos próprios mecanismos econômicos que se transfira valor em sua direção que tenha sido produzido por outros capitais em outras localidades, com menor produtividade.

Enfim enquanto o capital financeiro na atualidade é visto como um capital que se mantém na esfera bancária, na acepção de Lênin este surgiria de um entrelaçamento entre os capitais bancários e industriais. Isto se daria a partir da forte concentração e centralização capitalista em torno dos conglomerados ou monopólios que assim reúnem em si estes capitais concentrados e açambarcam diferentes setores econômicos ainda que sem necessariamente impedir a concorrência. O conceito de Capital Monopolista “surge praticamente como sinônimo de ‘capital financeiro’, embora, se tomado rigorosamente na acepção leniniana, devesse ser considerado como requisito prévio à existência do capital financeiro” (GOUVÊA, 2016, p. 70-71). Neste sentido “a identificação do salto na concentração e centralização de capitais como momento predominante na definição do imperialismo é o maior mérito da apreensão de Lênin sobre a questão” (GOUVÊA, 2016, p. 206).

1.2.2 Transferências de valor

Na apreensão das transferências de valor, Gouvêa aponta que reside a principal limitação da teoria de Lênin. Essas transferências são colocadas por muitos como definição mais essencial do imperialismo e mecanismo mais importante deste sistema. Gouvêa entende que “o imperialismo caracteriza-se não exatamente pela transferência de valor, mas por uma transformação na transferência de valor” (GOUVÊA, 2016, p. 48).

As transferências de valor em si, seriam uma maneira de apropriação por determinados capitais de valor criado por outros a partir de mecanismos econômicos presentes no próprio processo produtivo capitalista, por conta de diferenciais de produtividade. Ao se reproduzirem em escala internacional subordinam algumas economias em relação a outras e criam transferências internacionais de valor, conformando a dinâmica tipicamente imperialista. O autor russo teria identificado a apropriação de valores diferentes daqueles produzidos a partir da categoria de superlucro e dos monopólios. Sua percepção do superlucro, todavia é “apenas como diferencial monopolicamente obtido por meio da manutenção (que ele denomina ‘artificial’) de ‘preços de monopólio’ por parte das associações monopolistas do capital financeiro” (GOUVÊA, 2016, p. 74). Contudo “não é menos verdade que o revolucionário russo apreendeu os traços que consideramos historicamente essenciais para compreender a efetiva transformação da transferência de valor” (GOUVÊA, 2016, p. 209).

Gouvêa chama de transferência de valor *stricto sensu* a forma que se daria entre diferentes unidades capitalistas na esfera produtiva, onde se transfere valor da unidade menos produtiva em direção à mais, por meio da produção de mercadorias acima e abaixo de seu valor social. Assim, a primeira empresa (menos produtiva) transfere valor em direção à segunda ao realizarem sua produção pela média, ou valor social, específico daquela mercadoria. Leite também nos propõe um entendimento da formação do valor social e individual dentro da teoria marxiana. Aponta que na obra do pensador alemão já haveria a percepção da possibilidade de apropriação de valor maior que o produzido, através da formação do valor social definindo como “o processo mediante o qual os capitais mais produtivos se apropriam de um mais-valor extra produzido pelos capitais menos produtivos” (LEITE, 2017, p. 184). Em suas palavras:

O ritmo desigual de desenvolvimento dos setores de produção e, conseqüentemente, das economias nacionais, se expressa na existência de desiguais composições orgânicas, reflexo, por sua vez, do ‘desenvolvimento específico da produtividade social do trabalho’ em cada ramo e país. Existem composições superiores e inferiores à composição do ‘capital médio da sociedade’, definida sempre pela relação entre capital constante e capital variável (MARX, 2008, p. 217), de forma que os primeiros se apropriam de preços acima dos valores, o inverso ocorrendo com os últimos (LEITE, 2017, p. 213).

Indo além deste formato mais debatido de transferência de valor Gouvêa nos propõe uma percepção mais abrangente, aquilo que seria uma transferência de valor *lato sensu*. Esta modalidade ocorreria através do direcionamento de valor da esfera produtiva em direção à não-produtiva já que todo valor é criado apenas na primeira, assim, aquele apropriado na outra só poderia advir dela. Esse seria o caso inclusive do trabalhador não produtivo, que só pode se apropriar de valor (em forma de salário) que seja transferido, uma vez que sua ocupação não cria valor (GOUVÊA, 2016, p. 226-227).

Percebe-se como imanente ao capitalismo, (em todas as suas fases) a transferência de valor nas formas que seguem:

i) interna ao capital industrial, devido às diferenças de produtividade, estrutura produtiva, [etc] [...] em cada ramo e entre os distintos ramos; ii) entre capital industrial, rentismo fundiário, capital comercial e capital bancário [...], bem como, por meio desta, à parcela de trabalhadores improdutivos [...]; iii) entre distintas classes e frações de classe por meio [...] do Estado, [...] por intermédio dos impostos sobre rendimentos salariais e de variados impostos indiretos; iv) a partir da produção realizada sob relações de produção não especificamente capitalistas, de maneira análoga àquela existente internamente ao capital industrial (GOUVÊA, 2016, p. 240).

É importante que se note que as transferências de valor já existiam antes do período imperialista a partir de mecanismos econômicos, uma vez que seria inerente ao movimento do capital advindo das diferenças de produtividade. Também existia por meios extraeconômicos, como bem demonstra o roubo explícito de recursos no período colonial, ou mesmo anteriormente. Com o salto na produtividade (a partir da revolução industrial), se percebe uma exacerbação nesses mecanismos propriamente econômicos. O diferencial na acumulação de capital no período imperialista eleva a produtividade a outro patamar em torno dos monopólios, que atraem valor produzido globalmente para si. O salto na composição orgânica destes capitais e conseqüentemente na produtividade ocasiona que as duas primeiras formas descritas de transferência de valor passem por modificações. Em suma essa modificação seria

uma determinação essencial ao imperialismo, determinada pela diferenciação da escala de distintos capitais (decorrente do salto na concentração e centralização de capital) e na diferenciação nos campos de ação concretamente colocados a cada capital de diferente escala como possibilidades objetivas de condições produtivas. A diferenciação na produtividade daí decorrente acarretaria, de modo inevitável, a referida transformação na transferência de valor (GOUVÊA, 2016, p. 241).

A apropriação de valor pelos capitais mais produtivos cria um círculo vicioso em que esses capitais constantemente podem aumentar sua composição orgânica com investimento técnico maior. Ao aplicar este conceito em âmbito global, percebe-se a polarização econômica entre países com diferentes composições orgânicas médias de seu capital. Cria-se dessa forma uma constante drenagem de valor das economias periféricas em direção às centrais, inserindo-se neste círculo vicioso. A elevação à escala internacional das transferências não anula aquelas internas à cada economia nacional, que continuam existindo. Enfim, este sistema globalizado que tende a uma crescente polarização econômica seria a base do imperialismo capitalista. Ao ser aplicado percebe-se uma subalternização do globo quase por completo em prol da acumulação nuns poucos países de capitalismo avançado, cuja capacidade produtiva encontra-se efetivamente superior por contar também com a apropriação de valor produzido alhures. A transferência de valor em direção aos países altamente industrializados cria uma necessidade de compensação nas economias periféricas, onde se percebe uma exploração redobrada, ou superexploração da força de trabalho, conceito que será abordado no próximo capítulo. Essa compensação visa manter o débil

processo de acumulação na periferia (em relação aos países centrais), em razão da perda constante de valor criado. A debilidade desta acumulação se dá justamente (e somente) em relação aos países centrais, destino de grande massa de valor produzido na periferia. Neste sentido a superexploração promove uma compensação de modo que a acumulação nos países dependentes não seja débil em si mesma.

Finalmente

O caráter cada vez mais socialmente determinado tanto da produção quanto da apropriação implica necessariamente a generalização da transferência de valor na reprodução social. Essa generalização e seu impacto sobre a causalidade na determinação das taxas de lucro efetivas apreensíveis fenomenicamente caracterizam o imperialismo (GOUVÉA, 2016, p. 223).

1.3 Lei de Valor como Base do Imperialismo

Na concepção de Leonardo Leite a maioria das análises acerca do imperialismo se dá de forma fragmentária analisando uma faceta ou outra, ou ainda a partir de uma perspectiva específica. Buscando um entendimento mais abrangente do sistema imperialista em sua totalidade, o autor propõe que as bases para seu entendimento estejam postas a partir de uma análise da Lei de Valor e da teoria Marxiana. Contrariando muitas concepções dentro do marxismo, entende que as bases para o entendimento do sistema mundial capitalista estejam presentes na obra original de Marx, e aponta que as proposições econômicas do autor poderiam ser aplicadas em um sistema econômico mundial e não apenas nacional.

Sobre as análises pioneiras do imperialismo, Leite (2017) aponta que haveria uma dificuldade em analisar o sistema, já que não haveria então o distanciamento histórico existente na atualidade. Atribui a este fator a impossibilidade desses autores pioneiros de perceber o fenômeno nascente em sua totalidade, ainda que não ignore a contribuição desse debate inicial para a compreensão do imperialismo. Entende, contudo, que o prolongamento histórico permite ao debate contemporâneo apreender o imperialismo de maneira mais ampla e correta. Ademais entende que a multiplicidade de abordagens do conceito ao longo da história só pode ser entendida por conta de modificações do próprio capitalismo e do imperialismo. Ou seja, o sistema vem se modificando e gerando diferentes leituras ao redor do tempo e espaço, de forma que diversas análises acabam por tratar questões temporalmente localizadas, surgidas no momento que se busca analisar, como dinâmicas gerais e estruturais do capitalismo, quando de fato eram limitadas a um determinado período ou localidade. Assim, ainda que corretas, essas análises não apreenderiam a totalidade necessária. Ademais o próprio estudo da questão se apresentaria em ondas, que floresceriam, por sua vez, nos momentos de crise e recrudescimento do sistema capitalista, assim as ondas de estudos do imperialismo viriam nos momentos de grandes modificações⁵. Enfim o autor

⁵ Notadamente as ondas de estudos acerca da temática se deram em três momentos principais, sendo

propõe que uma abordagem completa deve partir da própria Lei de Valor.

O autor diverge dos clássicos em relação à necessidade da exportação de capitais sediados nos países imperialistas. Ainda que concorde que este tipo de exportação ganha importância frente à de mercadorias na fase imperialista analisada por Lênin, discorda das análises pioneiras em relação aos motivos que criam este movimento. Sua discordância se dá em relação às leituras de Bukhárin, Hilferding e Lênin, de que a exportação de capitais seria resultado da queda da taxa de lucros nos países centrais. Essa visão entende que esse movimento seria uma maneira de compensar no exterior a taxa de lucro que se vinha deteriorando nas economias centrais. Para o autor

a queda da taxa média de lucro está associada com o aumento da taxa individual de lucro apropriada pelos capitais mais produtivos. Segue que a formação mundial de uma taxa média de lucro implica que os países com maior composição orgânica média tendem a se apropriar de uma taxa de lucro maior do que os demais. [...] De fato, a exportação de capitais é pressuposto e não resultado da formação da taxa média de lucro (LEITE, 2017, p. 65).

Buscando apreender a essência do imperialismo bem como a totalidade do fenômeno descarta um embasamento nas teorias das crises.

Se as formas de manifestação do imperialismo são funcionais para a acumulação de capital, uma crise estrutural – isto é, a interrupção do processo de acumulação – demonstra exatamente sua não funcionalidade (LEITE, 2017, p. 136).

Uma análise das crises seria superficial se mantendo na forma, sem de fato perseguir a essência. Conforme se dão as crises do capitalismo, se renovam de fato as tendências ao estudo do imperialismo, o que leva muitos a perceber as modificações do capitalismo de seu tempo como categorias essenciais. Assim associa-se a crise à essência do sistema, contudo, isso se daria pelo fato dessas análises estarem historicamente colocadas em momentos de crise, e justamente por isso multiplicam-se nesses momentos específicos os estudos sistêmicos. Por serem as crises momentos específicos do capitalismo não poderiam ser elas mesmas as bases de uma nova etapa deste sistema.

Na visão de Leite deveria ser buscada a essência do imperialismo, ou seja, a constância do sistema, independente de suas fases internas e para além dos fenômenos que se demonstram no cotidiano. A essência desse sistema não seria a coerção estatal, nem as exportações de capitais, ou monopólios, (ainda que não deixem de estar presentes) mas sim as transferências de valor. Através dessas transferências (já abordadas no tópico anterior) os países centrais mantêm e reproduzem a estrutura

o primeiro na virada do século XIX para o XX, posteriormente na década de 1960 e enfim com a queda da URSS e o fim da Guerra Fria na década de 1990. Osório (2018) chama esses três debates respectivamente de Pioneiro, Fordista e Pós-Fordista.

econômica global polarizada já que mantêm seus capitais em escala de concentração superior àqueles presentes na maior parte do globo.

Ainda que outros autores apontem as transferências de valor como elo essencial do imperialismo, Leite nos aponta que essa dinâmica pode ser deduzida da lei marxiana de valor, não se tratando de um fenômeno exclusivo da dinâmica internacional. As transferências se dão internamente em cada economia nacional, porém, é quando ocorrem entre Estados formalmente independentes que criam um sistema imperialista, já que passam a subordinar uns Estados perante outros e agem de maneira a retroalimentar a própria polarização global da economia. Subalternizam-se algumas economias através da apropriação, por outras, do valor criado naquelas. Amparado em Jaime Osório, Leite aponta que: “Se a condição dependente se define pela ‘transferência de valor até o mundo central’, podemos dizer que a condição imperialista se define pelo inverso: pela apropriação/expropriação do valor produzido no mundo dependente” (LEITE, 2017, p. 127). Gouvêa nos aponta que o debate do imperialismo se colocou “não apenas como controvérsia sobre a caracterização do desenvolvimento capitalista em uma época determinada, mas também como controvérsia sobre o caráter da revolução” (GOUVÊA, 2016, p. 37). Em sua interpretação Leite segue o entendimento de que “há [...] uma proximidade molecular entre a essência do imperialismo, o desenvolvimento desigual e combinado e a revolução permanente” (LEITE, 2017, p. 134).

É importante destacar mais uma divergência teórica com o debate pioneiro que se dá em relação ao próprio surgimento do imperialismo. O debate inicial girava em grande parte em torno das modificações pelas quais passava o capitalismo de então. Talvez, como afirma Leite, essa proximidade histórica tenha impedido uma apreensão mais ampla do fenômeno. A visão mais aceita entendia o imperialismo como uma fase (que se gestava) do capitalismo. Todavia o debate girava em grande parte em torno dos fenômenos que surgiam e passavam a marcar a economia capitalista. Entendeu-se que o imperialismo havia surgido no fim do século XIX e início do XX, com a concentração e centralização econômica, a ascensão dos monopólios e a exportação de capitais. O capitalismo teria passado de sua fase concorrencial e atingido uma nova etapa, ou ainda, sua etapa final. Esses fenômenos eram então perceptíveis no cotidiano europeu para além do próprio debate marxista e acabaram sendo muitas vezes entendidos como a própria essência do imperialismo.

Leite por sua vez acredita que o imperialismo capitalista não estava nascente no fim do século XIX, mas de fato havia surgido no fim do século anterior. Esse surgimento se daria com o advento da grande indústria e a descolonização das Américas. Uma vez que a essência do imperialismo seriam as transferências de valor da economia de uns países para outros, o fenômeno teria se originado a partir do rebaixamento de preços dos produtos por conta do avanço técnico da grande indústria *pari passu* ao surgimento de um mercado mundial capitalista, com as descolonizações. Como consequência as trocas mercantis, a nível mundial, não seriam mais pautadas pelas regras coloniais,

e sim pelas do mercado, possibilitando as transferências de valor por mecanismos do capital. Diferente do que se dava no período colonial ascende a transferência de valor por mecanismos puramente econômicos, como forma principal de drenar valor de umas economias em direção a outras. Resulta na “constituição de uma relação tipicamente imperialista entre Europa e América” (LEITE, 2017, p. 125).

A possibilidade de imperialismo existiria antes mesmo deste momento apontado, porém, não poderia ser considerado um imperialismo capitalista. Isto por que a relação dos países colonizados com as metrópoles não era de fato capitalista, mas sim colonial. Ademais, sem o salto produtivo da grande indústria não se poderiam consolidar os mecanismos puramente econômicos de transferência de valor, já que os diferenciais de produtividade e concentração de capitais ainda não eram tão acentuados e globalmente polarizados. Por fim os mecanismos extraeconômicos de extração de valor ainda eram predominantes na fase predecessora. Neste sentido é importante perceber que segundo Leite, Jaime Osório

divide a história dos processos de transferência de valor em basicamente dois períodos: colonial e pós-colonial, sendo que os mecanismos econômicos de transferência de valor predominam apenas no último período. Se o imperialismo capitalista é definido exatamente pelo domínio da coerção econômica sobre a não-econômica (WOOD, 2014), as relações imperialistas nascem com os processos de independência política das antigas colônias (LEITE, 2017, p. 125).

1.3.1 Formas de manifestação das Transferências de Valor (e por conseguinte do Imperialismo)

Para Leite a transferência de valor (e por conseguinte o imperialismo) se manifestaria de três formas, sendo elas a troca desigual, exportação de capitais e as expropriações. Essas determinações necessitam de diferentes graus de abstrações para serem percebidas. Assim,

enquanto o imperialismo pela via do comércio é praticamente invisível e pela via dos investimentos é visível nas estatísticas internacionais, as expropriações representam uma forma de imperialismo mais do que visível: sentida, violenta, bárbara (LEITE, 2017, p. 120 - 121).

1.3.1.1 Troca desigual

Leite parte então da análise da forma de manifestação mais abstrata em direção à mais concreta iniciando pelo estudo da troca desigual. Primeiramente deve ser entendido que a teoria de Marx apresenta níveis distintos de abstração e muitas categorias devem ser repensadas para que possam aplicar-se efetivamente ao entendimento do imperialismo. Isto se dá já que muitas são utilizadas geralmente para a análise de economias nacionais e não necessariamente de um sistema interestatal. Contudo,

constata, que a análise marxiana considera o sistema econômico mundial na totalidade, ainda que “a constatação de que a reprodução do capital social ocorre no âmbito do mercado mundial não é suficiente para identificar o imperialismo como uma relação social imanente a essa reprodução” (LEITE, 2017, p. 160).

Este tipo de transferência de valor se daria de forma imediata e imperceptível. Uma vez instaurada a divisão internacional do trabalho as trocas internacionais criam um sistema desigual e polarizado que se reproduz de forma ampliada. Através da troca desigual os capitais mais produtivos (que se encontram nos países centrais) se apropriam de valor criado nos países periféricos, já que estes tem composição orgânica média menor que aqueles, por conseguinte são menos produtivos. Tal dinâmica, já apontada anteriormente, se daria de forma invisível e imediata já que basta a realização da produção para que se transfiram os valores. Consequentemente não se mostra nas estatísticas internacionais de comércio. Esta modalidade foi pautada por inúmeros teóricos do imperialismo e da dependência, marxistas ou não. Contudo, Leite aponta que suas bases encontram-se já na teoria de valor de Marx (LEITE, 2017, p. 120 - 121).

1.3.1.2 Investimentos

Após a análise da transferência de valor através do comércio Leite (2017) inicia o estudo das formas de transferências de valor a partir dos investimentos. Essa forma se encontraria num nível intermediário de abstração sendo mais perceptível que o caso do comércio e menos presente do que a face das expropriações. Por se dar neste nível intermediário esta faceta do imperialismo também necessita de um maior espaço de tempo para se efetivar. Esse tempo seria o necessário para que os investimentos internacionais obtenham retornos financeiros nas economias dependentes e possam ser retirados sob forma de lucros, juros ou dividendos. Por outro lado, o que Leite (2017, p. 120) chama de “manifestação mais abstrata do imperialismo”, a troca desigual se daria de forma instantânea, como já apontado.

As análises pioneiras versavam principalmente sobre esta faceta do imperialismo bem como as teorias da dependência, que percebiam então a dinâmica perversa desses capitais nas economias periféricas. As exportações de capital, apontadas desde o debate pioneiro se encaixariam nesta modalidade. Contudo, as análises atuais não podem se dar nas mesmas bases teóricas de então por conta das modificações dadas no capitalismo que transformaram as maneiras em que esses investimentos ocorrem. Com uma série de exemplos o autor embasa sua percepção de que as análises atuais para apreenderem a realidade do imperialismo através de investimentos não podem se utilizar apenas de dados de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), por exemplo. Com os novos processos de terceirização e as cadeias globais de valor, as remessas de valor não se dão mais no mesmo formato necessariamente. Assim

ficariam mascaradas remessas de lucros e dividendos das economias dependentes em direção as centrais sob essas modernas configurações. Além de formas que ganham relevância na atualidade, como o poder de monopólio de empresas globais que detêm a propriedade de marcas e patentes (LEITE, 2017, p. 234).

Neste ponto Leite evoca a fragmentação do mais-valor em Lucro, Juro e Renda presente em Marx. As três formas manifestam-se nas transferências de valor das economias dependentes em direção às centrais. Primeiramente

o lucro produzido por um investimento estrangeiro direto pode ser decomposto em três partes: lucro retido, lucro repatriado e juro. Do ponto de vista da empresa transnacional, as duas primeiras representam o que chamávamos de lucro de empresário. Entretanto, se considerarmos que os vários investimentos da companhia representam capitais diferentes, a situação se altera quando focamos no ponto de vista da filial. Neste caso, as duas últimas partes do lucro bruto se manifestam como determinações exteriores, fora de seu comando, se amalgamando, na prática, como juro a ser pago ao capitalista-proprietário.[. . .] Em síntese, embora a repatriação de lucros possa divergir da forma tradicional de capital a juros, o conteúdo da relação parece ser o mesmo (LEITE, 2017, p. 257).

Enfim no caso da renda é de grande importância entendermos a questão dos preços de monopólios, que criam distorções no preço de mercado no intuito de se apropriar de lucro extra no mercado mundial. Esse poder se concentra na mão de grandes corporações (sediadas em geral nos países centrais). As cadeias produtivas dessas empresas se tornaram globais e o autor nos apresenta casos concretos como da Apple e Walmart. A produção desses conglomerados se dá *de facto* nas economias dependentes, contudo, os métodos de terceirização fazem com que esse valor seja apropriado nas economias centrais, que detêm esses monopólios da marca, se tratando de um nova maneira de transferência desse valor criado na periferia global. As grandes marcas detêm a capacidade de vender acima do valor real seus produtos, que compram por baixíssimo preço, já que são produzidos globalmente com base na superexploração da força de trabalho nos países periféricos. Se multiplicam exemplos de empresas transnacionais que se espalham pela periferia global em busca do barateamento da produção, pelo péssimo pagamento aos trabalhadores, enquanto seus produtos continuam a ser vendidos pelos mesmos (altos) preços. Enfim muitos destes casos se dão em forma de terceirização, em que as grandes empresas atuam como revendedoras de seus próprios produtos. O monopólio da marca e as patentes criam a possibilidade de que essas empresas se apropriem de grande valor sem de fato terem produzido. Finalmente

a apropriação de renda da terra se efetiva no processo de formação dos preços [. . .] situando-se, assim, em um nível nem tão evidente quanto as anteriores. De todo modo, a renda da terra situa-se no nível de abstração mais concreto do que o processo de troca desigual [. . .] pois aqui, [. . .] inserimos uma determinação concreta adicional que não figurava na exposição de então: o poder de monopólio (LEITE, 2017, p. 286).

1.3.1.3 Expropriações

Finalmente chegamos à forma de manifestação considerada por Leite como a menos abstrata e mais concreta que são as expropriações, isto é, os métodos extra-econômicos de coerção e reprodução do imperialismo ao nível mundial como forma de acumulação. As expropriações fizeram-se um método efetivo de transferências de riquezas diretamente na fase do imperialismo colonial, como se conhece historicamente a brutalidade da colonização europeia ao redor do mundo. A espoliação de recursos através da força militar, do roubo, teria sido substituída no imperialismo capitalista pelas formas econômicas de subordinação e transferências de valor. Todavia as expropriações não deixam de existir, apenas cedem espaço para os mecanismos econômicos típicos do imperialismo capitalista. As expropriações imperialistas do período colonial tiveram papel essencial ao criar as bases para o atual imperialismo capitalista, que herdou a estrutura desigual e polarizada e manteve a apropriação através do sistema econômico. Ademais foi através da enorme acumulação de capital permitida pelas expropriações coloniais que foi possível uma concentração nas economias centrais, permitindo o investimento de excedentes na técnica industrial, com conseqüente aumento da composição orgânica desses capitais. Os capitais centrais por conseguinte puderam modificar sua escala de atuação com a posterior ascensão dos conglomerados internacionais sediados nestes países, mantendo-se acima da média de produtividade social e atraindo para si valores criados no mundo inteiro.

A importância que Leite dá às expropriações reside no fato destas serem a faceta mais visível do imperialismo e do próprio capitalismo. Assim, ainda que a essência do imperialismo sejam as transferências de valor, e a especificidade do imperialismo capitalista seja a prevalência das formas econômicas de extração, as maneiras extraeconômicas não deixam de existir, mas apenas perdem espaço. Seriam então um resquício “de formas pré-capitalistas de imperialismo” (LEITE, 2017, p. 322).

Entende-se também que o Estado permanece central neste sistema capitalista e nesta etapa imperialista. A relação desigual entre Estados vem do próprio desenvolvimento desigual, do capitalismo, que cria a possibilidade da apropriação de valor não produzido. Amparado em Ellen Wood⁶, Leite aponta que a globalização neoliberal necessita de um sistema de múltiplos Estados para sua própria existência, e que “a globalização implica na indispensabilidade de um sistema de múltiplos Estados, coordenado por um poder militar disciplinador” (LEITE, 2017, p. 307). Poder este que mantenha essa estrutura polarizada no intuito de concentrar a acumulação em determinadas regiões e possibilitar a exploração da força de trabalho abaixo de seu valor em outras.

Enfim a figura do Estado também se mantém essencial por suas funções repressivas/policiais, e nas próprias expropriações que, por meio deste aparato, auxiliam na

⁶ Autora de obras como *O império do capital* (2014), entre outras.

manutenção e reprodução das relações sociais capitalistas e conseqüentemente do sistema imperialista global. Finalmente neste sentido,

a forma mais coerente de se caracterizar teoricamente as expropriações, em última instância a violência extraeconômica através da força estatal, é percebê-las como aspectos constitutivos da sociabilidade capitalista ontologicamente subordinados à forma como as relações sociais são intermediadas no capitalismo, isto é, à lei do valor, especificamente, do valor que se valoriza. Em outros termos, a reprodução do capital se concretiza através do comércio e do investimento e pressupõe as expropriações (LEITE, 2017, p. 321).

1.4 Debate Contemporâneo

Escapando das teorias clássicas do imperialismo, Corrêa nos apresenta uma visão ampla acerca do debate contemporâneo, que, contudo, se baseia em parte nas premissas lançadas pelos teóricos pioneiros e aprofundadas até aqui. Primeiro devemos notar que o debate pioneiro encontra-se terminado ao final da Segunda Guerra Mundial, tanto pela morte dos primeiros teóricos quanto pela ascensão do conflito Capitalismo x Socialismo, entre outros fatores. Esse debate ensaia um breve retorno nas décadas de 1960/1970, buscando explicar as mudanças pelas quais passava o capitalismo de então que “atingiram os mais distintos níveis da sociedade, demandando uma renovação também das teorias que pretendem descrever o modo de produção capitalista no período atual” (CORRÊA, 2012, p. 147).

Esse retorno se dá através de três vertentes principais, sendo elas

os debates da revista (e editora) norte-americana *Monthly Review*, puxados por Paul Sweezy, Paul Baran e Harry Magdoff; o ‘terceiro mundismo’ e a teoria da dependência, cujo centro era a questão das trocas desiguais e das hierarquias no plano internacional; e o trotskismo, sobretudo na figura de Ernest Mandel (CORRÊA, 2012, p. 157).

Esse renascimento, contudo, durou pouco tempo e de fato não se expandiu para além dos ciclos marxistas de debate, tornando-se limitada a esses pesquisadores. Dessa forma “pouco mais de dez anos depois desse ‘solução’ [...] Patnaik (1990) registraria, com pesar, o virtual desaparecimento da teoria do imperialismo de todos os debates políticos e científicos” (CORRÊA, 2012, p. 164). Esse momento, e mais especificamente as teorias da dependência (em sua vertente marxista) legaram um importante debate na América Latina acerca do Subimperialismo brasileiro que será abordado mais detidamente no segundo capítulo deste trabalho.

As teorias do imperialismo reaparecem no debate nos anos 1990, todavia difundem-se principalmente a partir de 2001. Esse retorno ganha força a partir dos ataques às Torres Gêmeas, quando recrudescer a posição militar norte-americana no mundo com a ocupação no Oriente Médio e o crescente orçamento militar, inaugurado pela Guerra ao Terror.

Hardt e Negri e sua obra *Império*, iniciam uma retomada dos estudos acerca do imperialismo, todavia sua perspectiva é justamente da invalidade do conceito para o capitalismo contemporâneo. Para os autores a globalização neoliberal levaria à dissolução gradual dos Estados nacionais que seriam substituídos pelo Império, uma entidade global livre de fronteiras. Logo, os conflitos armados internacionais não mais fariam sentido (pela própria ausência de Estados), mas haveriam guerras internas específicas, contra determinadas questões (e.g. Guerra ao Terror). Os autores identificam que, com a informatização, a produção capitalista passaria a ter como principal setor o de serviços, que ganharia importância relativamente à indústria. Seguiria assim o movimento inicial do capitalismo, onde a agricultura foi sobrepujada pela indústria. Além disso, uma concentração do controle produtivo, mudaria a forma tradicional da produção industrial para uma versão informatizada e desterritorializada. Os autores não consideram uma identificação de classes sociais no Império, mas apontam aquilo que chamam de “multidão”, agrupamento que existiria sem conexão com um conceito de classe trabalhadora. As lutas populares a partir de então deveriam articular-se em pautas mais limitadas e em grupos menores, através de identidades pessoais que não as de classe (como pauta étnica, *queer* ou feminista). Outros autores como William Robinson e Odile Castel também defendem a caducidade do sistema imperialista, e acreditam em sua superação. Enquanto Castel conecta sua teoria com a do Ultraimperialismo de Kautsky os outros renegam qualquer associação com esta. Todavia todos esses convergem na crença no encolhimento do papel dos Estados nacionais na economia contemporânea, bem como a diminuição dos conflitos interimperialistas além da invalidade do conceito de imperialismo para definir as relações globais a partir dos anos 1990 (CORRÊA, 2012, p. 167-175).

A tentativa de negação do imperialismo por parte de Hardt e Negri ocasionou um renascimento do debate, estimulando uma série de outras leituras que buscavam atualizar o conceito e reafirmar a importância das análises clássicas e do próprio Imperialismo. Os autores da “linha principal” do debate clássico acabaram por inspirar uma série de abordagens atuais que surgem buscando agregar essas perspectivas pioneiras às tendências contemporâneas. Dessa forma muitas leituras percebem que o imperialismo conserva sua relevância histórica e que suas determinações principais se mantêm. O sistema imperialista então não teria sido superado pela globalização (ou pelo neoliberalismo, ou ainda pelo Império), e sim modificado.⁷

Petras e Veltmeyer, por exemplo, apontam a globalização neoliberal como uma característica do imperialismo norte-americano que busca se consolidar globalmente com a reorganização econômica. Sua análise baseia-se na teoria clássica do imperialismo, sem se ater tanto a uma discussão teórica. Em sua percepção

a forma contemporânea do imperialismo pode ser distinta, apoiar-se em novos

⁷ Nessa linha segue o entendimento de Amaral, que nos deteremos na seção subsequente.

recursos discursivos ou práticos, evidentemente associados às transformações históricas do século XX, mas o imperialismo não seria substantivamente distinto (CORRÊA, 2012, p. 179).

Chesnais acredita também na validade da teoria clássica do imperialismo, ainda que em sua visão a contemporaneidade inaugure uma subfase deste sistema. Essa subfase se ampara justamente nas modificações recentes que criam um inchaço da esfera das finanças em relação à esfera produtiva. Ademais, descreve os mecanismos de mundialização do capital e suas novas formas presentes na esfera bancária como os diferentes delineamentos do capital fictício. Enfim a fase atual seria marcada por características similares àquelas do imperialismo clássico, porém, levadas ao extremo. A esfera financeira encontra-se no centro do processo global de mundialização, que objetiva maior lucratividade e menores barreiras estatais à valorização do capital. Este processo, é sustentado pela (e embasa a) hegemonia estadunidense, que comanda atualmente o capitalismo global de acordo com os objetivos do capital financeiro sediado em seu território. Esses objetivos bem como o sistema que os persegue são mantidos através das instituições internacionais, (criadas como alicerces da hegemonia planetária estadunidense) e em determinados casos, da força militar (CORRÊA, 2012, p. 179-181). Ademais Sakellariopoulos também está entre os que apontam uma subfase contemporânea do imperialismo dividindo o capitalismo em liberal e monopolista, (conforme apontavam as concepções clássicas) sendo que “este último, por sua vez, dividir-se-ia em três fases, a clássica (entre 1870 e 1914), a fase da ‘reprodução ampliada do imperialismo’ (entre 1918 e 1973), a fase de reestruturação capitalista depois da crise de 1973” (CORRÊA, 2012, p. 182).

Mészáros nos propõe uma temporalidade diferente propondo uma divisão “em três momentos: o imperialismo colonial, o [...] clássico (1870-1945) e o [...] contemporâneo, ou, como ele chama, ‘imperialismo global hegemônico’” (CORRÊA, 2012, p. 72). Esse autor aponta o início da fase atual do imperialismo a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Todavia seria partir da década de 1970 e da crise estrutural do capitalismo que se renovam a agressividade das potências, principalmente dos EUA, ao redor do mundo. O país passaria a amparar seu poderio no sistema financeiro global, na importância do dólar e também na dominação militar. Reafirma a presença dos Estados nacionais nesta fase do imperialismo, apontando que não se encontram ameaçados de extermínio apesar da ascensão do capital financeirizado, por cumprirem papel essencial na reprodução do imperialismo global. Ademais para o autor os atritos interimperialistas não arrefeceram na atualidade, e sim se tornaram maiores e mais profundos. Enfim o capitalismo passaria atualmente por uma crise estrutural por isso mesmo se encontraria num momento mais agressivo (CORRÊA, 2012, p. 187 - 190). O capitalismo buscaria por meio da dominação e da guerra manter sua hegemonia, conforme aumentam suas contradições e se esgotam as bases para uma dominação não coercitiva.

Harvey, bem como Callinicos apresenta uma teoria acerca do imperialismo que reúne as esferas política e econômica, entendendo o fenômeno como intermediário ou unificador a ambas. O autor ampara-se também na teoria das crises como fator explicativo do imperialismo. Assim em sua obra “o imperialismo seria encarado como a resultante da interação entre esta lógica, a capitalista sujeita a crises, e outra, caracterizada como lógica territorial do poder” (CORRÊA, 2012, p. 193). Uma importante contribuição de Harvey é a questão da “acumulação por espoliação”. Segundo o autor esse modo de acumulação derivaria da crise estrutural que passa o capitalismo desde a década de 1970, e da conseqüente necessidade do capital em buscar novas formas de acumulação. O capital internacional, buscando manter seu processo de valorização buscaria incluir inúmeras esferas que ainda estivessem externas a esses processos. Assim, a espoliação se dá, por exemplo, através de patentes que recaem na atualidade inclusive sobre seres vivos. Privatizações de serviços públicos, destruição de direitos sociais como saúde e educação públicas, previdência social, direitos trabalhistas, etc. Enfim inúmeras esferas que através de reformas liberalizantes e um discurso de diminuição do Estado, espoliam esses fatores públicos que são ressignificados para possibilitar a acumulação privada (CORRÊA, 2012, p. 195).

Para Wood desde o surgimento do sistema capitalista criou-se uma divisão (aparente) entre as esferas política e econômica. Isso se daria por que apenas no sistema capitalista a apropriação de valores se dá diretamente na esfera econômica, não necessitando mais da expropriação extraeconômica (ou seja, pela força militar, policial). Esse sistema se reproduziria também nas relações internacionais já que a apropriação de valor criado em determinados países por outros não se daria mais (diferente da época da colonização direta) por meio da força militar. No capitalismo essa apropriação se daria por mecanismos velados presentes na economia, se tornando menos aparente, mas sem deixar de existir. Enfim seguindo essa percepção seria problemático considerar como imperialismo capitalista o momento descrito pelo debate clássico do Imperialismo, uma vez que a forma extraeconômica de extração de valor ainda predominava e o sistema colonial ainda se fazia presente. Wood considera esse fato como uma limitação do próprio tempo pesquisado por aqueles teóricos que primeiro debateram o imperialismo, já que o fenômeno não havia se desenrolado por completo (CORRÊA, 2012, p. 197-201). Esses pensadores teriam apreendido um fenômeno em parte, o que não invalida suas perspectivas, porém, as limita. As formas de extração de valor demonstradas pelos teóricos clássicos a partir das exportações de capitais e do capital financeiro seriam o princípio deste sistema que agora se desenrola por completo. Essa percepção, tampouco retira importância dos Estados-nação e não pretende advogar pela iminência de seu fim, já que os mecanismos econômicos se fazem presentes em um sistema que de fato é sustentado pelos Estados nacionais. Em última instância o capitalismo vem sendo mantido, em sua hegemonia global pela força militar estatal, de forma que essa entidade continua tendo papel essencial na

contemporaneidade.

Kurz é mais um autor que entende que a atual fase do imperialismo teria se configurado ao fim da Segunda Guerra Mundial. A atualidade teria os EUA como potência protetora e mantenedora do próprio modo de produção capitalista. A partir da década de 1990 o imperialismo haveria passado por mais modificações tendo esta nova fase, consolidado o país como única hegemonia, sem contestações. O domínio global norte-americano diminuiria os atritos interimperialistas já que não haveria mais possibilidade de contestação. Por conta disto se criou uma aliança entre as grandes potências em torno da OTAN, que seria um anteparo da dominação global do capitalismo sob liderança norte-americana. Contudo, esse alinhamento não representaria uma era pacífica, mas sim uma era de atritos ao redor do mundo e coerção militar para a manutenção de um sistema decrépito que se torna mais agressivo quanto mais ameaçado. O domínio já global do capital não possibilitaria mais expansão propriamente dita, de forma que o capital estaria limitado a uma reorganização dentro do próprio capitalismo em busca de valorização. Ora para Kurz o posto de potência protetora ocupada pelos EUA criaria contradições, uma vez que o dispêndio em manter o sistema recairia sobre esse país de forma que os ganhos não cobririam necessariamente os gastos. Assim, por meio dos grandes investimentos militares caberia a esta potência manter, enfrentando qualquer tipo de contestação, o fluxo livre de reorganização do capital e por fim o sistema capitalista na totalidade. Esse papel, todavia, levaria o país a dificuldades para manter a longo prazo sua supremacia na produção industrial e no processo de acumulação de capital (CORRÊA, 2012, p. 201 - 205).

A caracterização de Duménil e Lévy explora o imperialismo de maneira mais voltada para seu viés econômico, não tratando dos fenômenos extraeconômicos como foco de análise. Entendem ainda o imperialismo e neoliberalismo de forma separada, enquanto o último seria a atual etapa em que se encontra a organização capitalista global, o primeiro seria algo imanente ao capitalismo. Além disso, o imperialismo conteria dentro de si fases diferentes, que acompanhariam as mudanças no sistema capitalista. Enfim tratam da financeirização econômica e os crescentes fluxos globais de capitais, focando no imperialismo enquanto lógica econômica. Dessa forma “apesar de afirmarem que o imperialismo ‘não pode ser reduzido às práticas econômicas, políticas, culturais etc.’, os autores tratam sim da categoria como um fenômeno essencialmente econômico” (CORRÊA, 2012, p. 206).

Por outro lado, Panitch & Gindin assumem uma perspectiva voltada à vertente política do imperialismo. Os autores apontam ainda que as teorias pioneiras teriam percebido categorias historicamente específicas como tendências do sistema capitalista, como os monopólios ou exportações de capitais. Todavia o que seria de fato constante neste sistema é sua categoria expansiva e totalizante (ainda que este próprio processo possa sofrer retrocessos). Neste sentido o equívoco das teorias clássicas teria sido buscar a explicação para o imperialismo na teoria econômica e não dar a correta aten-

ção para a teoria do Estado, de onde seria possível melhor compreender o fenômeno. Assim “o imperialismo passa a ser entendido a partir das pressões sociais, as disputas econômicas e políticas, que levam o Estado a se expandir ora por meio da conquista imperial (expandindo o império formal), ora por meio do império informal” (CORRÊA, 2012, p. 208). Enfim, apontam o imperialismo de fato a partir da ascensão dos EUA e a consolidação de sua posição global ao fim da Segunda Guerra Mundial quando o país passaria à posição de imperialista ainda que não aparentasse. De fato existiu um esforço de sua indústria cultural para que essa posição não fosse escancarada e o uso da força militar globalmente (ainda que existente) quedava latente. Justamente pela não aparência de potência imperialista se aponta a posição do país neste sentido. A partir da reorganização neoliberal e principalmente dos anos 1990 percebem um retorno ao imperialismo às claras dos EUA, com a retomada das intervenções militares ao redor do mundo e o recrudescimento da posição unilateral norte-americana. Acreditam que estes novos atritos surgem de uma “divergência entre as potências imperialistas sobre a melhor forma de garantir a manutenção da ordem imperialista atual” (CORRÊA, 2012, p. 209).

As divergências entre as teorias apresentadas em inúmeros pontos passam pela percepção do imperialismo enquanto etapa do capitalismo ou enquanto política. Divergem também a respeito da existência de diferentes fases internas, e quais seriam essas fases. Debatem se os teóricos clássicos analisaram o nascimento de um fenômeno temporalmente localizado ou se ele permanece até a atualidade, ou ainda se seria inerente ao próprio capitalismo. Além disso, discordam em relação à diminuição das rivalidades interimperialistas, sobre o papel do Estado nacional (se mantém ou diminui de importância), sobre a origem da fase atual, etc. Enfim, mais uma vez o debate do imperialismo se apresenta como ampla controvérsia, partindo de diferentes pontos e chegando a inúmeras conclusões. Em geral, essas teorias percebem o caráter mais financeirizado das economias na atualidade, principalmente a partir das reformas neoliberais da década de 1970, ainda que não necessariamente identifiquem a ascensão dessa nova fase do imperialismo neste momento. A seguir nos adentramos mais especificamente em duas abordagens contemporâneas do imperialismo, que se propõem a analisar a financeirização econômica e as novas dinâmicas políticas e sociais que surgem.

1.5 Financeirização da Economia Global e o Imperialismo Contemporâneo

Marisa Amaral em sua tese busca nos apresentar importantes considerações acerca do capitalismo contemporâneo e principalmente acerca do imperialismo atual. Em sua concepção uma nova abordagem do imperialismo torna-se necessária para apreender as modificações percebidas na atualidade deste sistema e que modificam as dinâmicas experienciadas pelas economias tanto centrais quanto dependentes.

A partir de uma análise das teorias clássicas do imperialismo, a autora aborda as contribuições de Hilferding, Luxemburgo, Bukharin, Kautsky e Lênin, e aponta a necessidade de uma análise também das teorias da dependência. O próprio conceito de dependência gira em torno da concepção de imperialismo e nasce efetivamente agregado a esta teoria. Assim quando da ascensão do sistema imperialista global, a divisão internacional do trabalho surgida legou o posicionamento dual entre centro/perifeira. Enquanto as teorias pioneiras do imperialismo buscaram compreender o sistema de modo amplo e global num debate centrado em território europeu⁸, as teorias da dependência buscaram expandir essa percepção (agregando novas dinâmicas percebidas no capitalismo) a partir dos países dependentes e suas realidades no sistema global, num debate centrado na América Latina⁹. Ocorre que ao entendermos que o sistema imperialista atual passa por modificações inferimos também que a dependência se renovará.

Se temos uma nova fase do capitalismo e uma nova fase do imperialismo, temos também, necessariamente, uma nova fase da dependência, de modo que tal atualização/recharacterização não só é conveniente como também necessária (AMARAL, 2012, p. 5).

Deve-se destacar que as teorias da dependência não se focaram exclusivamente num viés marxista de análise, se colocando como uma controvérsia ampla entre diferentes perspectivas. A autora analisa mais detidamente duas dessas vertentes as quais denomina de viés Weberiano e viés Marxista. O primeiro viés de análise foi conformado principalmente pelas teorias de Cardoso e Faletto, enquanto o segundo ficou conhecido pelos nomes de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. Essa controvérsia se embasa de muitas maneiras no debate legado pela CEPAL, inclusive nos dados fornecidos pela instituição e ascende com a percepção de fracasso dos projetos de desenvolvimento autônomo. Enfim a autora categoriza as teorias da dependência como um “desdobramento necessário das teorias do imperialismo” (AMARAL, 2012, p. 111).

Amaral nos apresenta a necessidade de uma análise da financeirização econômica, que marca a atualidade global, e que definiria então a nova fase do capitalismo (e conseqüentemente do imperialismo e da dependência). Nos parece relevante destacar sua caracterização acerca do imperialismo contemporâneo. Em uma importante análise histórica do sistema capitalista demonstra as modificações que permitiram que este sistema iniciasse seu movimento de financeirização já a partir da Segunda Guerra Mundial e que ganha força na década de 1970.

⁸ Ainda que se deva apontar que este debate não partia necessariamente de países centrais. Por exemplo a Polônia, desde onde escrevia Rosa Luxemburgo, dificilmente poderia ser caracterizada desta maneira.

⁹ Destaca-se que este debate, ainda que tenha se dado principalmente na América Latina não se limitou a expressar a realidade deste continente, mas propor uma visão das dinâmicas globais do Imperialismo a partir de uma perspectiva latino-americana, levando em consideração a realidade desta região.

Para entender o movimento de financeirização, que marca essa nova etapa, devemos nos atentar também à importância que ganha o capital fictício, definido por Paulani como: “títulos de propriedade sobre direitos, direitos de valorização futura no caso das ações, de renda de juros a partir de valorização futura, no caso de títulos de dívida privados, e de recursos oriundos de tributação futura, no caso de títulos públicos” (PAULANI, 2009, p. 28).

Ademais deve-se destacar a diferenciação necessária entre o capital portador de juros e o fictício. O primeiro tem um papel essencial na própria reprodução ampliada de capital no processo produtivo. Ainda que seja identificado principalmente na esfera de circulação tem importante presença no setor industrial, através de créditos necessários para a renovação do maquinário ou para consumo. Serve assim de manutenção para o processo de produção e acumulação preenchendo também a necessidade de aporte ao capitalista produtivo enquanto o ciclo de produção não se completa. Esse capital atua como mercadoria, ainda que *sui generis*, cujo preço de compra, ou aluguel é medido pelos juros cobrados sobre os montantes emprestados, e a mediação é feita pelo setor bancário. O segundo tipo (capital fictício), se mantém apenas na esfera de circulação valorizando-se a partir da especulação e sem se inserir efetivamente na produção apropriando-se, contudo, de parcelas de valor produzido na produção e transferido à esfera bancária. Assim, é utilizado por inúmeras entidades financeiras em forma de títulos de dívida, mercados de ações, etc. “Em todos esses casos, a valorização verdadeira dessa riqueza fictícia depende da efetivação de processos de valorização produtiva e extração de mais-valia” (PAULANI, 2009, p. 28).

Uma série de transformações foram impetradas de forma a permitir a financeirização do capital na atualidade. Amaral inicia sua pesquisa com a ascensão estadunidense ao posto de principal potência do mundo ao final da Segunda Guerra Mundial, uma vez que todas as outras potências concorrentes haviam sido dizimadas pelo conflito. A grande capacidade produtiva norte-americana legada pelo esforço de guerra levou a uma acumulação sem precedentes de capital (e poder), que necessitaria ser reaplicado de forma lucrativa ao redor do globo. Essa capacidade vai ser mantida até a década de 1960/1970 com a aplicação de capitais na reconstrução europeia e japonesa e na manutenção dos Estados de bem-estar social. Esses anos acabam conhecidos como “década de ouro” do capitalismo pelos constantes ganhos da classe trabalhadora em seguridade social, nos países centrais, advindos principalmente pelo receio ocidental de uma sublevação de massas ao estilo bolchevique. Na periferia global não se pode apontar o mesmo movimento, contudo, os processos desenvolvimentistas marcaram esta época. Enfim se buscava uma maneira de desenvolvimento humano dentro do capitalismo. Internacionalmente devemos apontar a fundação de um aparato hegemônico para manter esse processo norte-americano de acumulação em escala global. O padrão dólar-ouro, as instituições financeiras de Bretton Woods, a ONU, GATT, entre outros, criaram um arcabouço institucional que permitia a manutenção da

expansão global estadunidense.

Enfim este modelo chegaria a um esgotamento e viria a encontrar seu fim na década de 1970, momento focal da análise de Amaral. O padrão que se gestaria a partir de então teria o poder do dólar (agora flutuante) como principal alicerce da retomada da hegemonia então ameaçada. Rompe-se com a conversibilidade dólar - ouro, o que inicia a desvalorização da moeda norte-americana e seu valor (como todas as outras moedas) passou a ser definido pelo mercado. A grande disponibilidade de dólares no mercado mundial nesta década levou a um crescimento da disponibilidade de crédito internacional, que levariam a um grande envidamento dos países periféricos (com destaque para a América Latina), ocasionado também pelo aumento dos gastos com importações do petróleo agora sobrevalorizado. Em relação à financeirização, Amaral aponta que:

O pontapé inicial para esse processo se dá através da tentativa de criação de um novo padrão monetário internacional orientado pelo mercado e caracterizado fundamentalmente pela internacionalização de portfólios financeiros como consequência da ampla liberalização dos movimentos de capitais, pelo declínio da importância dos bancos enquanto agentes da intermediação financeira, pela alta volatilidade dos mercados como consequência da própria volatilidade do capital, amparada pelo crescimento das tecnologias de informação e comunicação e, finalmente por um sistema de taxas de câmbio determinadas pelos mercados financeiros (AMARAL, 2012, p. 79-80).

Na atualidade o sistema capitalista é marcado por uma financeirização extrema da economia. Esse movimento se daria com um crescente (e aparente) descolamento de capitais em direção à esfera rentista, em busca de juros, além de um ganho de poder desta esfera em relação à produtiva. Amaral, contudo, discorda de inúmeras concepções que colocam a financeirização como movimento natural do sistema capitalista. Inicialmente devemos apontar que em sua concepção o imperialismo é uma fase do modo de produção capitalista, acompanhando a análise clássica de Lênin. Contudo, entende que esta fase que surge comporta várias fases internas em seu desdobramento histórico. Seguindo a percepção do revolucionário russo, reafirma a importância das características essenciais do imperialismo, conforme descritos por ele, e aponta a permanência e importância destas mesmas dinâmicas na atualidade. Assim “ainda estamos sob a vigência do imperialismo, que, no momento atual, se apresenta com uma nova roupagem” (AMARAL, 2012, p. 5). Desta forma só seria possível falar em nova fase se esta for entendida como um desdobramento, ou uma etapa interna deste sistema, e não sua superação.

Achamos importante apontar a crítica da autora em relação a algumas escolas de pensamento que se propuseram a estudar a financeirização econômica. Inicia pelos pesquisadores que se baseiam nos ciclos Kondratiev para analisar a situação da economia global na atualidade, à luz do processo de financeirização. Trata-se de uma série de ciclos econômicos longos em que a economia mundial passaria por um

crescimento generalizado e posterior refluxo. “Os ciclos Kondratiev são compostos por uma fase A e por uma fase B - a fase de expansão e a fase de contração da economia, respectivamente -, cada qual com duração aproximada de 25 a 30 anos” (AMARAL, 2012, p. 82-83).

Para esses autores então a fase A seria marcada pelo crescimento da produção enquanto os processos de financeirização econômica se dariam principalmente na fase B. Isso ocorreria, pois, os momentos de crise fariam os capitais buscarem refúgio das instabilidades econômicas na esfera financeira/rentista. Dessa forma, como a economia global na atualidade se encontra, para esses autores, numa fase ascendente (A) não seria possível falar em financeirização da economia. Por este motivo negam que exista um processo de hipertrofia financeira relativa ou absoluta. O questionamento de Amaral se baseia então na característica que assume este crescimento econômico. Amparada em Brenner (2003) aponta que o crescimento econômico e maior dinamismo da economia atual se dá não na esfera produtiva, mas sim através de uma expansão da esfera financeira. A economia mais dinâmica seria consequência de um crescimento do setor especulativo, do crédito e endividamento. Ademais esse processo pode se dar de maneira que a esfera financeira ganhe espaço relativamente à produtiva o que não quer necessariamente dizer que a última esteja em crise. Assim “não há nada que impeça um inchaço da esfera financeira em concomitância com um crescimento do produto, como é, em verdade, o que ocorre” (AMARAL, 2012, p. 84).

Dentro das visões que defendem a existência da financeirização da economia global há o grupo da *Monthly Review*, renomado periódico socialista yanque. Esse grupo aponta o movimento de financeirização como resultado dos grandes monopólios econômicos, que pela grande centralização e concentração econômica apresentam um excedente acumulado em escala magnânima. Dessa forma a esfera financeira se torna uma solução para a reaplicação lucrativa de capitais, que não encontrariam espaço na esfera produtiva. Cria-se assim “uma válvula de escape aos problemas da acumulação enfrentados no âmbito da produção” que não apresentam mais tantas possibilidades de retorno para estes capitais. Essa tese da sobreacumulação é questionada por Amaral por entender que essa visão permite a interpretação do processo como algo conjuntural, e que poderia ser reversível em momentos em que se revertesse a sobreacumulação. A autora aponta que de fato este processo “não se trata de um fenômeno cíclico, mas de algo permanente e irreversível” (AMARAL, 2012, p. 85).

No sentido contrário à perspectiva deste grupo os pós-keynesianos pregam uma intervenção estatal no sentido de regular a esfera financeira/bancária já que a acumulação de capital nesta obstaculizaria a esfera produtiva. Assim a acumulação financeira acaba por afetar o setor industrial, o emprego, a renda, etc. drenando recursos que seriam investidos nestes setores para os agentes financeiros em busca de valorização sem aplicação no processo produtivo. Primeiramente há que se notar que o capital para se reproduzir deve necessariamente ser aplicado na produção. A esfera bancária pode

mediar a cessão deste capital acumulado em direção àquele capitalista que vai aplicá-lo na produção em troca de pagamento no formato de juros, contudo, segue existindo a necessidade de sua aplicação. A apontada oposição entre capital financeiro e industrial ignoraria assim a imbricação entre ambos. Essa interpretação acaba percebendo uma “contradição entre a acumulação real e a especulação financeira” (AMARAL, 2012, p. 86). Ora, como já apontado esta oposição não poderia existir uma vez que o próprio imperialismo e a figura do capital financeiro advém da concentração e o vínculo de capitais industriais e bancários em torno dos grandes conglomerados. Deve ser considerado que a acumulação na esfera financeira advém muitas vezes dos lucros gerados na indústria e, ao mesmo tempo, financia a produção industrial. Finalmente a propriedade destes capitais, no formato de ações encontra-se incrivelmente entrelaçado em torno do que Lênin já denominava de oligarquia financeira.

A partir da crítica a essas visões, devemos apontar que na visão da autora a financeirização seria um processo por meio do qual o setor financeiro em sua totalidade ganha autonomia e poder frente ao resto da economia. Com essa ascensão converte-se o processo produtivo de acordo com a lógica do capital financeiro, visando sua valorização como ente central nesta etapa capitalista. Além disso, deve ser considerado nesse processo uma inclusão cada vez maior de inúmeros atores, além dos bancos na esfera financeira. Esse processo se dá através de diversos serviços financeiros por parte de inúmeras empresas originalmente atuantes em diferentes ramos, amparadas também num desenvolvimento tecnológico que permite esses novos serviços visando a valorização do capital. Além disso, através do crédito e endividamento, aquisição de seguros, fundos de pensão e diversos novos serviços financeiros se inclui a classe trabalhadora como agente financeiro. Apropria-se, assim, de parcelas maiores de capital, absorvidas agora direto do salário para a valorização na esfera financeira.

Deste modo se configura a extração de lucros por parte dos bancos e demais instituições financeiras diretamente dos salários em lugar da mais valia. Esta seria a característica mais gritante e perniciosa do processo de financeirização que emblematiza a atual fase de desenvolvimento do sistema capitalista (AMARAL, 2012, p. 89).

Amaral busca também uma categorização dos mecanismos de transferências de valor da periferia em direção ao centro, e assim identificar historicamente as mudanças ocorridas no sistema imperialista. A mudança primordial neste sentido se daria a partir da década de 1980, quando estoura a crise da dívida no continente latino-americano. A dívida havia crescido exponencialmente na década anterior como consequência do dólar desvalorizado e do petróleo sobrevalorizado, e compromete as economias do continente a partir do aumento dos juros por parte dos EUA. Até então a “extração de excedentes” se mostrava principalmente através da Balança de Pagamentos, enquanto com a redefinição pós-crise, aparece de maneira mais presente pela Balança de Rendidas. Ainda que ambas as formas não sejam mutuamente excludentes e coexistam em

ambos os períodos, trata-se do ganho de importância de uma relativamente a outra. Enquanto a primeira configuração (que se apresenta na balança de pagamentos) se dá por meio do intercâmbio desigual, a segunda ocorre por pagamentos decorrentes da entrada de investimentos estrangeiros na forma de empréstimos, investimentos em carteira etc. e a posterior saída de seus rendimentos (na forma de juros, lucro e renda). É a partir da década de 1990 que ganha espaço o pagamento relativo à aplicação em carteira frente aos empréstimos convencionais, que prevaleciam até então (AMARAL, 2012, p. 123-124). Dessa maneira percebemos uma mudança qualitativa nos mecanismos de transferência de valor das economias dependentes que estão alinhados ao processo global de financeirização da economia. Além disso, uma conseqüente ascensão dos meios fictícios de valorização do capital e o aparente descolamento da esfera produtiva são notados. Dessa forma “uma recolocação da dependência em tempos de financeirização” se torna necessária (AMARAL, 2012, p. 125).

Ainda que os mecanismos de extração de excedentes das economias dependentes se deem nesta nova fase do imperialismo sob o aparato financeiro internacional (em formas de empréstimos, investimentos em carteira etc.), as formas de reprodução ampliada do capital não podem se dar de fato nesta esfera, uma vez que a valorização real do capital deve estar sempre vinculada ao processo produtivo. Esta modificação do processo de transferência de valor vem atrelada a uma reestruturação do setor produtivo e das próprias dinâmicas de acumulação do capital nas economias dependentes. Essa mudança teria como foco central a adequação da produção aos moldes mais adaptados à valorização do capital financeiro e a extração de valor de maneira crescente e mais imediata possível. Percebe-se esta mudança na reprimarização das economias e desindustrialização do continente vivida nas últimas décadas com força nos países latino-americanos. Contudo deve-se entendê-lo atrelado à financeirização, e como processo adaptado para a manutenção da acumulação global de capital nesta etapa do imperialismo. Em suma “a esfera financeira depende do valor gerado na produção para que possa se realizar. [...] Desta maneira, a acumulação meramente financeira está totalmente vinculada ao padrão de reprodução estabelecido no interior das economias periféricas” (AMARAL, 2012, p. 126-127).

Chegamos então à definição, segundo Amaral da atualidade da dependência. Partindo da reconfiguração do sistema imperialista, e da exacerbação do poder e tamanho da esfera financeira relativamente à produtiva. Entendemos também que a esfera financeira por si só não pode reproduzir o capital ao que só podemos inferir que esta moldará o processo produtivo conforme melhor se encaixe no processo de acumulação. A partir deste entendimento podemos melhor perceber os padrões de desenvolvimento capitalista reproduzidos na periferia global principalmente a partir da reorganização econômica neoliberal. Esta etapa marca o início da financeirização econômica e urge uma renovada concepção de dependência.

Segundo Amaral a nova forma que assume a dependência, não pode mais

ter como característica central de análise a superexploração do trabalho, (ainda que ela não deixe de existir), mas se ancora cada vez mais na superioridade tecnológica dos países centrais em relação aos dependentes, que acabam limitados a uma mera reprodução dos “padrões cada vez mais efêmeros de produção e consumo que o desenvolvimento tecnológico autônomo dos países centrais vai impondo ao resto do planeta” (AMARAL, 2012, p. 135).

Finalmente, identificando as maneiras que a financeirização afeta a dependência, a autora explica que esse movimento

não se reduz ao processo de crescimento da riqueza financeira [...] mas implica o posicionamento da lógica financeira na cabine de comando do processo de acumulação. Isso implica que os processos produtivos, todos eles, são conduzidos, há pelo menos três décadas, sob a pressão rentista e curtoprazista que é própria dessa lógica (AMARAL, 2012, p. 135-136).

E conclui apontando que o rentismo

se intensifica enormemente nesta última fase do capitalismo marcada pela financeirização. Ora, um monopólio das nações mais desenvolvidas que se assenta no poder tecnológico enquadra-se à perfeição na figura do rentismo, porque os bens importados são cada vez mais invisíveis (intangíveis), tendo seu preço definido quase que integralmente por direitos de propriedade e licenças de uso, ou seja, renda do conhecimento (AMARAL, 2012, p. 136).

1.6 Capital-Imperialismo

Partindo do debate proposto por Amaral, onde entendemos que o capitalismo e o imperialismo atingem uma nova etapa histórica marcada pela financeirização do capital, adentramos na obra de Virgínia Fontes. A autora apresenta seu pensamento no livro *Brasil e o Capital-Imperialismo* (2010) e coincide com o entendimento de Amaral de que a esfera financeira vem ganhando peso na fase atual do capitalismo. Fontes propõe o surgimento de uma nova fase, que viria a substituir o sistema tradicional previamente definido. Esta nova fase chama de Capital-Imperialismo. Esse sistema seria marcado justamente pela exacerbação das desigualdades inerentes ao sistema imperialista e sua reprodução em nova escala que haveria de redefinir o imperialismo sob novas bases. Assim a atualidade não poderia mais ser definida nos termos teorizados pelos estudiosos pioneiros que definiram o imperialismo “tradicional”. Seria necessária uma percepção abrangente e contemporânea, que pudesse melhor apreender essas modificações não vividas por aqueles que estudaram o capitalismo em fins do século XIX. A isso propõe a categoria de Capital-Imperialismo, que não deixa de se embasar nesses estudos preliminares, mas se propõe ir um passo adiante.

A expressão capital-imperialismo permite capturar o movimento peculiar ocorrido após a Segunda Guerra Mundial que aprofundou e alterou os traços fundamentais do imperialismo tal como formulado por Lênin. Novas características resultariam exatamente de sua dilatação em nova escala. A perpetuação

da violência de classes se duplica pela disseminação de envolventes malhas tecidas por entidades cosmopolitas voltadas para o convencimento, tentando dissuadir a classe trabalhadora pela repetição *ad nauseam* de que este é o único modo de existência possível (FONTES, 2010, p. 14).

Fontes se dedica (bem como muitos outra/os autoras/es da área) a entender as especificidades do sistema capitalista na contemporaneidade, marcado sobremaneira pela acumulação global de capital portador de juros sob novas formas de propriedade. O movimento de aparente descolamento da esfera produtiva em busca de uma ideal valorização puramente na esfera financeira marca a atualidade das economias capitalistas e da vida neste modo de produção. Esse descolamento, contudo, é e só pode ser aparente, pois, de fato, o capital pode reproduzir-se apenas a partir de sua aplicação no processo produtivo, mediante a extração de mais-valia.

A valorização ideal nos meios do rentismo bancário se dá de fato pela transformação do capital-dinheiro em mercadoria, cuja remuneração se dá através dos juros, e a venda (ou aluguel) é mediado pela esfera bancária/financeira¹⁰. O capital enquanto mercadoria, se utiliza do capitalista produtivo de forma a se valorizar. Desta maneira o capital portador de juros será cedido em forma de empréstimo dinherário às frações produtivas da burguesia, que vão, por sua vez, aplicar ao processo produtivo e assim produzir mais valor. Nessa lógica deve-se explorar a mais-valia de forma redobrada, buscando pagar de volta o preço destes empréstimos e acumular para si próprio. Idealmente o capitalista produtivo busca acumular até poder este também descolar-se da esfera produtiva e explorar o capital-dinheiro enquanto mercadoria.

Lênin apontava, em sua concepção do imperialismo, uma “união íntima”, (um casamento) entre o capital industrial e bancário que haveria criado o capital financeiro, peça fundamental na etapa imperialista. Fontes, ressignificando a metáfora do autor aponta que na atualidade não existiria mais essa união, mas sim uma “fusão pornográfica”. Nesta orgia de capitais inúmeras categorias, advindas de qualquer esfera unem-se “sob o predomínio do capital monetário” em busca de valorização ao redor do mundo. A própria figura da empresa não importa mais ao capital, mas apenas sua própria valorização. As inúmeras entidades financeiras de diversos tipos atuam na propagação e direcionamento destes capitais que na atualidade não encontram-se mais atrelados a qualquer tipo de lastro, ou limitações nacionais, buscando sua valorização ao redor do globo (FONTES, 2010, p. 359).

O capital portador de juros não existe apenas sob propriedades dos grandes capitalistas que concentram de fato grandes somas deste. As dinâmicas atuais descritas por Fontes mostram que a esfera financeira busca absorver, sob sua batuta, capitais das mais distintas origens. Não se limita mais às somas da mais-valia ociosa que antes formavam o capital portador de juros, mas abrange de forma crescente parcelas do

¹⁰ Na atualidade multiplicam-se os agentes atuantes na esfera financeira que não são necessariamente bancos, como apontado por Amaral (2012).

salário da classe trabalhadora. Fundos de pensão e previdência privadas, além de uma série de serviços em forma de financiamentos, oferecidos por um número cada vez maior de entidades que atuam no setor financeiro direcionam somas salariais crescentes à esfera rentista/financeira. Esse direcionamento vai fortalecer as dinâmicas capital-imperialistas e a própria esfera financeira, que passa a administrar crescentes somas de capital e apropriar-se de sua valorização. Exacerba assim as dinâmicas sociais próprias ao capitalismo uma vez que necessita de crescentes somas de capital expropriado para a acumulação na esfera financeira. Tanto nos países dependentes quanto nos centrais (ainda que em menor escala) percebem-se as expropriações primárias e secundárias da classe trabalhadora, que se acentuam em momentos de crise sistêmica. Nesse ponto nos parece interessante diferenciar as expropriações conforme definidas por Fontes.

A autora diferencia as expropriações em primárias e secundárias. As primeiras se dariam sob a forma de expropriação da terra, necessária à acumulação primitiva de capital. Essa expropriação está bem explicitada e presente dentro do debate marxista. Seria necessária para a conversão dos trabalhadores fixados no campo em trabalhadores livres principalmente nas áreas urbanas, que tem na venda da força de trabalho o único meio de subsistência. Ao serem expulsos de suas terras e dos meios tradicionais de subsistência ou de produção artesanal passam a buscar no mercado, tudo aquilo que lhe é necessário para sobreviver e reproduzir-se também enquanto força de trabalho (FONTES, 2010, p. 49-50). O trabalhador expropriado não dispõe dos meios de subsistência e produção própria que a terra lhe concedia, passando a atuar como força de trabalho para a grande indústria capitalista. É o trabalho assalariado que permite a produção e apropriação pelo capitalista da mais-valia através do processo produtivo. Ao mesmo tempo, em que as expropriações primárias criam e rebaixam o valor da força de trabalho assalariada, gestam mercado para a produção industrial. Além disso, permitem a acumulação dos recursos da terra, agora expropriada, pelos que se apropriam de sua renda. Ainda que esta expropriação seja chamada de primária por ser essencial ao nascimento do capitalismo nada aponta que ela deixe de existir, ou só exista num momento anterior à consolidação deste sistema. De fato continua sempre presente, subjugando as formas de produção não capitalistas remanescentes. Principalmente nos países periféricos esta forma de expropriação permanece muito presente uma vez que nos países centrais o capitalismo, em geral, já englobou a quase totalidade das populações e localidades antes exteriores a si.

Por outro lado, as expropriações secundárias seriam aquelas que recaem sobre os trabalhadores já urbanizados, despojados da terra e dos meios de produção. Recaiam sobre direitos conquistados, sobre o próprio contrato de trabalho, que se torna cada vez menos protetivo ao trabalhador, sobre as previdências públicas, etc. Parcelas do patrimônio e serviços que antes estavam na esfera pública e vão sendo passados ao serviço da acumulação privada de capital através de privatizações, não apenas de

empresas estatais, mas também de serviços antes públicos. Percebem-se nas novas formas de contratos e legislações trabalhistas que flexibilizam os direitos do trabalhador, multiplicam-se as formas de contrato sem direitos através de terceirizações, trabalho intermitente, pagamento por projeto, etc. Os próprios espaços públicos vêm sendo expropriados crescentemente conforme se percebe uma reconversão das cidades a partir da lógica do consumo e não da cidadania ou da ocupação popular. Bairros inteiros concedidos à iniciativa privada, praças, parques e inúmeras localidades públicas vão sendo transferidos ao setor privado para servirem à acumulação de capital. Também neste sentido percebe-se a própria arquitetura do mobiliário urbano pensado cada vez mais para evitar a ocupação dos espaços públicos pela população que não sejam voltados ao consumo. Nas palavras da autora:

As expropriações contemporâneas mantêm uma forte homologia com a permanência e expansão da clássica expulsão do campo dos trabalhadores rurais, violenta e/ou por via parlamentar, mas, por resultarem de uma situação quantitativa e qualitativamente nova, apresentam também aspectos originais. [...] Assinalei, então, a importância da expropriação contratual, ou a tendência à exploração da força de trabalho desprovida de vínculos geradores de direitos, como o trabalho por venda de projetos, a constituição de empregadores de si mesmo, como as 'pessoas jurídicas' singulares; a quebra da resistência tradicional dos trabalhadores decorrente de sua unificação em grandes espaços pelas desterritorializações; as flexibilizações de contrato, precarizações e assemelhados, todas elas agindo no sentido da expropriação da nova capacidade cooperativa dos trabalhadores através de segmentações implementadas por novas tecnologias de controle hierárquico distanciado, etc (FONTES, 2010, p. 58).

Essas expropriações vêm se exacerbando conforme o capital-imperialismo apresenta necessidade sempre crescente de acumulação, e atinge a todos os recantos do mundo, neste sistema que é totalizante e global. Dentro das economias centrais destacam-se as expropriações secundárias, uma vez que os trabalhadores dessas localidades já se encontravam expropriados de terras e meios de produção desde muito. Nesses países as expropriações se exacerbam nos períodos de crise do capitalismo, como se percebe a partir de 2008 com o ataque aberto aos sistemas de seguridade social em países europeus. Nos países dependentes, contudo, elas nunca deixam de existir, porém, se destaca a força que mantém as expropriações primárias, pelas ainda significativas somas de população no campo, com acesso às terras comunais ou ocupações tradicionais. Nos países periféricos essas expropriações são aceleradas em nossa percepção por uma série de fatores econômicos e políticos próprios das economias dependentes.

Para Fontes o Capital-imperialismo começa a fomentar suas bases ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando efetivamente o capital norte-americano não encontrava mais condições para sua reprodução ampliada dentro do sistema anterior. A acumulação sem precedentes deste capital ao fim do conflito criou a necessidade de uma reconfiguração global do capitalismo de forma a permitir a manutenção da

ampliação de sua área de atuação e de suas formas de valorização. Num primeiro momento do pós-guerra percebemos os anos da chamada era de ouro do capitalismo global, ainda que esta forma “humanizada” de capitalismo tenha se restringido às economias centrais. Nesses anos os capitais norte-americanos puderam se reproduzir a partir da reconstrução europeia e japonesa e mantendo as transferências de valor da periferia global em sua direção com uma participação cada vez mais global das multinacionais dos países centrais na economia global. Possibilitou-se com isto uma melhor distribuição de excedentes de capital à classe trabalhadora dos países centrais sem afetar efetivamente o processo de acumulação do capital. Todavia concomitantemente já se reconfiguravam os mecanismos de acumulação clássicos, mesmo que essas novas formas não houvessem ainda se tornado hegemônicas.

Assim, “ao final da Segunda Guerra Mundial, o imperialismo iniciava sua conversão contraditória para capital-imperialismo, formato doravante obrigatório inclusive para os ‘novos’ retardatários” (FONTES, 2010, p. 151). E aponta também que o imperialismo nesta fase “embora não exatamente idêntico à letra de Lênin, cabia plenamente no conceito por ele formulado” (FONTES, 2010, p. 150). É na década de 1970 que as modificações iniciadas nas duas décadas anteriores vêm à tona com maior força. Globalmente se percebe a aplicação da nova agenda neoliberal que se tornou hegemônica nas instituições econômicas globais e nas políticas nacionais nos mais diversos rincões do planeta. Com essas modificações os movimentos sociais se viram também afetados, uma vez que seriam foco de resistência a esse novo modelo de desenvolvimento capitalista. Assim foram, desde o início, um alvo preferencial da reconfiguração capital-imperialista.

Inaugurava-se a ‘pobretologia’, com o fito de eliminar as análises totalizantes sobre as condições internacionais de produção da desigualdade e estimulando financeiramente estudos limitados a mensurá-la, capturando-a como alvo prioritário de atuação ‘coletiva’ mercantil-filantrópica e de expansão do capital-imperialismo (FONTES, 2010, p. 192).

Na América Latina a reconversão capital-imperialista teria se dado a partir do fim da Segunda Guerra Mundial (entre 1945 e 1965 segundo Fontes (2010, p. 207)), onde se percebe uma entrada em escala crescente de capitais norte-americanos. A integração imperialista dos meios de produção, na forma da exportação de capitais pelos países centrais e da entrada de multinacionais nas economias dependentes segue neste sentido. As ditaduras militares que se multiplicaram na região se mostraram importantes na implantação deste novo formato do imperialismo. Concomitantemente à desarticulação dos movimentos sociais, efetivada neste período se percebe a compra de empresas locais, a maior entrada de multinacionais nas economias latino-americanas e o conseqüente crescimento do poder do capital internacional nas políticas internas no continente. A desarticulação (pela repressão aberta) dos movimentos sociais facilitou posteriormente a reconfiguração produtiva neoliberal, com um modelo de desenvolvi-

mento primário exportador que chega com força no Brasil a partir da década de 1990. Como apontado anteriormente por Amaral, esta nova forma de acumulação mostra-se favorável ao novo modo global de valorização do capital, e ganha força com a abertura das economias aos capitais internacionais financeirizados, dentro das premissas da globalização neoliberal. Explicando a expansão e consolidação do capital-imperialismo Fontes aponta que:

Sob o capital-imperialismo travou-se uma enorme batalha em torno de sua adequação às condições da expansão internacional do capital durante a Guerra Fria, o que permitiu período de prolongado alívio às classes trabalhadoras dos países centrais e seu aceno distante aos demais países. Uma vez consolidadas tais condições – internacionalização da propriedade do capital, de um lado, e encapsulamento dos trabalhadores, de outro – as pressões expropriatórias voltaram a incidir, sempre de maneira desigual, mas agora voltadas também contra as populações dos países centrais (FONTES, 2010, p. 308).

Nota-se o crescimento do papel das ONG's nos movimentos sociais, bem como uma crescente ingerência patronal. Dessa forma o capital vem desarticulando os movimentos mais combativos à reconfiguração deste sistema e colocando os movimentos sociais dentro de um padrão que serve melhor a seus interesses. O grande capital age no sentido de desarticular a luta social, de forma que pautas fragmentadas sejam a nova maneira de militância. Busca-se afastar a possibilidade de um horizonte utópico amplo, de superação do sistema capitalista para se focar na solução imediata das dinâmicas criadas por este sistema. Assim esses novos movimentos tendem a não questionar a fonte das mazelas que buscam combater, centrando-se na administração da pobreza, e de seus efeitos mais deletérios como o combate a fome, habitação popular, etc.

A ingerência patronal se dá também no sentido de reorganizar as diferentes lutas sociais, colocando recursos financeiros ou propagandísticos em prol de determinados movimentos enquanto atacam outros. Estas associações que se adéquam ao modelo de militância agora aceito pelo patronato são colocados como modelo nas mídias de uma militância moderna e efetiva dentro da nova realidade social globalizada. São aceitas pautas específicas que acomodem essas petições desde que não ameacem o processo de acumulação. Além disso, os próprios movimentos sociais, agora marcados por um forte papel das ONG's e Fasfil's (Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos) atuam no sentido de pleitear cada vez maiores somas de recursos antes públicos para a administração privada por suas estruturas. Esses movimentos “não governamentais” (muitos dos quais recebem forte influência de associações patronais) direcionam para si recursos antes estatais que serão utilizados muitas vezes para reproduzir as próprias premissas capital-imperialistas de forma a não questionar tal sistema, mas apaziguar determinados resultados deste. Neste sentido deve ser apontado que a partir da década de 1990 ganham força nos movimentos sociais as associações ligadas ao empresariado. Essas novas associações por diversos meca-

nismos atraem para si também recursos públicos, antes destinados à administração de determinados serviços estatais. Ao mesmo tempo, isolam aqueles movimentos trabalhistas mais combativos, tidos agora como radicais e ultrapassados (FONTES, 2010, p. 210).

Importante ponto da análise é o renovado papel que assume o Estado em que a autora busca identificar as modificações ocorridas que permitem e avançam na reprodução interna e externa do capital-imperialismo. Os Estados atuam, em sua interpretação, no sentido de manter a liberdade internacional do capital, que busca sua valorização em diferentes recantos do globo, aonde forem melhores as condições de sua reprodução. Por outro lado, recrudesce a limitação da classe trabalhadora a seu Estado nacional de origem, não possibilitando que a mesma busque melhores condições salariais em outras partes do planeta.

À extensão do espaço de movimentação do capital corresponde uma tentativa de bloquear essa historicidade expandida, pelo encapsulamento nacional das massas trabalhadoras, lança praticamente toda a humanidade na socialização do processo produtivo e/ou de circulação de mercadorias, somando às desigualdades precedentes novas modalidades (FONTES, 2010, p. 149).

Além disso, a reconversão capital-imperialista e a modificação dos aparatos produtivos para encampar esta nova forma de reprodução do capital, marcada por novas formas internacionalizadas de propriedade, se deram através do Estado, pela desarticulação dos movimentos sociais resistentes e na própria expropriação de direitos, que se deram no âmbito estatal. Na atualidade as expropriações a partir do Estado se dão dentro do âmbito democrático liberal, (com apoio de uma forte campanha midiática) sem necessidade da implementação de ditaduras militares e cerceamento dos parlamentos. Se percebe na década de 1990 uma grande reconversão dos direitos sociais bem como repressão dos movimentos mais combativos sem a necessidade de sustar a democracia liberal ou o poder parlamentar, mas surgindo muitas vezes desta instituição. Esses fatores mostram que a reconversão capital-imperialista atinge os âmbitos estatais, e na atualidade não mais necessita de ditaduras militares *stricto sensu* para a retirada de direitos sociais, enquanto o Estado se mantém em posição central na reprodução e manutenção deste sistema. Visando esta consolidação do papel estatal no período posterior às ditaduras militares a própria

[...] democracia, fruto da conquista popular, enfrentaria uma regular e sistemática redução de seu teor igualitário, crescentemente sinonimizada aos mecanismos eleitorais e parlamentares, o que se inicia com a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989 (FONTES, 2010, p. 320).

2 Brasil na América do Sul

Partindo do debate contemporâneo apresentado anteriormente nos propomos agora a apresentar teorias que buscam especificar qual o papel do Brasil no mundo e na América do Sul. Desde a conjuntura das independências latino-americanas, e talvez com maior força a partir da década de 1960, no contexto da Guerra Fria, da revolução cubana e do acelerado processo de industrialização, postulam-se diferentes abordagens sobre a posição brasileira, tendo em vista as dimensões do país em relação ao resto do continente e a percepção de uma relação de proximidade com o imperialismo norte-americano. Assim muitos autores se dedicaram a analisar essas relações apontando por vezes o Brasil como agente imperialista na região, responsável pela manutenção (e beneficiário) do *status quo* regional em parceria com a potência norte-americana. O país teria uma posição vantajosa junto aos EUA percebida na atração de capitais estrangeiros, que permitiram a consolidação de um parque industrial diversificado no Brasil e a reprodução de uma divisão do trabalho em âmbito regional. As percepções do subimperialismo e do capital-imperialismo, entre outras, dedicaram-se a compreender a especificidade do papel brasileiro na América do Sul desde diferentes pontos de vista, tendo em comum a percepção de uma posição intermediária do país entre os centros imperialistas e a periferia.

2.1 Subimperialismo

O subimperialismo surge como categoria na obra de Ruy Mauro Marini, que conformou a vertente marxista, ou linha radical da teoria (ou controvérsia) da dependência, juntamente com Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Os autores buscavam, desde uma perspectiva latino-americana e marxista, pensar o continente no capitalismo global a partir da década de 1960, percebendo sua posição dependente em um momento de modificações estruturais no imperialismo. Assim buscaram apreender as modificações do capitalismo brasileiro e latino-americano a partir da crise dos processos desenvolvimentistas e da instauração de ditaduras militares, que consolidaram um novo processo econômico. Isolados do debate nacional e perseguidos politicamente, as categorias fundamentadas por estes autores acabaram por inspirar uma série de pensadores e teorias em seu tempo, tendo sido debatidos mais fora do Brasil do que dentro dele¹¹. Na atualidade este debate (assim como o do imperialismo) passa por um renascimento. Muitas categorias construídas em torno do debate dependentista, inclusive o Subimperialismo, vêm sendo repensadas em consonância com a atualidade das relações político-econômicas no continente.

Precisamos destacar, de antemão, que as chamadas 'teorias da dependência' compreendem um conjunto bem heterogêneo de interpretações, com uma

¹¹ Ver Prado (2009)

clivagem usualmente aceita entre versões weberiana e marxista. Evidentemente, consideramos apenas a teoria marxista da dependência como um desdobramento das teorias marxistas do imperialismo. A relação entre ambas pode ser entendida como de 'complementação', 'reformulação' ou 'ampliação' (LEITE, 2017, p. 98).

Muitos dos críticos apontam a perda da vigência do subimperialismo, entendendo que teria se limitado ao período do regime militar enquanto outros entendem que nunca houve de fato. A percepção de Marini é que este sistema surgiria da dinâmica econômica própria da América Latina na década de 1960, porém, se criaria como uma etapa do capitalismo dependente ao atingir determinado grau de concentração de sua economia. Na definição já clássica do autor o Subimperialismo seria "la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de los monopolios y el capital financiero" (MARINI, 1977, p. 17).

Marini acompanha assim o debate pioneiro acerca do imperialismo, que considerava justamente a monopolização econômica na Europa e o capital financeiro como características fundadoras deste sistema. A citação reverbera ainda o entendimento de Lênin do imperialismo como fase (ou etapa) do capitalismo. Marini entende, assim como o autor russo, que este fenômeno não poderia ser desfeito dentro da esfera do capitalismo por se tratar de uma etapa e não uma política de determinado governo ou regime. Há no enunciado a "intenção do autor em frisar a origem histórica do imperialismo e do subimperialismo como derivada da mesma raiz, embora um pertença às economias dominantes, enquanto o outro é próprio do capitalismo dependente" (LUCE, 2011, p. 73).

Contudo, o subimperialismo não pode ser entendido como uma reprodução direta do imperialismo que Lênin teorizou em escala miniaturizada nos países dependentes. Tampouco se pode entendê-lo como um canal direto de transmissão de interesses onde o país subimperialista assumiria a posição de mantenedor dos projetos hegemônicos junto aos países de seu entorno. Ambos se apresentam num mesmo sistema e o subimperialismo não pode existir em separado do imperialismo. Todavia devem-se considerar as dinâmicas específicas do capitalismo dependente, por isso não surge (nem poderia) como um espelho do imperialismo central. Por outro lado existem também semelhanças que devem ser apontadas.

O capitalismo na América Latina se desenvolveu dentro do contexto da expansão e evolução do capitalismo mundial. Em função disso, assumiu formas específicas que, sem negar as leis gerais do movimento do sistema, configuraram no continente tipos específicos de capitalismo dependente, cujo caráter e modo de funcionamento estão intrinsecamente conectados à dinâmica que assume historicamente o capitalismo nos países centrais. (BAMBIRRA, 2013, p. 33)

Primeiramente nota-se que a ausência de um expansionismo ou colonização não pode ser considerado prova contrária à existência do subimperialismo, uma vez

que tampouco são as características essenciais ao imperialismo, ainda que muito presentes. Ora, na perspectiva de Lênin o Imperialismo multiplica de fato as tensões entre as potências e as guerras de colonização, contudo, esse tensionamento surge do processo de concentração econômica e do capital financeiro. “O binômio monopólios e capital financeiro [...] dão conta de explicar os demais aspectos” (LUCE, 2011, p. 74). Conforme aponta Marini:

A característica central do imperialismo não é a exportação de manufaturas ou de capital, nem o controle de fontes de energia e matérias-primas, nem a partilha do mundo. Estas são, na verdade, as manifestações que assume a economia capitalista ao passar para a fase dos monopólios e do capital financeiro (MARINI, 2013, p. 36).

Assim o fato do Brasil não se expandir militarmente sobre sua vizinhança não refuta um possível subimperialismo do país, mesmo se este fosse entendido como espelho do imperialismo central. Da mesma forma que uma percepção atual de diminuição das tensões entre as grandes potências não implica num arrefecimento do imperialismo. Diferencia-se o imperialismo de simples expansionismo ou militarismo, da mesma forma que o subimperialismo não deve ser entendido como tal.

O imperialismo surge da enorme concentração de capital em determinados países e de seu transbordamento para além de suas fronteiras estatais. O subimperialismo, por sua vez, nasce de um processo similar que, contudo, se coloca em marcha com grande poder do capital dos países centrais. Esses capitais encontram-se no âmago das economias “intermediárias” e são responsáveis por uma aceleração de seu processo de industrialização, monopolização e exportação de manufaturas e capitais. Diferente da chegada dos países imperialistas a esta etapa, nos subimperialistas é o capital internacional que impulsiona a expansão industrial e a atuação internacional, desnacionalizando, contudo, os setores mais dinâmicos dessas economias.

A circulação de capital em escala mundial se intensifica e se amplia, ao mesmo tempo em que se diversifica a acumulação. Entretanto, seguem atuando as tendências à concentração e centralização próprias da acumulação capitalista, ainda que agora também em benefício das nações de composição orgânica intermediária (MARINI, 2013, p. 40).

A entrada em peso do capital estrangeiro em determinados países dependentes além de elevar a composição orgânica do capital cria também a cooperação antagônica como marca das relações entre estes países subimperialistas e as potências centrais. A composição orgânica média do capital e a cooperação antagônica são as determinantes essenciais do subimperialismo para Marini como veremos mais detidamente posteriormente. Essa industrialização desnacionalizada será responsável (também) por grandes remessas de valor dos países dependentes subimperialistas em direção aos centrais. O capital internacional assim dá “origem não a internacionalização do mercado interno, mas a internacionalização do sistema produtivo nacional, ou

seja, a integração imperialista dos sistemas de produção”¹² (LUCÉ, 2011, p. 76). As contradições internas dos países dependentes não são sanadas ao atingirem a fase subimperialista nem mesmo exportadas como lograram os países centrais. Assim

se as medidas de expansão externas são tomadas sem realizar as reformas internas, as contradições internas se farão ainda mais agudas, na medida em que, criando uma grande aspiração de desenvolvimento nacional, não se eliminem os setores retrógrados no interior. Ao conceber o processo de expansão do mercado externo como solução para o problema do mercado interno, o centro subimperialista estaria, na realidade, cavando sua própria tumba, pois não poderia conter os movimentos nacionais gerados por esta expansão, nem tampouco seria capaz de resolver os problemas internos que tenta eludir (SANTOS, 1970 *apud* LUCÉ, 2011, p. 158 - 159).

Mathias Luce, seguindo a perspectiva de Theotônio dos Santos, aponta que os países imperialistas buscam exportar suas contradições internas através das transferências de valor e da superexploração nos países periféricos. O subimperialismo por sua vez não seria capaz dessa exteriorização por não se livrar efetivamente da dinâmica imperialista e da drenagem de valores em direção ao centro¹³ (LUCÉ, 2011, p. 100).

2.1.1 Países tipo A e B

Vânia Bambilra, expoente da teoria marxista da dependência, propõe uma tipologia de caracterização dos países latino-americanos de acordo com sua industrialização. A proposta da autora difere do subimperialismo de Marini por buscar abranger de maneira mais ampla os processos de industrialização latino-americanos de acordo com a fase em que se encontravam quando se deu a integração imperialista dos sistemas produtivos. A diferença encontra-se de fato no foco de sua análise e não em uma discordância com a proposta do subimperialismo com o qual se encontra em consonância.

Assim nos propõe uma diferenciação entre os países do Tipo A e aqueles do Tipo B. Busca diferenciar em grupos os países a partir da posição em que se encontravam quando se iniciou o processo de integração monopólica de setores industriais pelo capital transacional. Considera assim os diferentes ritmos dos processos de industrialização na América Latina, que como no mundo apresentou uma historicidade específica em cada país, respondendo aos contextos políticos e econômicos internos e às contradições próprias ao capitalismo. Deve-se destacar ainda que esse processo de

¹² A noção de internacionalização do mercado interno foi proposta por Fernando Henrique Cardoso e se tornou hegemônica no debate da dependência.

¹³ Ainda que aponte que esse movimento foi possível pelo menos em um caso. Durante a ditadura militar brasileira o governo pôde diminuir a tensão no campo incentivando a migração rural para o Paraguai e Bolívia, exportando parte dos conflitos, consolidando sua influência na região e dominando a produção agrícola desses territórios (LUCÉ, 2011, p. 100).

industrialização é desigual inclusive internamente a cada país mantendo zonas de acumulação e outras de “desacumulação” e diferenciais regionais de produtividade. Assim, a entrada de capitais imperialistas em peso nos setores industriais (momento fundamental para ascensão do subimperialismo brasileiro segundo Marini) se depara no continente com estruturas econômicas extremamente diferentes e desiguais.

Ainda que em todo o continente a agroexportação ainda representasse a atividade econômica central, os países do tipo A já haviam iniciado uma industrialização, com base no capital nacional e nos processos de substituição de importações que ganharam *momentum* com a deflagração dos dois conflitos mundiais na Europa¹⁴. Se encaixariam nesta tipologia Argentina, Brasil, Chile, México, Uruguai e Colômbia que já apresentavam setores industriais endógenos quando do início da integração industrial ao capital internacional. Nos países do tipo B esse período de integração monopólica encontrou estruturas primário-exportadoras, com industrialização incipiente, e de produção artesanal.

Ademais “seria possível distinguir um terceiro tipo de países com estrutura agrário-exportadora sem diversificação industrial (tipo C), que incluiria o Paraguai, o Haiti, e talvez, o Panamá” (BAMBIRRA, 2013 [1971], p. 60). Devemos destacar que a autora não se debruça sobre a caracterização própria de um “Tipo C”. Essa tipologia seria uma possibilidade em países que não se encaixam nos outros tipos, e não por semelhanças em seus processos de desenvolvimento industriais como nos outros casos. Trata-se em nossa percepção de uma tipologia que serve mais a excluir esses países dos outros tipos do que propriamente agregá-los como um tipo específico. Ademais nos parece que estão deslocados na análise de Bambirra que buscava apreender a formação dos setores industriais e sua integração monopólica ao capital imperialista, não fazendo sentido assim abranger países que não apresentavam então um setor industrial consolidado.

Os países do Tipo A tem maior centralidade no tema desta análise, uma vez que dentro da proposta de subimperialismo seriam estes os países possíveis de gerar um processo do tipo por seu desenvolvimento industrial próprio. Assim se entrelaçariam nestes países os interesses burgueses industriais de grupos nacionais e internacionais. Por outro lado nos países do tipo B a indústria teria sido promovida praticamente em sua totalidade pelo capital internacional (BAMBIRRA, 2013 [1971]).

Para Bambirra esses países (do tipo A) apresentariam uma contradição inevitável, resultado do poder que mantiveram as oligarquias agrárias e a própria produção agro-exportadora para a obtenção de divisas internacionais. Com a impossibilidade de um alijamento efetivo das oligarquias rurais do poder e a criação deste pacto inter-classes “o processo de industrialização se desenvolveu baseado fundamentalmente no crescimento dos mercados urbanos, sem poder gerar uma incorporação extensa dos

¹⁴ Com a substituição de importações forçada pela produção europeia e norte-americana estar voltada essencialmente para o esforço de guerra.

mercados rurais potenciais” (BAMBIRRA, 2013 [1971], p. 177). Essa perspectiva entra em consonância com a necessidade de expansão externa que apresentam os países subimperialistas, ainda que esta posição não fosse alcançada por todos os países do Tipo A. Também nos parece alinhada com a percepção de Marini da limitação do mercado interno.

Ainda segundo Bamberger a burguesia industrial para solucionar essa problemática encontra soluções de várias ordens, são elas:

- 1) a intensificação do controle monopólico dos mercados existentes, que permite fixar os preços em níveis suficientemente altos para contra-arrestar o aumento dos custos de produção que advém da capacidade ociosa existente;
- 2) a contenção dos salários, que significa submeter a classe operária a uma intensa exploração, compensando em parte a subutilização da capacidade produtiva instalada;
- 3) o aumento das exportações;
- 4) a utilização do recurso ao subsídio e ao financiamento estatal. (BAMBIRRA, 2013 [1971], p. 178).

Bamberger ao nosso ver aponta então as especificidades presentes nas economias subimperialistas conforme apontava também Marini. A autora entende essas dinâmicas como a busca de soluções por parte das burguesias dos países de tipo A para sanar as limitações do mercado interno (essencialmente urbano). Ademais aplica essa busca não só ao Brasil, mas sim aos países do tipo A, o que não nos parece implicar que em sua visão todos esses países seriam subimperialistas, mas sim que reúnem bases econômicas agregáveis em sua tipologia. Conforme já apontamos, contudo, o subimperialismo não se dá como forma unicamente econômica e nem todos esses países apresentariam as dimensões políticas necessárias à sua ascensão subimperialista. O aparato militar e a coesão necessária da classe dirigente para embasar um processo expansionista apresenta-se com força apenas no Brasil dentre os países do continente.

2.1.2 Ascensão subimperialista

O Subimperialismo brasileiro surge, como já apontado, do processo de monopolização e ascensão do capital financeiro na economia dependente. No seio deste processo o país vivencia o surgimento de uma nova aliança de classes, diferente daquela existente até então. Setores da burguesia produtiva nacional, o capital internacional e as oligarquias agrárias renovam sobre novas bases o bloco no poder (para seu beneplácito) presente na administração política brasileira. Inaugura-se o regime militar de 1964 como representante dessa nova forma de acumulação capitalista.

Na década de 1950 a indústria brasileira não havia ainda alcançado a produção de bens de capital, e no fim da década a taxa de lucro vinha se deteriorando. Para atingir este setor da produção e renovar a lucratividade a burguesia industrial deveria ter acesso a maiores parcelas das divisas internacionais obtidas pelos setores agroexportadores, visando o investimento em uma nova estrutura produtiva. Por outro lado, seria necessária uma efetiva reforma agrária objetivando uma verdadeira expansão do

mercado interno que criasse no país uma sociedade de consumo. Por este meio seria possível manter as taxas de lucro da indústria que se vinham deteriorando e se possibilitaria o domínio deste último setor da indústria (máquinas de fazer máquinas) que requeria altos investimentos em tecnologia produtiva. Para que se tornasse possível o desvio das divisas internacionais (conseguidas pelo setor agroexportador) bem como uma efetiva reforma agrária, a burguesia industrial deveria embandeirar um projeto político-econômico de reforma estatal, alijando o modelo agroexportador oligárquico remanescente no Estado brasileiro (MARINI, 1977).

Concomitantemente a este processo, na década de 1960 o avanço técnico do capital fixo nos países centrais fez com este se tornasse obsoleto antes mesmo de se pagar. As multinacionais passaram a ter a necessidade de um mercado para escoar seu maquinário atrasado, que nas economias dependentes ainda representava um importante salto tecnológico. Solucionado a problemática da reconstrução europeia e japonesa os capitais norte-americanos necessitavam de espaço para entrar em maior escala na América Latina em busca de sua valorização e escoamento do capital fixo. Mostrava-se contraproducente que as nações latino-americanas atingissem a produção de maquinário ou aprofundassem um possível processo de desenvolvimento capitalista autônomo (MARINI, 2013).

Para Jaime Osorio, seguindo Marini este momento de forte industrialização na América Latina é também reflexo de um processo maior de prosperidade capitalista ao nível global. Neste período se percebe “a passagem dos países latino-americanos de uma modalidade internalizada e autônoma (até meados dos anos 1950) a outra, diversificada e mais integrada ao capital estrangeiro (do início dos anos 1950 em diante)” (OSORIO, 2012, p. 83).

Se perceberia a necessidade de intensificar a política de industrialização nos países dependentes, mas essa mudança não levaria a uma integração regional entre iguais, mas sim à dominação de um país sobre outros. Alguns países poderiam obter um status preferencial dentro do sistema. A tese do subimperialismo faz, assim, nos aproximarmos mais ao processo de desenvolvimento possível dentro do sistema capitalista internacional (SANTOS, 1970 *apud* LUCE, 2011, p. 158).

De fato, como demonstra Luce (2011, p. 66), havia uma aliança entre setores que não buscavam necessariamente um projeto comum. A burguesia agroexportadora estava, segundo o autor, alinhada com a burguesia industrial por um projeto de industrialização nacional. A camada que representava maior oposição a este projeto teria sido a burguesia comercial, ligada aos grandes grupos estrangeiros de comércio internacional (ainda que o capital internacional não estivesse interligado apenas com essa fração do capital). Desde 1937 um pacto político concatenou os interesses antagônicos de classes e pôde manter a industrialização, os privilégios do setor terratenente, as transferências de valor incluindo ainda demandas da classe trabalhadora. A partir da década de 1960 as dificuldades em manter os ganhos internacionais de divisas e a queda

da taxa de lucro industrial acirra a disputa em torno dessa massa de capital e recria sob novos termos a aliança de classes dominantes no Brasil, incluindo maior poder do capital internacional.

em consequência de seu poder econômico, seus interesses se impõem como parte do poder dominante nacional. Desta maneira, o capital estrangeiro, ou seja, os empresários estrangeiros, passa a ser um componente mais no amálgama do poder que dirige o destino das sociedades dependentes (BAMBIRRA, 2013 [1971], p. 200).

As reformas de base do governo João Goulart e a Política Externa Independente ameaçavam os interesses do capital internacional e da burguesia agrária (na figura da reforma agrária). Por outro lado a valorização da força de trabalho sem a expansão do mercado interno¹⁵ havia deteriorado a acumulação do setor industrial. Enfim a possibilidade da radicalização do proletariado degradingou numa reorganização da aliança de classes com apoio dos diferentes setores burgueses e das classes médias amedrontadas. Surge um novo formato de acumulação capitalista que aglutinou os interesses das três frações burguesas representadas (industrial, agrária, comercial/internacional), não incluindo mais os interesses das classes trabalhadoras que até então vinham sendo conciliados.

O Brasil foi o país no qual tal ruptura se deu de maneira mais radical. A imposição dos interesses burgueses industriais, bem como a manutenção dos privilégios oligárquicos tornaram necessária uma redefinição completa do papel do Estado frente aos interesses dos dominados (BAMBIRRA, 2013 [1971], p. 196).

A burguesia nacional abandona o projeto industrial autônomo e o fomento do mercado interno solucionando a problemática dos países industrializados e a necessidade nacional de maquinário, que passa a entrar de forma ainda mais forte no país através do investimento estrangeiro direto. Ao invés da importação, que prevalecia até então, as multinacionais começam a transferir seu equipamento obsoleto para as filiais instaladas aqui. Esse tipo de investimento reproduz e aumenta as contradições do capitalismo dependente uma vez que essas empresas enviarão para suas matrizes as remessas de lucros obtidos no mercado nacional, drenando crescentes massas de valor das economias dependentes. Ao mesmo tempo, promoverão uma industrialização (dependente) nesses países, já que seu maquinário enviado representava um importante avanço tecnológico. O mercado interno não se expande já que a produção, em geral, é voltada ao exterior e à reduzida camada consumidora de bens suntuários para a época, e o maquinário novo permite que se reduza a utilização da força de

¹⁵ Isto se daria, segundo Marini (1974, p.87 *apud* LUCE, 2011, p. 61) pelo fato de que a população que deixava o campo e chegava às cidades, somando-se ao exército industrial de reserva não era de fato qualificada para o trabalho em setores mais elaborados da indústria, de forma que não se aumentou de fato a disponibilidade de mão-de-obra que continuou por isso valorizada ao mesmo tempo em que o mercado interno manteve-se limitado.

trabalho e se concentre e centralize o capital. A realização da produção industrial se limita e dá origem ao que Luce (2011), na pista de Marini, chama de modelo tripartite de realização. Esse esquema se dá para o autor pela realização do capital dependente através do consumo suntuário das classes médias, das exportações e das compras governamentais.

A taxa de lucro industrial será compensada também com a superexploração da força de trabalho mantendo o processo interno de acumulação (MARINI, 1977). O maquinário novo permite uma concentração e centralização do capital presente nas economias periféricas, principalmente as que haviam atingido um maior desenvolvimento capitalista até então. Os setores da burguesia que se associam ao capital internacional terão grande vantagem tecnológica em relação aos outros, dominando o mercado e absorvendo aqueles capitais que não tem acesso à tecnologia dos países centrais.

A entrada em grande escala dos capitais estrangeiros vinha sendo relativamente obstaculizada até a década de 1960 pelos governos desenvolvimentistas, pelas frações produtivas da burguesia e pela classe trabalhadora, no contexto de ascensão do debate nacionalista e de crítica ao imperialismo. As ditaduras militares foram utilizadas então como forma de ampliar consideravelmente sua entrada, desarticulando a resistência popular e assumindo os interesses da nova aliança de classes que se formava. Até então os governos chamados populistas tiveram de amalgamar os interesses das diferentes classes, incluindo os trabalhadores (percebido pelo aumento salarial e de direitos trabalhistas dos anos anteriores). A partir de 1964 no Brasil a atuação do governo se dá no sentido de desarticular a classe trabalhadora e reorganizar a estrutura produtiva conforme as necessidades das frações de classes burguesas que também se reorganizavam. Auxiliava também na realização da produção e na manutenção das taxas de lucro pela superexploração. Isso ocorria já que a limitação do poder de compra da classe trabalhadora requeria a desarticulação da resistência de uma classe que já se radicalizava. Assim tornou-se necessário a este novo modelo a cassação dos direitos políticos das massas como se percebeu nas ditaduras militares que se multiplicaram.

Essas são as bases do que Luce (2011) chama de esquema tripartite de realização da produção, que se apresenta nas economias subimperialistas. Esse esquema surge pela limitação que apresenta o mercado interno. A indústria que aqui se instala representa uma produção não consumida pela grande maioria da população já que se voltava inicialmente para suprir uma demanda externa ou reduzida à classe dominante (como no caso da indústria automobilística). Isso faz com que a realização deste capital se dê através do consumo suntuário das classes médias e altas (onde também se encaixa o setor automobilístico¹⁶), das exportações e do consumo do Estado. Esse

¹⁶ Segundo Marini (1979) "Pueden ser claramente bienes suntuarios, en el sentido de que no se incluyen en el consumo ordinario de los trabajadores, por ejemplo los automóviles." A nossa percepção é de que na atualidade os automóveis continuam a se encaixar na categoria de bens suntuários, mesmo

esquema cria para Marini um “divórcio” entre o aparato produtivo que se gesta e as necessidades da classe trabalhadora além de promover uma distribuição de renda regressiva (em direção às classes altas) no intuito de manter aquecido o consumo suntuário (MARINI, 2013).

Essa situação cria a necessidade do Estado expandir seu alcance econômico, uma vez que necessita de mercado externo para a atuação de seu capital. Possibilita-se a expansão de indústria pesada e em setores razoavelmente tecnológicos sem que isso refletisse de fato o consumo da população brasileira ou uma melhoria de vida da classe trabalhadora do país. Cresce assim a composição orgânica média do capital brasileiro. O setor de crescente dinamismo na indústria torna-se aquele que produz bens para consumo suntuário e exportações. Conforma-se assim o modelo tripartite de realização da produção, presente no Brasil (LUCE, 2011, p. 23 - 25).

O subimperialismo se define, portanto: a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que deriva da nova divisão internacional do trabalho; e b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho; o divórcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extremada a favor da indústria de bens de consumo suntuário; a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores) (MARINI, 2013, p. 40).

A composição orgânica do capital, apresenta-se no Brasil em escala superior aos vizinhos da América do Sul. Ao atingir um nível de produtividade maior que o dos vizinhos o capital brasileiro (ou sediado no país) poderia se apropriar de valor criado nos países vizinhos através da troca desigual¹⁷. Essa se tornaria então mais uma maneira de compensar a drenagem do valor criado no país e a expansão do capital brasileiro repetiria outros formatos de apropriação de valor, como as remessas de lucro. Osorio (2012, p. 76) afirma que “temos um sistema mundial que opera com núcleos de acumulação de valor em contraste com amplos territórios que sofrem com a desacumulação”. E continua:

As economias subimperialistas situam-se em uma posição que lhes permite a subtração de valor das economias periféricas, sendo despojadas dele pelas economias centrais. Todas são capitalistas, porém, operam e se reproduzem de diferentes maneiras (OSORIO, 2012, p. 76).

Surge assim a necessidade de uma política internacional relativamente autônoma em busca de expansão de espaço de atuação econômica das empresas nacionais. Ao mesmo tempo, explica-se a razão desta política não poder fugir ao marco da hegemonia estabelecida, uma vez que a economia nacional depende do capital estrangeiro e está a ele associada. Chega-se à definição de Marini:

que parte não desprezível da classe trabalhadora tenha acesso, isto em geral se dá através do endividamento posterior e não como um consumo ordinário.

¹⁷ Mecanismo abordado anteriormente no capítulo 1 (seção 1.3.1)

El subimperialismo implica dos componentes básicos: por un lado, una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por otro, el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma, que no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que se mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional (MARINI, 1977).

Para Marini a composição orgânica poderia ser medida pela proporção que alcança a produção de manufaturados na produção total de um país, dessa forma uma das características necessárias ao subimperialismo é que o país seja medianamente industrializado.

A composição orgânica do capital corresponde à proporção entre a mais-valia extraída com base na produtividade do trabalho (mais-valia relativa) e aquela extraída através da intensidade do trabalho (mais-valia absoluta). Grosso modo, a primeira envolve modificações na maquinaria (capital constante) e a segunda na exploração da força de trabalho (capital variável) (LUCE, 2007, p. 14 - 15).

Porém, ainda que esta produção alcance uma proporção média (ou seja, este país seja intermediariamente industrializado) não implica diretamente na posição subimperialista, devendo existir ainda os outros componentes (ou dimensões) apontados. Dessa maneira o fator econômico, ainda que essencial não é o suficiente para definir o subimperialismo, devendo este contar ainda com um lado geopolítico.

Para Luce (2011, p. 91-92) a determinante que Marini chama de “política expansionista relativamente autônoma” se poderia dividir em duas vertentes. Por um lado, uma política internacional de cooperação antagônica com a potência hegemônica e concomitantemente uma política regional de hegemonia (ou busca dela). Para Marini no caso da América Latina apenas o Brasil poderia ser configurado nesta posição, por sua dimensão econômica e política, e o alcance de uma industrialização relativamente avançada. A reunião de interesses antagônicos plasmados no Estado brasileiro criaria uma política externa marcada por contradições ao mesmo tempo que se mostra coesa em torno deste projeto subimperialista. Outros países que apresentam economias fortes no continente não alcançariam a posição.

A conjunção dos fatores econômicos e geopolíticos do subimperialismo e a categorização de suas determinantes essenciais tornaria possível sua aplicação a outros casos com rigor metodológico, possibilitando (ou não) a identificação deste sistema para além do caso brasileiro. Para Marini outros países como África do Sul e Israel poderiam ser caracterizados como subimperialistas.

Partindo dos dois pontos apontados por Marini como marcas do subimperialismo (Composição Orgânica Média e política expansionista relativamente autônoma), Luce destrincha quatro variáveis, que formariam o sistema subimperialista. Busca a partir de sua separação um entendimento apropriado e a operacionalização destas categorias possibilitando sua aplicação a outros casos de distintas espaço-temporalidades. As

quatro variáveis a serem analisadas seriam a composição orgânica do capital, o esquema tripartite de realização da produção, a cooperação antagonica (em relação ao centro imperialista) e a hegemonia/expansionismo regional.

O subimperialismo não consiste apenas no processo de concentração e centralização do capital [...] na economia dependente. Nem somente na mobilização de um esquema particular de realização das mercadorias. E nem tampouco numa política de autonomia relativa do Estado, dentro da lógica da cooperação antagonica [...]. O subimperialismo tal como definido por Marini, corresponde à conjunção de todos esses elementos, acrescidos de outro mais: uma política de hegemonia regional, visando à conquista de uma esfera de influência própria para o capitalismo dependente (LUCE, 2011, p. 91 - 92).

Conforme o esquema tripartite e a composição orgânica média já foram apontados como resultantes econômicas do processo de ascensão do subimperialismo partimos a uma abordagem das variáveis geopolíticas, tratando antes da superexploração da força de trabalho.

2.1.3 Superexploração

O fluxo de capital que se retira das economias periféricas em direção às centrais (através das transferências de valor) acaba tendo de ser compensada com uma exploração redobrada da força de trabalho. Assim se mantém o processo interno de acumulação das burguesias dependentes, que não podem enfrentar efetivamente o sistema capitalista, já que são integradas a este (ainda que de maneira subalterna). Segundo Marini,

las naciones desfavorecidas por el intercambio desigual no buscan tanto corregir el desequilibrio entre los precios y el valor de sus mercancías exportadas (lo que implicaría un esfuerzo redobrado para aumentar la capacidad productiva del trabajo), sino más bien compensar la pérdida de ingresos generados por el comercio internacional, recurriendo a una mayor explotación del trabajador (MARINI, 2008, p. 123).

De fato, a superexploração da força de trabalho pode existir em economias dependentes e centrais, como resultado da ganância capitalista por extração de trabalho excedente, que resulta na deterioração das condições de trabalho e assalariamento. Assim, não seria necessária a existência da transferência de valor para que se desse. Todavia deve-se notar que a partir da integração imperialista dos meios de produção dos países periféricos instaura-se um processo de industrialização baseado no capital externo e voltado para atender as necessidades de outras localidades. Dessa forma, como já apontado, o esquema tripartite nos países subimperialistas possibilita um rebaixamento do assalariamento sem impedir a realização da produção.

Nos países centrais o aumento da produtividade do trabalho e da mais-valia relativa se tornou a forma predominante para fazer crescer a massa de capital acumulável impulsionado também pelas transferências de valor dos países dependentes. Por outro

lado, nos países periféricos isso se daria pelo aumento da mais-valia absoluta, ou seja, por uma maior exploração da força de trabalho, com a tendência ao pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho, configurando uma superexploração. Assim a superexploração se torna traço estrutural como mecanismo de compensação nas economias dependentes e se definiria como a violação do valor da força de trabalho¹⁸. Ou seja, quando a força de trabalho é paga abaixo de seu valor real, ou também pela

intensificación del trabajo, la prolongación de la jornada de trabajo y la expropiación de parte del trabajo necesario para que el obrero reponga su fuerza de trabajo— configuran un modo de producción fundado exclusivamente en la mayor explotación del trabajador, y no en el desarrollo de su capacidad productiva (MARINI, 2008, p. 126).

Para Luce:

A superexploração se pode dar mediante quatro formas ou modalidades: i) a remuneração da força de trabalho por baixo do seu valor – conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital; ii) o prolongamento da jornada implicando o desgaste prematuro da corporeidade físico-psíquica do trabalhador; iii) o aumento da intensidade do trabalho provocando as mesmas consequências, com a apropriação de anos futuros de vida e trabalho do trabalhador; e iv) o aumento do valor da força de trabalho sem ser acompanhado pelo aumento da remuneração (LUCE, 2013a, p. 146).

Para além da década de 1960 nos parece que a superexploração se mantém como marca sempre presente na economia brasileira e especificamente no marco temporal que este trabalho busca analisar. Apontamos ainda a dificuldade de se quantificar ou operacionalizar a superexploração, pela própria dificuldade em se quantificar o valor real da força de trabalho. Luce reconhece que “falta entre os seguidores da trilha de Marini estabelecer um parâmetro comum que permita operacionalizar essa categoria analítica para o estudo de conjunturas específicas” (LUCE, 2013a, p. 145).

2.1.4 Categorias Geopolíticas do Subimperialismo

2.1.4.1 Cooperação antagônica

O conceito de cooperação antagônica havia sido utilizado anteriormente à obra de Marini por Thalheimer (em quem se inspira o primeiro) para tratar das relações interimperialistas no Pós-Segunda Guerra. Na visão do autor os países imperialistas deveriam cessar seus conflitos abertos já que havia um conflito maior, contra o socialismo representado pela URSS. Assim se misturavam posições de cooperação e conflito. A primeira se dava no sentido da exploração global, contra o socialismo e contra a resistência dos países explorados. O conflito se daria na busca de melhores condições de

¹⁸ Ver Luce (2018)

exploração da periferia global pelas potências industrializadas. Ressalta-se a posição cooperativa ainda que a competição não deixe de existir (LUCE, 2011, p. 62).

Cooperação contra a abolição do domínio colonial e de toda exploração e contra o campo socialista; competição em torno da exploração de territórios coloniais. Ambas, cooperação e competição, assumem formas peculiares (THALHEIMER, 1950, p.10 - 11 apud LUCE, 2011, p. 62. tradução Mathias Luce).

Coube a Marini aplicar esta percepção do alemão a outras possibilidades de relações. Mais notoriamente o autor se utilizou da cooperação antagônica para descrever as relações entre as potências imperialistas e subimperialistas. Especificamente no caso do Brasil, utilizou a categoria para analisar as relações de poder entre determinadas classes em busca de melhores resultados pela ocupação do Estado. Essas disputas pautaram diferentes modelos econômicos que privilegiaram grupos que naquele momento encontravam-se em posições de maior força no aparato político.

Todavia o conceito de cooperação antagônica que buscamos abordar centralmente é aquele relacionado às relações entre Brasil e EUA. No sistema subimperialista o Brasil manteria a América do Sul como área de exploração preferencial (necessária para a reprodução ampliada do capital sediado no país). Por outro lado, o país não pode se indispor ou concorrer efetivamente com os centros capitalistas em campos não consentidos. A burguesia produtiva nacional não pode escapar ou enfrentar o capitalismo internacional já que se mantém como sócia menor do capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que busca ocupar um espaço territorial que a permita expandir seu capital. Assim se utiliza do Estado para plasmar e dar peso a seu interesse expansionista.

O Estado, no subimperialismo, se faz presente mediante duas formas de ação que se complementam: dentro do país, mediante instrumentos de política econômica, aloca recursos que controla, de maneira a favorecer um determinado padrão de reprodução - marcado por trustes capitalistas nacionais, pela monopolização em favor da indústria suntuária, pelo deslocamento de problemas do ciclo do capital da economia dependente. No plano da política exterior, por sua vez o Estado corporifica essa autonomia relativa ao pressionar o imperialismo por melhores relações dentro de sua dependência (LUCE, 2011, p. 90).

A potência que se pretende subimperialista deve ser capaz, por um lado, de direcionar os investimentos internos com poder de decisão, de modo a implementar a política econômica que melhor se adapte ao desenvolvimento desta pretensão. Por outro lado, deve ser capaz de sustentar uma política intencional que possibilite atingir metas de domínio econômico sobre a vizinhança, em busca de participação internacional no sistema hegemônico. Essas políticas, contudo, não podem ser bem aceitas pelo sistema imperialista que não está disposto a fazer concessões sobre seu domínio (principalmente na América Latina). O sistema imperialista pode vir a aceitar, contudo, a participação minoritária de um país intermediário, como o Brasil. Essa

aceitação existe à medida que não se questione a hegemonia norte-americana e seja funcional à manutenção de um sistema regional atrelado ao imperialismo. Conhecendo essas limitações o regime ditatorial instaurado no Brasil passaria “a reivindicar apenas a participação mais direta na exploração dos mercados e riquezas latino-americanos, sem deixar de ser, contudo, um sócio menor do imperialismo” (BAMBIRRA, 2013 [1971], p. 204).

A necessidade do Estado em manter uma zona de influência, ou uma hegemonia regional (atrelada à necessidade do capital nacional do mercado externo para valorizar-se), coloca-se por vezes em conflito com os países centrais. A política externa do país subimperialista fica marcada então pela cooperação antagônica, onde prevalece a cooperação, porém, a nação intermediária entrará em conflitos específicos com o país imperialista, em áreas de grande interesse estratégico. Busca conciliar assim os interesses do capital imperialista com as áreas estratégicas necessárias à reprodução e expansão de seu próprio capital subimperialista. Essa relação se dá inclusive internamente à economia subimperialista, que mantém nacionalizados setores importantes em prol do capital nacional.

Marini situó en el status subimperial a las economías dependientes intermedias, que mantenían relaciones singulares con el imperialismo central. Frente a la errónea identificación del prefijo ‘sub’ con la subordinación a mandatos ajenos, precisó que esa conexión implicaba una combinación del sometimiento con asociación y autonomía (KATZ, 2017a, p. 3).

Com a expansão regional das exportações brasileiras as empresas nacionais perseguem mercado e fontes de matérias-primas estratégicas e necessitarão do Estado para se internacionalizar e concorrerem em igualdade com o capital imperialista. Por outro lado, não se questiona o capital internacional, nem se busca um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo que entre em conflito com ele. A cooperação antagônica gerada deste processo gira em torno da necessidade do capital brasileiro de manter a expansão de suas parcelas produtivas ainda que seja obrigada a fazer concessões em outros setores. Um antagonismo velado que não pode questionar a concorrência capitalista nem buscar uma via própria de desenvolvimento que entre em conflito com o capital internacional (MARINI, 2013).

Buscando operacionalizar o conceito de cooperação antagônica Luce (2007) propõe quatro possíveis posturas na política internacional que se dariam numa escala cooperação - antagonismo. Nesta escala as relações poderiam se dar na forma de Integração Hierárquica Vertical, Interdependência Assimétrica (ou Cooperação Antagônica), Competição Antagônica e Antiimperialismo. Sendo a primeira a mais cooperativa e a última a mais antagônica.

A integração hierárquica vertical se apresenta como um alinhamento automático em relação à potência hegemônica, de forma que os interesses desta são atendidos sem a perspectiva de contrapartidas em absoluto. Enquanto um posicionamento pontual

de alinhamento pode estar inserido na própria cooperação antagônica (por pressupor uma contrapartida a longo prazo), um alinhamento automático da política internacional recairia no âmbito da integração hierárquica vertical (LUCÉ, 2007, p. 29 - 31). Este modelo seria aquele praticado por governos de caráter neoliberal, onde as concessões ao capital internacional não requerem contrapartidas e pontos estratégicos são mantidos apenas se forem do interesse hegemônico. A adesão aos regimes internacionais de forma unilateral nos anos 1990 recairiam neste âmbito, como a aderência à globalização neoliberal e a desarticulação dos setores estratégicos até então nacionalizados (abertura do mercado de telefonia, computação, desarticulação do desenvolvimento de tecnologia nuclear, etc.).

A Interdependência Assimétrica, ou Cooperação Antagônica seria o modelo de relacionamento internacional que marca o subimperialismo brasileiro. A busca de expansão e manutenção de uma zona de influência por parte da potência intermediária aparece sem, contudo, apresentar um enfrentamento ao sistema hegemônico. Esse seria o modelo buscado pela doutrina de Golbery do Couto e Silva, conhecida como a barganha leal, que “seria a acomodação à hegemonia dominante, mas sob a repartição de esferas de influência - precisamente a maneira como Marini definiu a política do subimperialismo no seu relacionamento com a potência estadunidense” (LUCÉ, 2007, p. 28). Essa postura permitiria um ganho de espaço internacional sem entrar em conflito (apenas pontualmente), já que, estando no marco hegemônico o Brasil não poderia se indispor com o sistema imperialista. Uma indisposição mais assertiva poderia ocasionar a desarticulação do modelo de desenvolvimento capitalista adotado, com grande dependência do capital estrangeiro. Ademais, questionar determinadas estruturas que subalternizam o país no sistema internacional (como as transferências de valor) seria questionar o próprio capitalismo, empreitada a qual não se dispõe a burguesia nacional representada no Estado.

A competição antagônica se daria nos casos em que as relações entre uma potência intermediária e a hegemônica se deterioram criando atrito direto entre ambas. Seguindo seus projetos nacionais de desenvolvimento capitalista e expansão de interesses para além de suas fronteiras uma potência intermediária acaba por entrar em concorrência direta com o imperialismo de maneira mais assertiva e constante. Optando por manter sua posição conflitante na defesa dos interesses questiona posições hegemônicas e cresce a tensão com o sistema imperialista consolidado. Neste caso, por exemplo, temos a questão do programa nuclear brasileiro, que entrava em conflito direto com os interesses estadunidenses, bem como as vendas de armamentos para os grupos revolucionários angolanos. Estes posicionamentos contrariavam diretamente políticas norte-americanas, tendo sido mantidos pelo Brasil, criando certa tensão entre os países (LUCÉ, 2007, p. 29 - 30). Pode-se apontar esta postura mais presente ao fim da ditadura militar quando, por exemplo o país se colocou ao lado da Argentina durante a Guerra das Malvinas (1982), mesmo com os EUA em posição contrária.

Finalmente a última postura possível seria a do antiimperialismo, configurado pela oposição direta aos interesses hegemônicos e discurso abertamente conflitivo e de embate. Essa posição seria assumida principalmente por países periféricos em lugar de potências intermediárias, que optariam mais frequentemente por posições mais conciliadoras. A busca pela aceitação global de uma posição intermediária, de liderança regional seria afetada diretamente por uma postura antiimperialista. O forte entrelaçamento capitalista presente em países de dimensões econômicas intermediárias, os interesses internacionais de sua burguesia tanto no sentido de crédito quanto de possibilidades de expansão fariam com que esta postura fosse utilizada principalmente por países periféricos. Nesse caso a postura seria antagônica e de denúncia ao próprio capitalismo e ao imperialismo de maneira ideológica (LUCE, 2007, p. 31 - 32).

2.1.4.2 Hegemonia Regional

Uma política de hegemonia regional seria o outro lado da política externa própria do subimperialismo. Enquanto a cooperação antagônica seria a postura do Brasil em relação aos EUA, a busca de hegemonia regional pautaria as relações do país com a vizinhança sul-americana. Essa busca seria essencial à reprodução ampliada do capital subimperialista, de acordo com o modelo de realização tripartite, e poderia de fato ser identificada na política externa brasileira durante a ditadura militar.

Esse posicionamento político advém da própria dinâmica econômica que cria a necessidade expansiva dos países subimperialistas. À expansão econômica deve acompanhar um crescimento político, criando da parte do Brasil a necessidade de consolidação de um aparato militar e uma política interna coesa que embase este expansionismo.

Os países dependentes que mais se desenvolveram tem a necessidade intrínseca de seguir se desenvolvendo de forma cada vez mais intensa. [...] Isso supõe a resolução do problema dos mercados, o que significa que os países nos quais se deu um maior desenvolvimento das forças produtivas tratem de impor seu poderio sobre os países menos desenvolvidos [...] É por isso que o Brasil [...] tem uma necessidade imperiosa de afirmar uma política subimperialista sobre o continente, superando os acordos regionais e se lançando em uma audaz conquista de mercados (BAMBIRRA, 2013 [1971], p. 201 - 202).

A partir de uma relação privilegiada com os EUA o Brasil trataria de conseguir o apoio do país para a conformação de uma área econômica estratégica na América do Sul. Busca-se uma economia continental integrada, beneficiando a indústria sediada no Brasil por ter atingido setores que outros países não chegaram. Assim se conformou uma estrutura de especialização produtiva no continente, enquanto a produção brasileira mantinha-se diversificada, dominando ramos de considerável grau de tecnologia. Cresceram as exportações de manufaturados do Brasil para a América do Sul enquanto se mantiveram as importações sobretudo de primários.

Foi no Brasil que se sediou a maior parte das grandes indústrias multinacionais, de setores industriais de maior tecnologia como o automobilístico. A partir daqui que se expandiu o capital para o domínio de mercados e matérias-primas ao redor do continente. Essa posição reestabeleceria no continente uma situação assimétrica, que reproduzia de certa maneira a relação entre o Brasil e os países industrializados. O incentivo do Estado se deu através dos acordos políticos necessários à instauração deste sistema, bem como no incentivo as empresas industriais exportadoras.

Segundo Luce (2011), foi neste sentido que se estabeleceu, por exemplo, a ALALC, e outros processos de integração regional que buscavam ampliar a escala do mercado consumidor. Buscando compensar a limitação do mercado interno se consolidava um sistema benéfico à indústria sediada no país. Esse processo engendrou, por outro lado, uma desarticulação de processos industriais em uma série de países na vizinhança, e consolidou a especialização da produção e uma divisão regional do trabalho.

Luce demonstra a importância que a integração comercial da América Latina teve para a manutenção do processo de acumulação brasileiro e do desenvolvimento capitalista do país apontando que:

de 3,97 milhões de dólares, representando em 1960 19% do total das exportações brasileiras de manufaturados, os países da ALALC absorveriam em, 1965, 68,6 milhões de dólares correspondentes a 63% das manufaturas exportadas (LUCE, 2011, p. 145 - 146).

Essa busca hegemônica engendra uma rivalidade com a Argentina, que procurou também expandir sua zona de influência na América do Sul. O processo de desenvolvimento industrial brasileiro, e o projeto político expansionista presente na elite do regime militar nacional acabaram por suplantar a posição do vizinho platino. A coesão das classes dominantes que aqui se mantiveram no poder contrastavam com o caso argentino, onde prevaleceram os processos ligados às oligarquias agroexportadoras. Alijando finalmente o rival sul-americano da posição de potência regional o Brasil pode assumir de vez a dianteira econômica e política do subsistema sul-americano. Atraiu assim crescentemente os capitais internacionais em sua direção, para que daqui pudessem expandir-se para a região, permitindo, contudo, um processo próprio de acumulação intermediária. Nas palavras de Luce:

o regime tecnocrático-militar lançou mão de uma política que buscava fazer do capitalismo brasileiro o subcentro hegemônico sede da indústria pesada no continente, sobre a base da associação entre capitais nacionais e estrangeiros.[...] Para conquistar esse status, um passo necessário foi consolidar a vantagem sobre a Argentina (LUCE, 2011, p. 144).

Destaca-se ainda o apoio do regime militar brasileiro às outras ditaduras militares no continente, como “no golpe contra Torres na Bolívia e o golpe preventivo contra a Frente Ampla no Uruguai [...] assim como na ditadura Ströessner e seu Partido

Colorado, no Paraguai.” Consolidava-se assim uma vizinhança integrada ao projeto político-econômico expansionista do regime civil militar brasileiro, além de alijar a influência argentina sobre esses países. Deve-se considerar ainda a desarticulação de outras possíveis lideranças regionais para além da Argentina e do próprio cone sul. A integração da economia venezuelana, por exemplo na divisão regional do trabalho que beneficiava a indústria brasileira e a desarticulação de sua influência no norte do continente foram funcionais à consolidação da influência brasileira na região (LUCE, 2011, p. 148 - 149).

A política de hegemonia regional não deve ser confundida com militarismo, ou identificada apenas nesta forma de governo. Justamente o que se propõe é que a partir do subimperialismo essa política se dê com um caráter diferenciado e peculiar. A busca de hegemonia surge da necessidade econômica do expansionismo do capital brasileiro (ou sediado no Brasil), em busca de mercado consumidor e matérias-primas, para manter seu processo interno de acumulação. Nenhuma outra economia do continente poderia manter o processo expansivo e dinâmico ao nível da indústria brasileira e a integração política era essencial para a expansão do capital na vizinhança. Apresentava-se aqui um grau enorme de concentração e centralização de capital (advindos da entrada de capitais internacionais) e acesso à tecnologia superior que chegava dos países centrais. A isso somou-se o coeso esforço estatal por ampliar o alcance das empresas nacionais, consolidando assim a estrutura produtiva brasileira diversificada e a especialização dos países vizinhos.

2.2 Brasil no capital-imperialismo

Outra importante visão a ser tratada em relação ao papel brasileiro na América do Sul é aquela de Virgínia Fontes, a autora já apresentada anteriormente nos propõe além de uma percepção ampla do imperialismo uma análise do papel brasileiro neste sistema, de forma que sua abordagem foi, neste trabalho, dividida em duas partes. A seção 1.6 tratou de analisar aquilo que, para Fontes, marca o imperialismo na atualidade e a presente busca entender o papel brasileiro neste sistema. Para a autora “o Brasil hoje integra o conjunto dos países capital-imperialistas, embora de maneira subalterna” (FONTES, 2010, p. 298). Esse fato se daria pelas estruturas aqui gestadas (com amparo e garantia estatal) que permitiram às burguesias manter um processo interno de acumulação de capital e promover um salto na escala de concentração e centralização. Ainda que as transferências de valor drenem recursos desses países em direção ao centro, suas burguesias adaptaram-se e mantêm o processo de acumulação de capital. Essa dinâmica permite aos capitais sediados em alguns dos países dependentes acumular o suficiente para também se internacionalizar (ainda que de maneira subalterna), que seria o caso brasileiro.

A expansão capital-imperialista ocorreu na medida em que o país reunia algumas de suas condições econômicas fundamentais: um ciclo avançado de industrialização e monopolização do capital, com a existência dos diferentes setores econômicos complexamente entrelaçados; um Estado plasticamente adaptado ao fulcro central da acumulação de capitais e com razoável autonomia diante das pressões emanadas por capitalistas singulares ou por um único setor econômico, capaz de garantir a manutenção complexa da acumulação expandida através de uma atuação externa consequente; formas razoavelmente estáveis de contenção das reivindicações igualitárias populares (FONTES, 2010, p. 307).

De fato para a autora não são as transferências de valor que determinam este sistema desigual (ainda que não as negue), porém, justamente a expansão do capital numa escala massiva. A partir da Segunda Guerra Mundial o capital-imperialismo começa a incluir novos pontos do globo no processo de acumulação de novo formato. Cria assim as bases para as novas formas de propriedade e concentração típicas do capital-imperialismo em outros pontos do globo, que não necessariamente as potências centrais. Esses novos pólos por sua vez vão entrar também em processos expansivos sendo agregados ao capital-imperialismo ainda que de maneira subalterna.

Neste sentido destacamos então o papel da ditadura militar brasileira no processo de monopolização dos capitais nacionais em confluência com a entrada das multinacionais em peso no país. Desde esse momento se possibilita um salto na escala da concentração de capitais sediados no Brasil, que posteriormente serão internacionalizados, contando também com a regulamentação global do capital-imperialismo para isso. Não buscamos apontar com isso necessariamente a internacionalização de empresas, mas sim dos capitais reproduzidos aqui que sob diferentes formas de propriedade serão reinvestidos e acumulados ao redor do mundo na mesma lógica capital-imperialista.

Destacamos também mais uma vez a diferença do processo argentino em que o Estado acabou ocupado por um bloco muito mais ligado aos interesses dos setores agroexportadores, como aponta Luce (2011, p.143). Nesse caso o país não poderia contar com os fatores essenciais colocados por Fontes, como “um Estado [...] com razoável autonomia diante das pressões emanadas por capitalistas singulares ou por um único setor econômico” (FONTES, 2010, p. 307). Destaca-se assim o papel brasileiro no continente como principal polo de acumulação e de atração de capital estrangeiro. As prerrogativas necessárias à sua incorporação ao capital-imperialismo, conforme definidas por Fontes promoveram o aprofundamento do papel geopolítico e econômico do país como uma potência regional (ou intermedária) ou um país capital-imperialista subalterno.

O país atua também como plataforma de reinternacionalização de capitais forâneos, que aqui se estabelecem para a partir de então espriar-se para o continente, remetendo novamente às matrizes seus valores ampliados. Ainda que o país participe de um processo de internacionalização capitalista, parte desses capitais não tem

necessariamente origem nem destino o país, que se torna canal de passagem de capitais, retendo uma parte para sua própria acumulação.

A internacionalização dos capitais dependentes recorreu, como não poderia deixar de ser no capitalismo, ao amparo do Estado. Seria possível apenas em casos específicos, em setores que os países dependentes apresentam grande vantagem natural e em países determinados, principalmente de grandes dimensões econômicas como o Brasil. Todavia na atualidade capital-imperialista de fato o capital pode se internacionalizar de diversas maneiras em seu formato portador de juros, não dependendo necessariamente da internacionalização de empresas nacionais para ocorrer. Enfim esse processo colocaria o Brasil numa posição *sui generis* na América do Sul enquanto potência intermediária, que internacionaliza parte de seus capitais, mas continua subalternizado no sistema internacional. Ademais para sua acumulação em escala necessária para a inserção nos processos típicos do capital-imperialismo a burguesia brasileira (não necessariamente nacional) teve de recorrer a uma escala enorme de expropriações em velocidade acelerada, possibilitando a liberação de força de trabalho para sua exploração no mercado, o conseqüente rebaixamento de seu assalariamento; e a acumulação a partir dos recursos expropriados em velocidades extraordinárias.

Enfim esta dinâmica afeta também a política internacional do país, uma vez que o Estado brasileiro age como parte interessada da expansão do capital-imperialismo pelo continente sul-americano. Será influenciado assim pelo capital nacional e internacional que dentro da economia brasileira atuam como sócios e ocupam também a mídia e o aparato estatal. O Brasil apresenta então um papel estratégico na manutenção e reprodução do sistema capital-imperialista, não apenas internamente ao país, mas em toda a região.

No caso do Brasil Fontes destaca três momentos específicos que foram cruciais para a consolidação do capital-imperialismo em sua escala atual. Conforme se agudizavam as contradições de classes e cresciam as reações (e a organização) da classe trabalhadora brasileira o capital teve a necessidade de fazer crescer a escala de concentração. Estes momentos foram “de intensas lutas com crescente teor explicitamente classista, impulsionadas por forte reivindicação igualitária e democratizante: 1920-35, 1955-64 e 1975-89” (FONTES, 2010, p. 315).

Enquanto os dois primeiros descambaram em ditaduras abertas em 1937 e 1964 o terceiro resultou num processo de esvaziamento da democracia que então se instaurava e sua adequação às necessidades da valorização de capital, de forma que este processo deveria ser mantido, independente dos resultados eleitorais. Estes momentos foram centrais uma vez que a exacerbação do tensionamento de classes criou a necessidade de

saltos para a frente em termos da acumulação de capitais, de maneira a assegurar tanto a coesão interrelitória, através de um aumento na escala da

concentração e da acumulação de capitais, quanto o controle e a adesão, para além do silenciamento, de segmentos populares (FONTES, 2010, p. 315).

Percebemos então que o terceiro destes momentos culmina justamente no início de nosso período de análise e no momento de aprofundamento (no caso brasileiro) das premissas neoliberais. Assim, ainda que o capital-imperialismo viesse se consolidando no período anterior a partir dos anos 1990 ele se torna explícito conforme o salto na escala de concentração dos capitais se exacerba e se explicita de maneira total.

Entre estes três momentos cruciais Fontes aponta que a solução das elites para manter o processo de acumulação teria sido o salto para a frente com ganho de escala na acumulação e na centralização e capital. Esses saltos ocasionam formas cada vez mais condensadas de extração de mais valor, arrebatando neste processo os diferentes setores econômicos que possibilitem a valorização do capital e entrelaçando estes capitais de diferentes origens, moldando a vida social sob sua dominação. A partir do terceiro momento apontado pela autora (anos 1980) teria havido então um ganho de escala que permitiu ao capital brasileiro (como já apontado entrelaçado a capitais internacionais) se internacionalizar de maneira nova. Não se buscava mais uma internacionalização apenas atrás de fontes de matérias-primas ou mercados, mas sim “cresceu a exportação de capitais voltados para a extração de mais valor no exterior (investimentos diretos brasileiros no exterior) ao lado das exportações de mercadorias ou de commodities” (FONTES, 2010, p. 339).

Não se tratava neste período apenas de uma mudança na escala ou no grau de internacionalização do capital. Este “salto para a frente” apontava que a inserção internacional do capital tomava um novo formato, uma mudança qualitativa. Inaugura-se uma nova forma de inserção do capital nacional nos países vizinhos com novas implicações para o processo interno de acumulação e importantes implicações para a classe trabalhadora brasileira e sul-americana (região de maior penetração do capital brasileiro). Essas modificações se deram

em três direções. A primeira, a de assenhorear-se de fontes de matérias primas nos demais países do continente (CECEÑA, 2009). Na segunda e que me parece a mais indicativa, socialmente, da modificação em curso, trata-se da exploração da força de trabalho em outros países (IRLS, 2009, *passim*): não se trata mais de mera exportação de produtos, mas da submissão de trabalhadores de outras nacionalidades à truculência característica da expansão burguesa brasileira, com o uso de milícias, informações privilegiadas, aplicando no exterior as práticas que aqui conhecemos, tanto da parte de empresas brasileiras quanto de multinacionais aqui implantadas. Finalmente, essa expansão capital-imperialista favorece as políticas de alívio por gotejamento a determinadas pressões sociais internas, assim como se constitui em novo fator ufanista e obscurecedor das relações de exploração reais, internas e externas. (FONTES, 2010, p. 339)

Ainda que de forma subalterna o capital brasileiro utilizou-se deste momento de forte entrada de capital estrangeiro para se concentrar e internacionalizar de distintas maneiras, seja em seu formato portador de juros ou não. Assim o processo

de centralização do capital financeirizado, os grandes grupos bancários e industriais se entrelaçaram crescentemente com capital de diversas origens em novas formas de propriedade, e passaram a atuar de novas maneiras no estrangeiro. Se durante a década de 1960 Marini já apontava um movimento similar que teria dado origem ao subimperialismo, nos anos 1980/1990 esse movimento de centralização de capital com forte participação do capital estrangeiro se reproduz em escala superior. Permite assim a centralização do capital em grandes grupos, muitos dos quais criados em torno de empresas até então estatais que passaram à esfera privada.

Ocorre que muitos dos críticos que tratam do expansionismo brasileiro preferem colocá-lo como movimento típico das décadas da ditadura militar e dos governos do partido dos trabalhadores, contudo, a partir de Fontes acreditamos poder identificar esse movimento a partir da década de 1980 com um salto para a frente na acumulação. Fontes aponta, no caso brasileiro, três momentos de “salto para a frente” na escala de acumulação, advindos da necessidade do capital de enfrentar momentos de tensionamento da luta de classes. Como já citado estes momentos são “1920-35, 1955-64 e 1975-89” (FONTES, 2010, p. 315). Ainda que identifique na América Latina “a expansão imperialista em seu processo de conversão capital-imperialista, entre 1945 e 1965” (FONTES, 2010, p. 207).

Assim nos parece que as bases do expansionismo contemporâneo denunciado amplamente a partir dos governos PT devem ser buscadas não nas dinâmicas do subimperialismo percebidas por Marini na década de 1960, que surgem de outro momento de salto na escala da acumulação, mas sim a partir dos anos 1990 quando correspondem aos processos criados neste terceiro “salto para a frente” apontado pela autora. Não buscamos aqui refutar a possibilidade de um expansionismo do capital brasileiro nas décadas de 2000, mas compreendê-lo como um processo que tem suas bases naquele aumento na escala de concentração do capital na década de 1980 como analisado por Fontes. É esse processo que possibilita, em nossa percepção, uma atuação mais internacionalizada do capital aqui sediado, em consonância com as novas dinâmicas que então surgiam na economia global e que geraria o expansionismo brasileiro das décadas seguintes.

Em nossa percepção essa dinâmica se fortalece no decênio seguinte (1990) com a maior entrada de investimentos internacionais no país e a privatização em peso de empresas estatais. É fato que o sistema financeiro e a monopolização da indústria já vinham sendo fomentados nos anos anteriores, mas recebem grande estímulo concentrador nestes anos 1990. A crise em inúmeras instituições, a intervenção estatal na forma de programas como o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer) de 1995, bem como através da privatização dos bancos estaduais acarretam num cenário de concentração sem precedentes em torno de umas poucas instituições que centralizaram grande montante de capital a partir da quebra e absorção de outras. O choque de abertura econômica

fez colapsar uma série de empresas brasileiras, que acabaram sendo compradas por grupos internacionais ou mesmo nacionais, muitos dos quais do setor bancário. A participação do Estado se deu de inúmeras maneiras no processo de centralização e consolidação de um sistema financeiro e empresarial centralizado e preparado para a atuação internacional a partir de seu entrelaçamento pesado com o capital que entrava no país. Estes movimentos da década de 1990 serão analisados mais detidamente no próximo capítulo.

3 Novo Padrão Econômico: o expansionismo brasileiro a partir do neoliberalismo.

Para compreender as relações assimétricas presentes na América do Sul a partir do cenário atual a análise deve partir de outras bases, tendo em consideração que o subimperialismo, por exemplo foi teorizado inicialmente na década de 1960. Não apenas pelo lapso temporal, mas pela compreensão de diferenças notáveis no cenário regional e global a partir dos anos 1990, onde se inaugura essa pesquisa.

Nos parece que as modificações neoliberais advêm de um movimento maior e global, atingindo diferentes partes do mundo em diferentes velocidades. Assim nos perguntamos (e nos dedicamos a compreender) neste capítulo: como se dão as relações entre o Brasil e a América do Sul no período de 1990 - 2016? Em que termos se renovam as assimetrias presentes na região a partir do neoliberalismo? E, finalmente, como essas relações afetam o posicionamento global brasileiro?

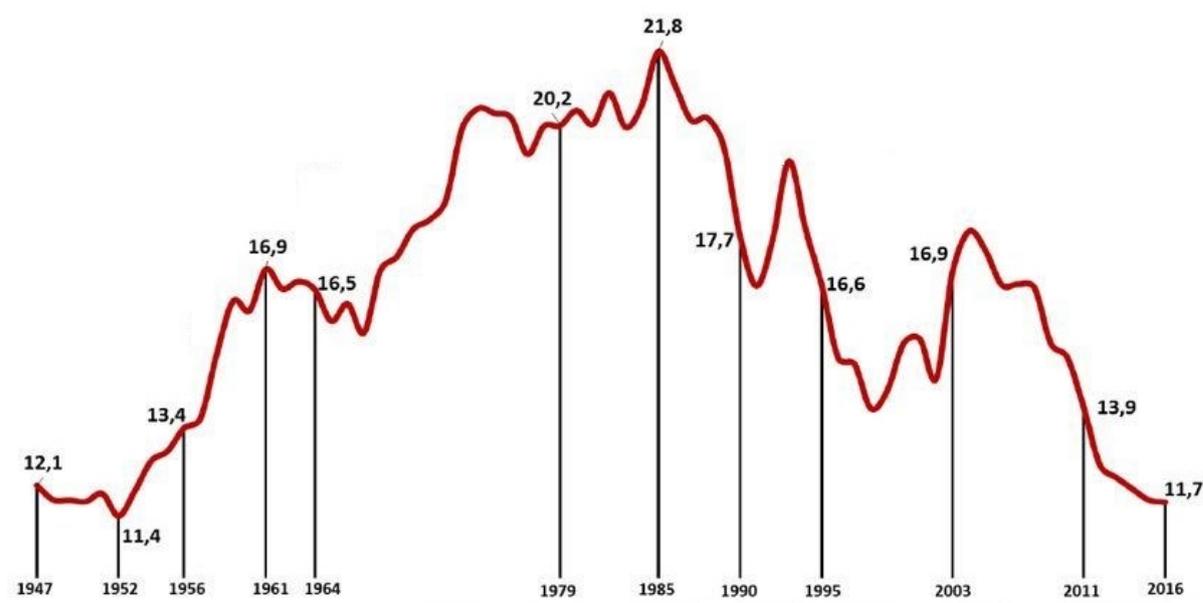
Percebemos que parte da intelectualidade brasileira e latino-americana retoma com maior força o conceito do subimperialismo e mesmo do imperialismo para se referir às relações continentais a partir dos governos progressistas, especificamente o governo Lula da Silva no Brasil. Neste período se percebe de fato uma expansão de determinadas empresas brasileiras para o continente, puxadas em grande parte por incentivos do Estado brasileiro (em torno dos investimentos do BNDES). Se o capitalismo passa por modificações profundas no Brasil e na região a partir da década de 1990 e se os governos chamados progressistas não romperam de fato com o paradigma neoliberal as estruturas que possibilitaram o expansionismo econômico durante estes governos devem ter sido gestadas a partir da própria reconversão neoliberal. Neste ponto destacamos que muitas das estruturas econômicas foram gestadas mesmo anteriormente a este período, contudo, o padrão econômico fomentado durante as décadas anteriores tinha suas bases num processo diferenciado e eminentemente industrialista, como estudado por Marini.

Se a partir da década de 1990 temos um novo padrão de reprodução do capital então teremos renovações nas estruturas econômicas e o próprio subimperialismo deve se modificar ou deixar de existir. Finalmente, se este sistema é apontado como vigente na década de 2000 ele deve ter estado vigente também na década anterior ou pelo menos ter suas estruturas fundamentais se conformado então, a partir do “salto pra frente” na acumulação, apontado por Fontes. Assim nos propomos a analisar este período, não por ignorar as diferenças de posturas políticas existentes, mas por buscar compreender essas bases estruturais que se mantêm como pautadoras das relações regionais. Tampouco queremos aqui apontar que o expansionismo brasileiro tenha surgido na década de 1990, mas apenas que esta década não pode ser ignorada numa análise estrutural das relações na América do Sul por ser fundadora de uma série das dinâmicas econômicas neoliberais que marcarão todo o período.

3.1 Algumas tendências do neoliberalismo na economia brasileira.

O perceptível processo de desindustrialização e financeirização que acomete a América do Sul e o Brasil traz à tona revisões necessárias das variáveis econômicas do subimperialismo. O conceito criado na década de 1960 considerava a posição alcançada pelo Brasil como exportador de manufaturados e produtor inclusive de bens de alta tecnologia. Assim, a década de 1990 e a reorganização neoliberal na região coloca em questão as bases daquilo entendido como subimperialismo. Neste sentido o gráfico abaixo nos auxilia na percepção de queda da indústria brasileira nas últimas décadas, traçando a participação da indústria de transformação no PIB nacional desde a década de 1940.

Gráfico 1 – Participação da Indústria de Transformação no PIB brasileiro (1947 - 2016) (%)



Fonte: IBGE. Metodologia: Bonelli & Pessoa, 2010. Elaboração: DEPECON/FIESP

Segundo Luce, a maneira determinada por Marini para apreender a composição orgânica média do capital nacional seria a participação da indústria no PIB (LUCE, 2011, p. 27 - 28). Contudo, esse processo não deve ser pensado isoladamente, uma vez que se repetiu no continente. Ainda que a indústria perca espaço relativo ao PIB nacional mantém-se no Brasil um grande parque industrial em dimensão e produtividade, que permite a constituição e manutenção de uma divisão regional do trabalho indissociável da divisão internacional do trabalho e da posição brasileira nesta, consolidada também no papel das filiais de multinacionais na economia do país .

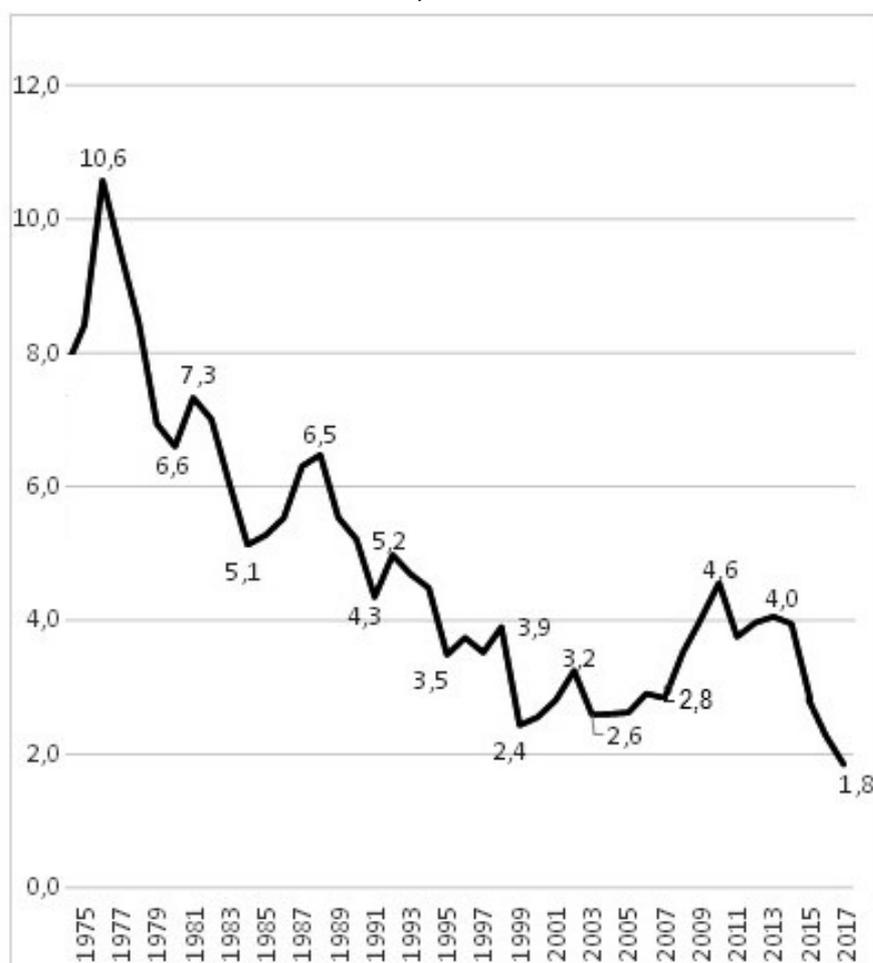
Todavia devemos apontar que a composição orgânica não trata apenas do coeficiente de industrialização do país. Esta variável deve ser pensada então a partir dos diferenciais de produtividade presentes em todos os setores da economia, uma vez que o ganho de espaço do agronegócio na economia brasileira não implica ne-

cessariamente a perda de produtividade do país em relação aos vizinhos. Ademais o próprio processo produtivo do agronegócio é hoje extremamente mecanizado seguindo a mesma dinâmica de acumulação capitalista da indústria, contando inclusive com fortes laços com empresas transnacionais e com o próprio capital financeiro. Assim se os diferenciais de produtividade drenam valores em direção aos capitais mais produtivos também no caso do capital presente no campo aquele que for mais produtivo se apropriará de mais valor que produziu ao se realizar pelo valor social. De forma que se poderia apontar o capitalismo agrícola brasileiro como centro de acumulação de capital advindo de outros países menos produtivos, por exemplo no setor da soja no Paraguai e Bolívia (de onde também se retiram valores através da renda da terra extraída por empresas e proprietários brasileiros nestes países).

A grande força do agronegócio na pauta exportadora brasileira desde os anos 1990 representa a ascensão de um novo padrão de reprodução do capital, em que o processo de exportação industrial diversificado não mais representa os interesses centrais do capital ou do bloco no poder.

Por outro lado, as partes do esquema tripartite defendido por Luce apresentam comportamentos variados no período pesquisado. Inicialmente o governo parece ter visto seu papel diminuir enquanto mecanismo de realização da produção, como se pode perceber na queda brusca dos investimentos públicos, apresentados no gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Investimento público no Brasil em % do PIB

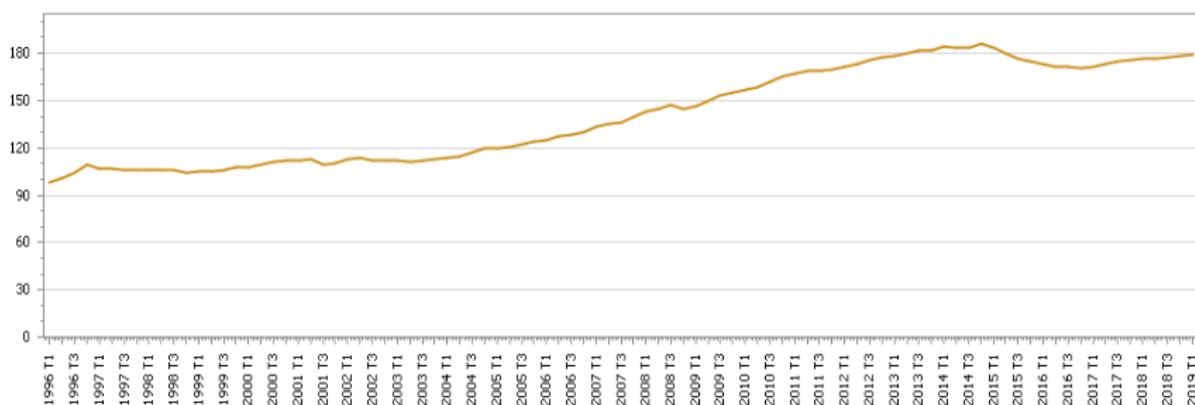


Fonte: Observatório de Política Fiscal FGV/IBRE

Ainda que se percebam tentativas de retomada a tendência geral do período é a queda brusca dos investimentos públicos, que refletem também o processo neoliberal da década de 1990 e outras passagens, como as crises dos anos 1980 e a de 2015. Buscando compreender o cenário amplo do período a tendência é *de facto* a queda significativa do papel do Estado como indutor da industrialização ou mercado de realização da produção.

Enquanto o investimento público caiu durante as décadas analisadas (como proporção do PIB), o consumo familiar aumentou de maneira gradual como demonstra o gráfico.

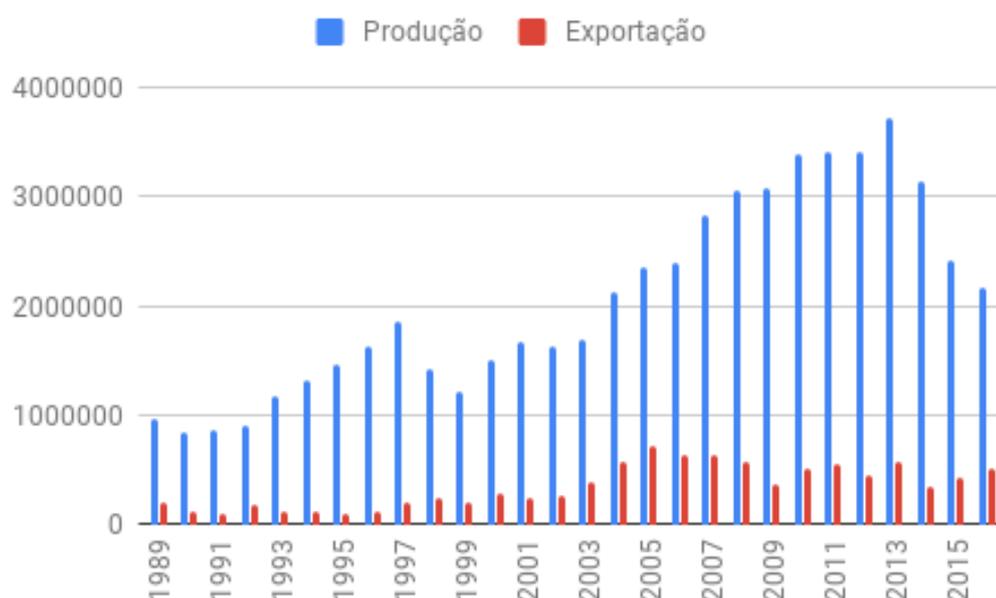
Gráfico 3 – Consumo final das famílias (índice encadeado - dessaz. - média 1995 = 100)



Elaboração do IPEADATA a partir de dados do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (IBGE/SCN Trimestral)

Também deve ser apontado que este crescimento se deu principalmente entre 2005 e 2015, com a ascensão de políticas redistributivas, de crédito e de isenção fiscal (como a isenção de IPI). Assim ainda que o governo tenha se inserido menos como fator de realização do capital atuou no incentivo do consumo (inclusive o suntuário). Ademais parte deste consumo surge também de uma política de crédito para o consumo que ganhou força durante os anos de governo do PT que incentivaram o consumo de parte da classe trabalhadora que se denominou de “nova classe média” ou classe C. O aumento não pode ser atribuído apenas aos bens suntuários, porém, este setor percebe também grande crescimento a partir de 2005. Mostra-se então como tendência no período o aumento significativo do consumo interno. O crescimento da produção automotriz, por exemplo está demonstrada no gráfico seguinte bem como a exportação do setor.

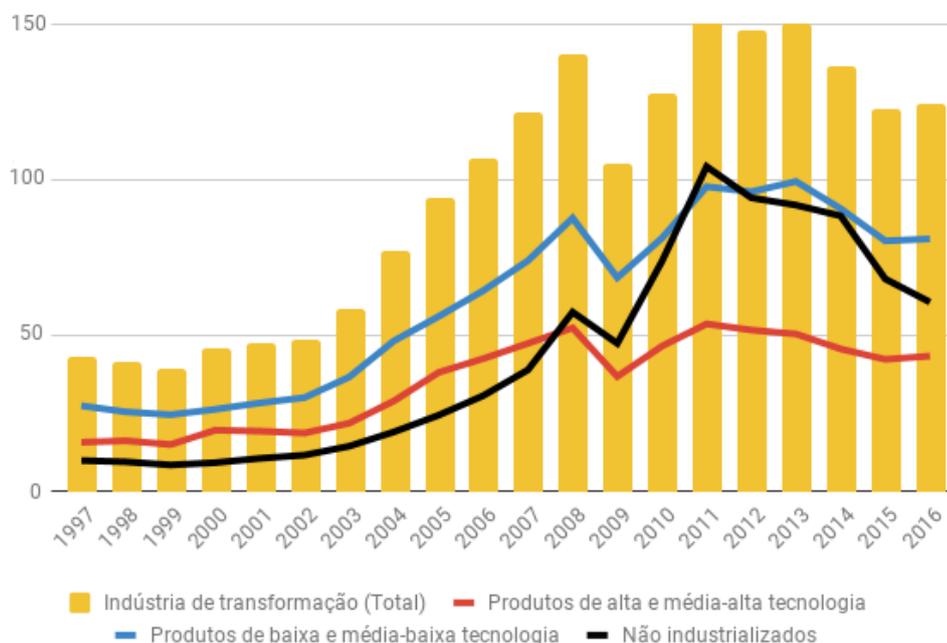
Gráfico 4 – Produção e Exportação de Autoveículos em Unidades



Elaboração própria com dados da ANFAVEA

Outra variável do esquema tripartite são as exportações de manufaturados, marca essencial de uma divisão regional do trabalho. A permanência dessas exportações reafirmam a importância do esquema tripartite de realização. Como se demonstra no gráfico abaixo, ainda que as exportações, em geral, tenham aumentado, cresceu a participação daquelas de produtos não industrializados ou de baixos níveis tecnológicos. Não buscamos aqui reafirmar uma perspectiva subconsumista, mas sim apontar a importância destas exportações. Esse processo advém da instalação no país (principalmente pelo capital estrangeiro) de um setor produtor de manufaturados, objetivando desde o princípio o abastecimento do mercado regional. Assim as exportações não se dão necessariamente por um mercado interno limitado (como demonstrado no aumento do consumo interno concomitante ao aumento das exportações), mas pela divisão regional do trabalho. Essa divisão, instaura-se com a chegada ao país de um setor industrial com uma produtividade muito superior à possível nos países da vizinhança, advindo da escala de concentração e centralização do capital permitida pela atuação do grande capital estrangeiro.

Gráfico 5 – Exportações brasileiras por níveis tecnológicos (em bilhões de dólares)



Elaboração própria com dados do MDIC

Moreira (2007, p. 6), amparada em dados da CEPAL, mostra que nos anos de 1995, 2000 e 2005 as exportações de manufaturados representaram no total de exportações brasileiras respectivamente 53,1%, 58,0% e 52,7% enquanto no ano de 2015 sua participação não alcançava os 40%¹⁹ do total, ainda que representasse a maior participação dentre os países da América do Sul.

Demonstra-se uma queda da participação das exportações mais tecnológicas e uma diminuição do Estado como investidor. O crescimento industrial vem relacionado ao consumo interno e às exportações de manufaturas (principalmente de baixa tecnologia), de forma que o esquema tripartite se mostra pelo menos diferenciado daquele exposto nas décadas de 1960 - 1980. Agora o Estado parece atuar mais no sentido de incentivar o consumo do que realizar ele próprio a produção, enquanto as exportações não são mais um grande destino dos manufaturados tecnológicos, retrato de uma reversão do modelo industrial aplicado durante a ditadura militar.

3.2 Subimperialismo na contemporaneidade?

O subimperialismo conforme definido por Marini compreendia o posicionamento brasileiro a partir do grau de industrialização alcançado pelo país, que abrangia inclusive o setor da indústria pesada, e encontrava no continente sul-americano mercado para sua produção. Contudo, a partir da estagnação econômica da década de 1980 e

¹⁹ Dado do anuário estatístico das CEPAL de 2017

das reformas neoliberais da década seguinte a economia do país volta sua pauta exportadora novamente para produtos primários, modificando nos anos subsequentes o cenário observado pelo autor. O que nos aponta Luce é que o subimperialismo permaneceria, agregando, porém, novos processos advindos da contemporaneidade do capitalismo.

O subimperialismo brasileiro não desapareceu com o fim do padrão industrial diversificado, mas assumiu novas formas no novo padrão exportador de especialização produtiva, com a ideologia neoliberal e suas variantes neo-desenvolvimentistas, a burguesia interna e o Estado brasileiros não foram simplesmente absorvidos pelo capital estrangeiro como em outros países, mas de maneira integrada a este atuaram como coadjuvantes - e até mesmo como protagonistas - do processo de desnacionalização e apropriação de territórios para a acumulação no continente (LUCE, 2013b, p. 139).

Katz, por sua vez, aponta que

a diferencia de la etapa precedente, ha irrumpido una nítida diferenciación al interior de ese segmento, [semiperiférico] en función de la conexión que cada país ha establecido con la mundialización neoliberal. También se ha profundizado la brecha entre estructuras económicas semiperiféricas y roles subimperiales (KATZ, 2017a, p. 4).

Para Katz os posicionamentos possíveis se complexificam conforme as possibilidades de atuação internacional na atualidade. Dentro da perspectiva de países intermediários ou semiperiféricos poderiam se apresentar diferentes posicionamentos entre elas o subimperialista. Para o autor os países neste patamar poderiam dividir-se ainda como subimperialistas de fato, subimperialistas em potencial e impérios em formação, além da posição de co-imperialista.

Las colonias son actualmente marginales y las semicolonias persisten sólo en aquellos países que padecen la subordinación total al Departamento de Estado. Honduras es un ejemplo de ese tipo. Lo mismo ocurre con Haití. Pero ese estatus no rige para Brasil que es ocupante de esa isla. No es lógico colocarlos en el mismo plano, olvidando que el principal país sudamericano es miembro del G 20.

Por el margen de autonomía que tienen sus estados, Brasil, México o Argentina están situados fuera del casillero semicolonial (KATZ, 2017a, p. 9).

O autor não percebe na postura brasileira da atualidade a possibilidade de se apontar um subimperialismo efetivo, mas apenas em potencial. Isto pela transformação da estrutura política e econômica advinda das reformas neoliberais, que acabaram minando as bases de um processo expansionista *de facto*. Para Katz países na atualidade que poderiam ser caracterizados como modelos subimperialistas estariam situados no Oriente Médio, onde os “sub-impérios tradicionais (Turquia), novos (Sauditas) e em recomposição (Irã) disputam a supremacia”. Esses países apresentam um notável processo geopolítico expansionista em busca de influência regional com um forte papel de suas forças armadas em intervenções na região, buscando moldar a balança regional

de poder (KATZ, 2017b, p. 4 tradução própria). Estes três países estão envolvidos, por exemplo na Guerra Civil da Síria, demonstrando sua disposição em atuar militarmente (direta ou indiretamente) para moldar a ordem regional de acordo com seus interesses.

Outros países também se encaixariam nesta posição destacando-se assim o subimperialismo não apenas como fenômeno econômico, mas com um importante viés geopolítico, que leva Katz a apontar esta posição principalmente nas potências regionais do Oriente Médio (Irã, Arábia Saudita e Turquia). O argentino discorda ainda de uma posição subimperialista de Israel, como apontava Marini. Para Katz o país se encaixaria numa posição de co-imperialista (junto com países como Austrália e Canadá) pelo forte entrelaçamento com os interesses norte-americanos e uma relação privilegiada no cenário global. Assim não seria percebido no país uma posição de cooperação antagônica com a potência central. “Israel, Canadá y Australia ocupan un lugar clave en la custodia del orden global. Por su total amalgama con Pentágono y la OTAN no participan del conglomerado subimperial” (KATZ, 2017b, p. 4). Nestes três países

prevalece una adaptación contemporánea a la gestión imperial. No son viejas potencias subordinadas en forma silenciosa (Inglaterra) o conflictiva (Francia) al líder norteamericano. Tampoco han transitado por experiencias previas de ambición global (Alemania, Japón) o preeminencia colonialista (España, Portugal, Holanda) (KATZ, 2017b, p. 4).

Jaime Osório aponta uma divisão similar e agrega ademais uma perspectiva conciliadora em relação à semiperiferia, compreendendo também o subimperialismo inserido nesta. Ao contrário de Katz o autor destaca o processo econômico (transferências de valor) sobre o geopolítico, como forma de definição do posicionamento de cada país no sistema-mundo. Assim afirma que:

o capitalismo como sistema mundial se estrutura de maneira heterogênea, entre centros, semiperiferias e periferias ou - no atual estágio de maturidade do da economia capitalista - entre economias imperialistas (como Estados Unidos e Alemanha), semiperiferias imperialistas (como Espanha), subimperialismos dependentes (como Brasil), economias dependentes (Peru e Chile) e periferias (países da África) sendo que nas três primeiras prevalece a apropriação do valor - apesar de que a partir das segundas também ha cedência de valor - e nas duas ultimas prevalecem as transferências de valor para todas as anteriores (OSORIO, 2012, p. 39 - 40).

Trazendo o conceito para a atualidade e buscando analisar seu lado geopolítico e econômico Katz aponta o crescimento econômico e a internacionalização das empresas brasileiras a partir dos anos 2000. Lembra ainda que esta internacionalização se deu com forte aparato estatal (sem o qual provavelmente não teria ocorrido) representado pelos aportes do BNDES à internacionalização. Ressalta, por outro lado, que as grandes multinacionais surgidas neste período focam-se principalmente em torno dos recursos naturais, engenharia e construção. Ademais o crescimento da

participação brasileira na economia global que de fato ocorreu deve ser contrastado com modificações econômicas nos últimos anos no país. Destacam-se neste sentido a retomada da especialização produtiva com perda de participação da indústria no produto nacional (KATZ, 2017b). Esta reestruturação, contudo nos parece ganhar força na década de 1990 e a especialização produtiva consolidada a partir de então culmina nos grandes grupos econômicos que se internacionalizam nos anos 2000 principalmente nos ramos intensivos em recursos naturais.

Considerando o aspecto geopolítico o autor destaca a crescente participação internacional do Brasil em fóruns multilaterais, baseado numa perspectiva reformista em relação às estruturas tradicionais de governança global. Por outro lado ressalta o caráter ambíguo que prevaleceu nos projetos de integração regional, onde o país não se consolidou como liderança em prol de uma área estratégica de integração na América do Sul. Assim a política externa nacional teria apresentado um “divórcio entre os interesses globais e regionais” que acabou por “diluir o perfil geopolítico do país”. Também no plano militar Katz aponta a inexistência de um projeto a ser considerado de fato subimperialista. Enquanto o país buscou consolidar e modernizar suas forças armadas nos últimos anos não apresentou uma atuação externa que pudesse ser apontada como derivada de interesse para expansão do capital sediado no país²⁰ (KATZ, 2017b).

3.3 Financeirização e reprimarização

Determinadas questões surgem com maior força durante a década de 1990 e a ascensão do padrão neoliberal de reprodução do capital. Entre estas questões encontram-se a “reprimarização” da pauta exportadora e a financeirização da economia. Estes termos tornaram-se comuns nas análises que buscaram compreender o novo modelo econômico que chegava com força ao Brasil, contudo, requerem certos cuidados ao serem tratados. De fato entendemos que a partir da década de 1990 existe um ganho de poder do capital em sua forma monetária e portadora de juros conforme já especificado por uma série de autores²¹ contudo deve-se destacar mais uma vez o entrelaçamento de capitais na esfera financeira não surge desta própria esfera e a reprodução do capital segue existindo apenas em sua inserção no processo produtivo.

Por outro lado a denúncia da reprimarização nos parece problemática por também partir de uma premissa de oposição entre o capital presente na indústria e aquele no campo, quando de fato existe também um entrelaçamento. Não se pode classificar o processo produtivo no campo brasileiro hoje como não capitalista ou atrasado, quando de fato se apresenta com alta tecnologia de maquinário e insumos, além de ser comandado muitas vezes por megaconglomerados transnacionais, senão na produção

²⁰ A intervenção no Haiti dificilmente pode ser atrelada a este tipo de interesse.

²¹ Ver seção 1.5

direta, em diferentes partes da cadeia de valor dos produtos de exportação. Ademais as relações de produção, em geral estão baseadas no trabalho assalariado e a produção se destina ao mercado global de commodities. No caso da soja brasileira temos o envolvimento de uma série de multinacionais na produção do maquinário como John Deere, as do setor alimentício como Cargill e Bunge e aquelas produtoras de agrotóxicos como a infame Monsanto. Todas atuando em parceria com o capital nacional na produção e processamento agrícola da soja produzida no Brasil e na vizinhança. Ademais a denúncia de “reprimarização” parte também de uma percepção de que o capitalismo brasileiro estaria regredindo, retornando a um momento anterior ao processo de desenvolvimento industrial do país, a partir da década de 1930. Essa visão não considera a grandeza da população do campo anteriormente a este processo e que na atualidade a maioria da população brasileira já encontra-se urbanizada e despojada de terras, além disso, não se considera também o processo industrial atrelado à produção do campo. Assim entendemos que o que ocorre de fato é um aprofundamento do capitalismo em suas características atuais e a consolidação de uma posição do Brasil e da América do Sul na divisão internacional do trabalho, onde a produção do continente segue focada em setores intensivos em recursos naturais, (mantendo ainda assim uma posição intermediária do Brasil em relação aos demais países da vizinhança)

Como aponta Silva e veremos mais detidamente à frente:

a reestruturação patrimonial nos anos 90 foi caracterizada por uma mudança do perfil produtivo dos grupos industriais brasileiros, com uma migração de parte deles para setores commoditizados e/ou fortalecimento de atividades dos que já pertenciam a esta área; e, uma transferência patrimonial de alguns produtores de bens de consumo duráveis e não duráveis para o capital estrangeiro. Determinados grupos adotaram uma estratégia especulativa, tomando-se ‘rentistas’, a partir das privatizações ou grandes empresas que foram vendidas, uma vez que participaram destes processos visando uma valorização das ações das empresas adquiridas, para revendê-las posteriormente (SILVA, 2002, p. 48).

3.4 Investimento Estrangeiro, Monopolização e Divisão do Trabalho.

3.4.1 Investimento Estrangeiro e Monopolização

Com a abertura econômica dos anos 1990 acentuou-se a presença do capital estrangeiro na economia brasileira. O programa, atrelado ao receituário neoliberal do Consenso de Washington, consistiu em uma série de privatizações de empresas até então estatais e a abertura à atuação do capital internacional no país de diversas formas até então limitadas. A atração do capital colocava-se como solução da falta de financiamento para a economia nacional e as importações possibilitariam um ganho de produtividade do parque industrial que se encontrava defasado em relação aos países desenvolvidos. A chegada do modelo neoliberal no Brasil se deu com força a partir do governo Collor de Mello.

Esse processo ocasiona de fato uma grande entrada de capital estrangeiro no país, que cresce abruptamente nos anos 1990, colocando o Brasil à frente de outros países da região na atração destes fluxos, multiplicados pelas reformas liberalizantes. Reafirmava-se a posição de destaque regional do país na atração do capital internacional percebida desde a década de 1960 pela teoria da dependência como percebido na tabela abaixo, retirada de Sarti e Laplane (2002, p. 66).

Tabela 1 – Investimento Estrangeiro no Brasil

Fluxos de Investimento Direto Estrangeiro na economia brasileira

	1990/95 ⁽¹⁾	1996	1997	1998	1999	2000	2001
IDE Brasil (US\$ milhões)	2.000	10.792	18.993	28.856	28.578	32.779	22.457
Participação no total (%)							
Mundo	0,9	2,8	4,0	4,2	2,6	2,2	3,1
Países em desenvolvimento	2,7	7,1	9,9	15,4	12,7	13,8	11,0
América Latina	9,0	20,4	25,6	35,1	26,1	34,4	26,3
Mercosul	35,5	59,9	66,6	79,7	53,9	74,0	86,0

⁽¹⁾ Média anual

Fonte: BACEN, CEPAL e UNCTAD. Elaboração NEIT/IE/Unicamp.

O resultado desta renovação se mostrou no país como uma maior desnacionalização do patrimônio empresarial e aumento do passivo externo, uma vez que este capital novo não gerava novas estruturas produtivas, mas faria crescer as remessas de lucros para o estrangeiro. Isto se dava já que os fluxos de capital vinham atraídos principalmente pelas vendas de empresas nacionais públicas e privadas. Se durante os anos 1990 os fluxos de IED foram atraídos pelas privatizações também se nota que nos anos 2000, apesar da diminuição desse processo os fluxos de IED se mantêm altos refletindo o movimento global de maior volatilidade do capital, típico do capitalismo atual. Assim

as privatizações tiveram uma participação importante no volume total de recursos recebidos nesse período, mas, a partir de 2001 os fluxos de IDE cresceram enquanto os montantes direcionados às privatizações foram substancialmente reduzidos (PAULA; MAZZETTO, 2011, p. 370 - 371).

Se em 1996 a entrada de investimentos estava em torno de US\$ 7 bilhões ao fim da década foram registrados US\$ 29.876,37 bilhões chegando ao país (no ano 2000) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1995 - 2000). “Novos recordes foram registrados em 2007 e 2008, com a entrada de US\$ 33.704,58 bilhões e de US\$ 43.886,30 bilhões” (PAULA; MAZZETTO, 2011, p. 370 - 371).

A abertura econômica foi amplamente criticada por setores da esquerda por seu caráter de desnacionalização da produção e pelos ganhos de produtividade não terem se traduzido posteriormente em crescimento econômico ou maior participação brasileira na economia global. Repetiu-se muitas vezes a perspectiva de oposição entre

capital nacional e estrangeiro com as denúncias de desnacionalização que percebiam um como vítima do outro, todavia se mostrou que determinados setores do capital nacional participaram ativamente desta nova fase²². Ainda que seja inegável que houve de fato uma desnacionalização patrimonial percebe-se que o processo de abertura e privatização gerou lucros extraordinários para setores nacionais que foram, em parte, apoiadores do processo.

A presença de empresas estrangeiras nos processos de privatização e de fusão e aquisição foi bastante expressiva; porém, as empresas de capital nacional também participaram nestes processos visando mudar o perfil de atividades (SILVA, 2002, p. 45).

Percebe-se assim uma concentração e centralização do capital brasileiro, e um impulso à internacionalização de determinados setores. Se a atuação internacional de umas poucas empresas brasileiras já havia começado anteriormente (como o Banco do Brasil na década de 1940 e empreiteiras na década de 1970) é na década de 1990 que esse movimento ganha corpo entre os grupos econômicos brasileiros. Segundo dados da Fundação Dom Cabral de 1991 a 2000 abriram sua primeira subsidiária no exterior 22% das empresas com atuação internacional (até 2017), entre elas grandes grupos como Marcopolo, Weg, Duratex, Arteccla e Klabin (BARAKAT et al., 2017, p. 73 - 76). Em relação à concentração deve-se notar que durante a década de 1990 a economia concentra-se mais em torno desses grandes grupos, que muito se beneficiaram de determinadas reformas como as privatizações e da quebra de concorrentes.

Considerando os fluxos de comércio exterior, houve um aumento da participação das 500 maiores na balança comercial brasileira tanto nas exportações quanto nas importações: em 1989 elas participavam de 35,7% do total das exportações e 27,6% do total importado pelo Brasil. Em 1997, as 500 maiores respondiam por 48,1% das exportações brasileiras e por 34,6% das importações (SILVA, 2002, p. 57) .

Outros dados também demonstram uma maior participação externa como a quantidade de empresas nacionais entre as 500 maiores e suas vendas. Se em 1989 as empresas estrangeiras formavam 30% das 500 maiores empresas do país com 41% das vendas, em 2000 elas eram 46% respondendo por 56% das vendas (SARTI; LAPLANE, 2002, p. 70 - 71). Na década seguinte o quadro se reverte em parte, em 2016 as empresas estrangeiras representavam 39% das 500 maiores do país e suas vendas 41% do total (EXAME, 2017).

Cabe também ressaltar que embora as empresas nacionais, ao longo do período, tenham apresentado queda em sua participação nas exportações das 500 maiores, de 51,7% em 1989 para 46,8% em 1997, bem como nas

²² Esse tipo de interpretação havia sido adotada anteriormente por parte da esquerda que interpretava o golpe militar de 1964 como uma revolução burguesa brasileira, que fomentaria o capital nacional em oposição aos setores retrógrados e ao imperialismo.

importações, de 47,1% em 1989 para 36,9% em 1997, o saldo comercial destas empresas é superavitário de forma crescente nos anos considerados, de US\$ 3.974 milhões em 1989 para US\$ 4.078 milhões em 1997, ao contrário da performance alcançada pelas empresas estrangeiras (SILVA, 2002, p. 57)

Assim, “embora as filiais exportassem proporcionalmente mais do que as empresas nacionais, [...], sua maior propensão a importar tornou sua contribuição ao saldo comercial muito pouco significativa” (SARTI; LAPLANE, 2002, p. 77).

Além disso o capital estrangeiro já instalado aqui, em filiais de multinacionais, aprofunda sua posição no Brasil como base de reinternacionalização de capitais e atuação regional. Este fator se desenrola de forma que essas filiais foram responsáveis por grande parte das importações do país, incentivadas pela moeda sobrevalorizada e a derrubada de tarifas alfandegárias. Ademais essas empresas se mostraram mais propensas a importar principalmente dos países de suas matrizes. Concomitantemente crescia a importância sobretudo do Mercosul (mas também da ALADI) na exportação da produção brasileira, reforçando essa posição intermediária do Brasil e uma divisão regional do trabalho. Ainda que tenha havido uma queda relativa em sua participação no comércio, as grandes empresas brasileiras também aumentaram significativamente suas exportações com o processo de abertura comercial e a economia se tornou mais concentrada em torno dos grandes grupos.

Tabela 2 – Comércio exterior; Empresas Estrangeiras x Nacionais

Fluxos de comércio exterior das Empresas Estrangeiras (EE) e das Empresas Nacionais (EN) nas 500 maiores empresas da Economia Brasileira (US\$ milhões)

		EE	EN	Total 500
1989	Exportações	5.931,9	6.341,5	12.273,4
	Importações	2.665,3	2.367,8	5.033,1
	Saldo	3.266,5	3.973,7	7.240,2
1992	Exportações	7.608,8	9.092,4	16.701,1
	Importações	3.692,0	3.160,9	6.852,9
	Saldo	3.916,8	5.931,5	9.848,3
1997	Exportações	13.576,1	11.922,1	25.498,2
	Importações	13.398,8	7.841,4	21.240,1
	Saldo	177,3	4.080,7	4.258,0
2000	Exportações	13.413,5	13.985,4	27.398,9
	Importações	12.638,2	6.171,7	18.809,9
	Saldo	775,3	7.813,8	8.589,1

Fonte: Elaboração NEIT/IE/Unicamp, a partir de dados da Secex e da revista *Exame*.

Retirado de Sarti; Laplane, 2002, p.76

Assim além de sua pouca tendência a exportar e a participação pífia nos resultados macroeconômicos deve-se ressaltar que as filiais de multinacionais instaladas no Brasil na década de 1990 buscaram sobretudo o acesso ao mercado

regional. Internacionalizou-se de fato a economia nacional, ainda que mais no sentido do maior acesso de empresas estrangeiras ao mercado nacional e regional consolidando o Brasil como centro local da atração e reinternacionalização de capitais. Agora sob novos formatos e escalas as multinacionais faziam crescer o volume de capital que chegava ao país (alguns só de passagem), esse grande volume e a nova liberdade demandada pelo capital beneficiava também alguns grandes grupos nacionais. Essa posição era amplificada pelos acordos comerciais de caráter liberal que foram fomentados pelo país na época, principalmente o Mercosul, que fazia crescer fortemente o fluxo comercial destacando-se os produtos oriundos do Brasil, (fossem eles provenientes do capital nacional ou internacional instalado no país). Antes de tratarmos mais detidamente sobre essa divisão regional do trabalho que se restaura tratemos em uma breve digressão da concentração que se passa no setor bancário brasileiro nesses anos.

3.4.1.1 Sistema Financeiro brasileiro (concentração e expansão nos anos 1990)

Também o sistema financeiro se inclui no processo de centralização na década de 1990 apresentando uma maior participação estrangeira e maior poder das grandes instituições, resultado em parte das privatizações de bancos estatais.

Os dados mostram que a participação dos bancos estrangeiros no total dos ativos bancários aumentou de 6,3% em 1994 para 12,7% em 1997 e 18,9% em 1998. [...] No conjunto dos 24 maiores bancos (excluindo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) há 11 bancos estrangeiros e pelo menos três outros bancos brasileiros que têm forte relação com o capital estrangeiro (GONÇALVES, 1999., p. 184).

Ademais “a participação dos bancos com controle estrangeiro nos ativos totais do setor bancário passou de 8,35%, em 1993, para 27,41% em 2000” demonstrando de fato maior entrelaçamento do capital estrangeiro no setor (ROCHA, n. 11. 2001, p. 14). A participação forânea parece ter sido revertida nos anos seguintes com as compras de algumas das instituições internacionais atuantes no país (como a aquisição do *Bank Boston* do Brasil pelo Itaú) e a consolidação dos grandes grupos nacionais. Dessa forma em 2016 eram 10 instituições estrangeiras entre as 24 maiores, se destacando contudo que eram apenas duas entre as 10 maiores, o Santander e o Citibank (excluindo o Banco do Brasil e a Caixa) (VALOR ECONÔMICO, 2017). A concentração no setor tem grande impulso com as privatizações de uma série de bancos estaduais, como o Banespa e o Banerj. Esse processo acaba criando os enormes grupos financeiros que vão dominar o mercado nos anos seguintes.

Também aqui o papel do Estado se deu de forma central, por exemplo através do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), arcabouço através do qual o governo interviu para consolidar grandes grupos financeiros com a fusão e absorção de instituições insolventes. Em

1995 surge o programa no intuito de “ordenar a fusão e incorporação de bancos a partir de regras ditadas pelo Banco Central” (BACEN, 2019). Entre os exemplos mais importantes da

consolidação dentro do sistema financeiro foram as aquisições do Banco Econômico pelo Excel (1995 — vendido em 1998 ao Banco BilbaoVizcaya), do Banco Nacional pelo Unibanco (1995), do Bamerindus pelo HSBC (1997), do Banco de Crédito Nacional (BCN) pelo Bradesco (1998) e, mais recentemente, do Banco Real pelo ABN Amro (1999) (SALVIANO JÚNIOR, 2004, p. 69 - 70).

Enquanto o PROER dedicava-se à organização do setor financeiro privado criou-se também no âmbito do Banco Central o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) que trataria de reorganizar e liquidar instituições financeiras estaduais. Os programas surgem na esteira da quebra de bancos a partir da estabilização monetária do Plano Real, já que muitas destas instituições tinham seus ganhos centrais atrelados ao processo inflacionário. Finalmente

a partir da implementação do Proes e do Proer, começou a se delinear a primeira das transformações que iriam alterar a configuração do sistema bancário nacional: o crescimento da concentração do setor [...] entre 1996 e 2003, 67 bancos foram eliminados como resultado desse processo (ARIENTI, 2007, p. 582).

Deve-se ressaltar também que as instituições bancárias tiveram papel essencial nas privatizações da década de 1990 como no caso do Banco Bozano Simonsen que arrematou participações em uma série de empresas privatizadas como a Embraer, Ecelsa, Banco Meridional e Usiminas (posteriormente o banco acaba sendo vendido para o Santander em uma transação bilionária) (FOLHA DE SÃO PAULO, 1997). Além disso outras instituições participaram ativamente das privatizações como o Bamerindus, Banco Econômico, Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil e o Previ, fundo de pensão dos funcionários deste último, além do próprio BNDES (RODRIGUES; JURGENFELD, 2019). Dessas instituições as três primeiras foram adquiridas ou fundidas posteriormente.

Estimuladas pela ascensão dos fundos de pensão, das políticas de crédito ao consumo e incentivo por parte do Estado as instituições financeiras continuam esse processo de fusão na década seguinte, mas de fato já chegam aos anos 2000 extremamente concentradas. Esse impulso centralizador ganha nova força a partir da crise 2008, emblematicamente pela fusão dos bancos Itaú e Unibanco nesse mesmo ano. Os dois bancos constavam entre os maiores do continente e acabam formando a maior instituição financeira do hemisfério sul (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018). Assim a centralização não surge, mas continua e se aprofunda nos anos 2000 e tem grande impulso com a crise de 2008, ainda que não mais atrelado às privatizações, mas sim partindo de fusões dos grandes grupos surgidos na década anterior. Entre as grandes

compras no setor temos aquelas feitas pelo “Bradesco (Banco do Ceará, Inter Amex e BMC), [. . .] Santander (ABN Amro Real e Bonsucesso), Pactual (UBS) e Banco do Brasil (BESC), no período de 2005 a 2015” (CUCOLO, 2019).

Em ativos totais a razão de concentração entre as 5 maiores instituições passa de 56,28% em 1995 para 58,61% em 2005 enquanto a concentração entre as 10 maiores instituições passa de 70,59% para 79,92% (LIMA; CARVALHO, , p. 154). Esse processo continua e se agrava a partir de 2008, fazendo com que o sistema financeiro nacional chegue a 2015 com 89,97% de ativos totais concentrados nas 10 maiores instituições e mais de 90% para as operações de crédito e os depósitos totais (BANCO CENTRAL, 2016, p. 61).

3.4.2 Divisão do Trabalho

A análise de 100 empresas estrangeiras presentes na lista das 500 maiores do Brasil para o ano de 1997 (quando a abertura econômica já apresentava seus efeitos) mostram uma diferença na importância da região em termos de exportação e importação dessas empresas. Enquanto o Mercosul representa 28,3% de suas exportações, as importações originadas deste grupo rondam os 12,7% do total. Essa participação regional fica clara, bem como a diferença de relação em termos globais que se instaura nas empresas estrangeiras. Essas empresas compram mais dos países centrais e vendem mais para a região corroborando o posicionamento intermediário do Brasil e a reinternacionalização da produção a partir daqui. Esse comportamento apresenta-se na importância das exportações com destino ao Mercosul por parte das filiais estrangeiras, com a pouca relevância das importações com origem na região, que se concentram mais na União Européia e no NAFTA. O mesmo se repete em relação à ALADI para onde iam 11% das exportações dessas empresas e de onde vinham apenas 1,2% das importações.

Tabela 3 – Comércio exterior das Empresas Estrangeiras selecionadas por regiões - 1997

	Exportações		Importações		Saldo
	US\$ milhões	%	US\$ milhões	%	US\$ milhões
Mercosul	2.988,0	28,3	1.521,8	12,7	1.466,2
NAFTA	1.755,3	16,6	3.329,0	27,7	(1.573,7)
ALADI	1.241,5	11,7	149,4	1,2	1.092,1
União Européia	1.961,2	18,5	4.328,3	36,0	(2.367,2)
Ásia	1.299,8	12,3	1.748,2	14,6	(448,4)
Resto	1.329,2	12,6	936,9	7,8	392,3
Total Empresas Amostra	10.575,0	100,0	12.013,6	100,0	(1.438,7)
Total Brasil	52.985,8		61.528,1		(8.542,3)

Fonte: Elaboração NEIT/IE/Unicamp a partir de dados da Secex.

Retirado de Sarti; Laplane, 2002, p.86

Além disso deve-se detalhar qualitativamente já que como acrescentam os autores,

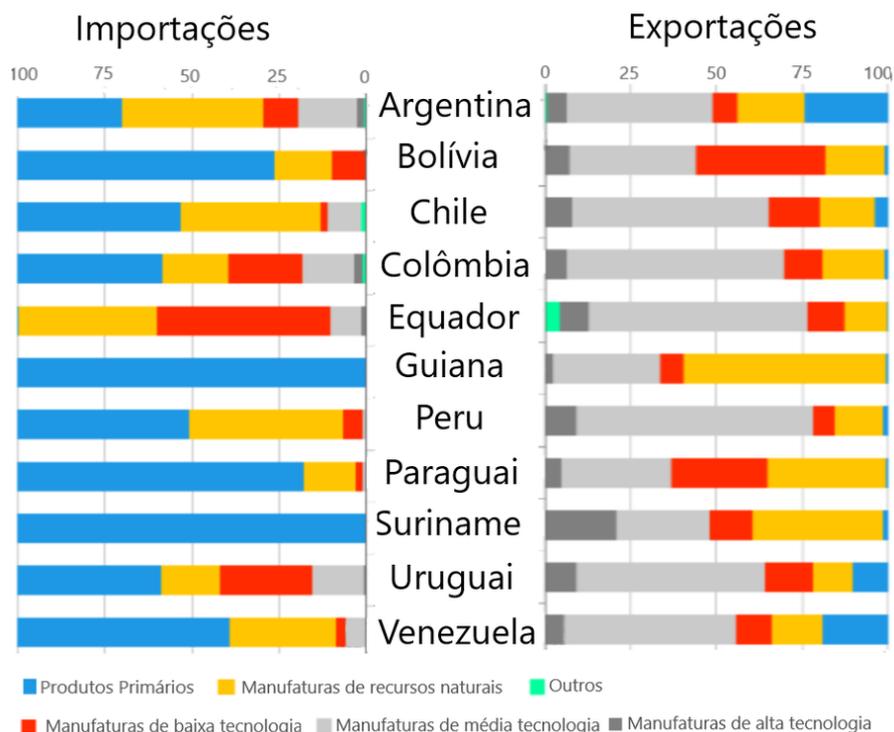
Os produtos de indústrias intensivas em escala predominavam fortemente nas exportações para o Mercosul (65,6%) e para a ALADI (61%). Esses produtos também predominavam nas exportações destinadas ao NAFTA. Nas outras regiões predominavam as exportações de produtos de indústrias intensivas em recursos naturais (SARTI; LAPLANE, 2002, p. 87).

Todavia para além das multinacionais aqui instaladas essa divisão do trabalho é reproduzida também pelos grandes grupos nacionais, analisados por Silva a partir de um painel de 90 empresas nacionais entre as 500 maiores do país. Sobre os fluxos comerciais dessas empresas na região a autora aponta que

a composição da pauta de exportações por região revela que na Aladi, no Nafta e no Mercosul foram predominantes os produtos da indústria intensiva em escala enquanto que para a União Européia e Ásia tiveram maior incidência os produtos intensivos em recursos naturais, nos quais se inserem os produtos primários minerais [por outro lado] as importações do Mercosul foram de produtos da indústria agroalimentar, tais como leite e laticínios, malte, algodão; enquanto que produtos de fornecedores especializados (turbopropulsores, turboreatores, laminadores de metais) e intensivos em P&D (componentes para aviões ou helicópteros, máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes) resultaram das transações com o Nafta, a União Européia e a Ásia (SILVA, 2002, p.73).

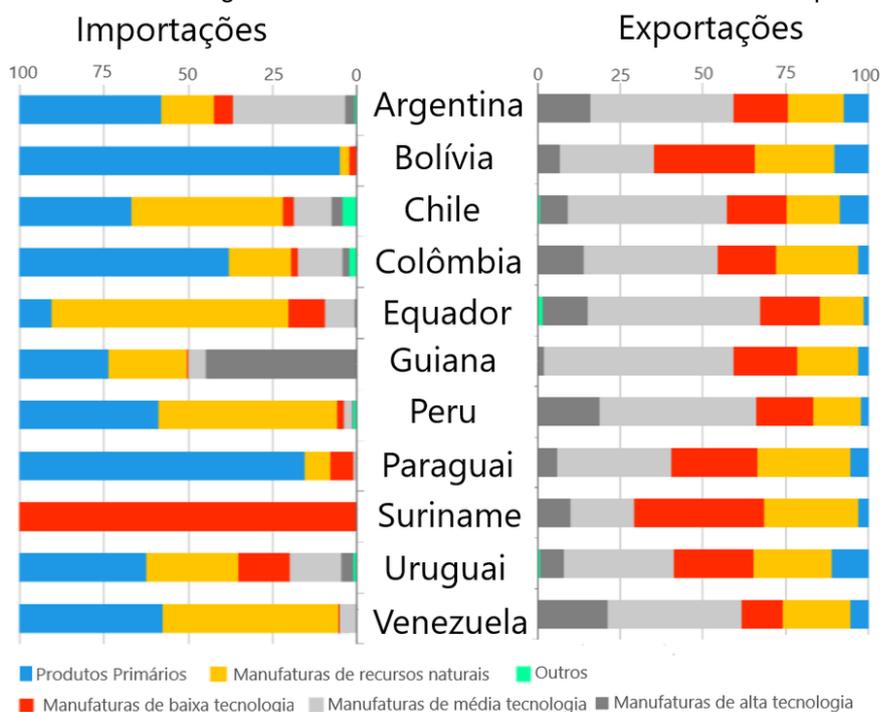
Assim discriminamos as exportações e importações do Brasil para os países da América do Sul de acordo com seu nível tecnológico. Buscando um panorama de longo prazo destacamos os anos de 1990, 2000 e 2016, para que possamos melhor perceber o movimento histórico destas relações ao longo dos anos pesquisados

Gráfico 6 – Intensidade tecnológica do comércio brasileiro com a América do Sul para o ano de 1990



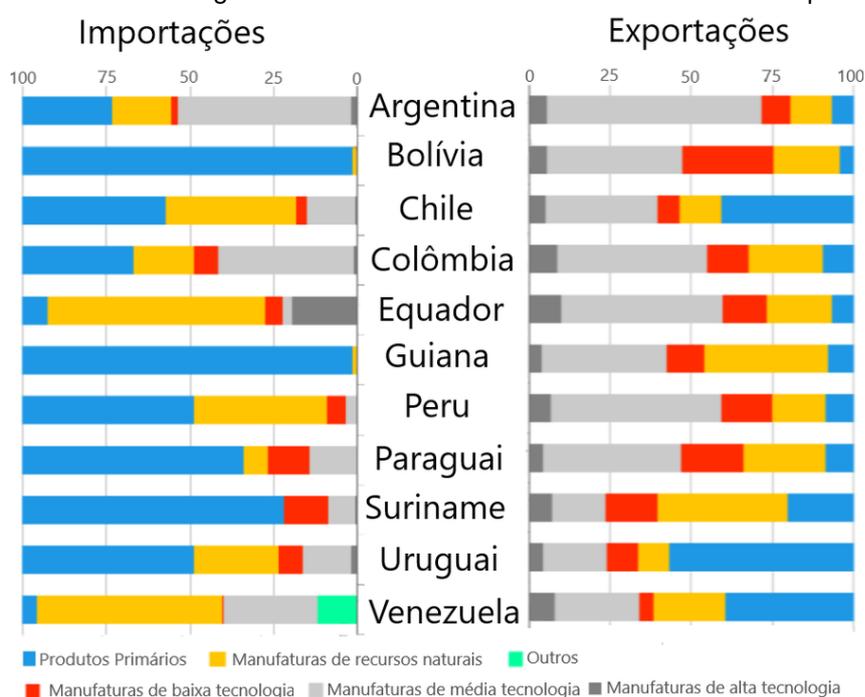
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema Gráfico de Comercio Internacional SIGCI/CEPAL

Gráfico 7 – Intensidade tecnológica do comércio brasileiro com a América do Sul para o ano de 2000



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema Gráfico de Comercio Internacional - SIGCI/CEPAL

Gráfico 8 – Intensidade tecnológica do comércio brasileiro com a América do Sul para o ano de 2016



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema Gráfico de Comercio Internacional - SIGCI/CEPAL

É perceptível um crescimento das exportações de produtos primários e da importação de manufaturados por parte do Brasil. Apresenta-se um processo de reversão ou arrefecimento da divisão regional do trabalho, sem que seja rompida, mantendo-se como fenômeno estrutural de 1990 a 2016. Com a reprimarização da pauta exportadora que passa o Brasil, a América do Sul se reafirma como região em que o país mantém exportações de manufaturados, com participação constante das de alta e média tecnologia (ainda que sua participação diminua).

3.5 Transnacionalização

Maria Lussieu da Silva, analisando o painel composto por 90 empresas de capital nacional entre as 500 maiores do país no ano de 1997²³ busca compreender o comportamento destas empresas no cenário econômico que se delineava com a estabilização e abertura econômica em uma comparação entre 1989 e 1997. Analisando essas empresas busca compreender também o movimento de internacionalização ocorrido nos anos 1990, impulsionadas pela abertura percebendo um crescimento

²³ O critério para a delimitação deste painel está embasado na propriedade do capital nacional, na presença dentre as 500 maiores e na variedade de setores que pertencem além da disponibilidade de dados que permitam a pesquisa (SILVA, 2002, p. 62).

modesto na atuação internacional, como demonstra o quadro abaixo (SILVA, 2002, p. 62).

Tabela 4 – Indicadores de Internacionalização

**Indicadores Síntese do Painel de Empresas por Grau de Internacionalização
1989 e 1997 (em US\$ milhões)**

Variável	Internacionalização avançada		Internacionalização Incipiente		Não Internacionalizada	
	1989	1997	1989	1997	1989	1997
Nº de Empresas	7	5	7	15	76	70
Exportação	3.694,18	4.264,09	1.127,84	2.246,78	1.079,73	2.562,60
Importação	588,48	848,98	285,49	761,18	1.261,72	2.280,83

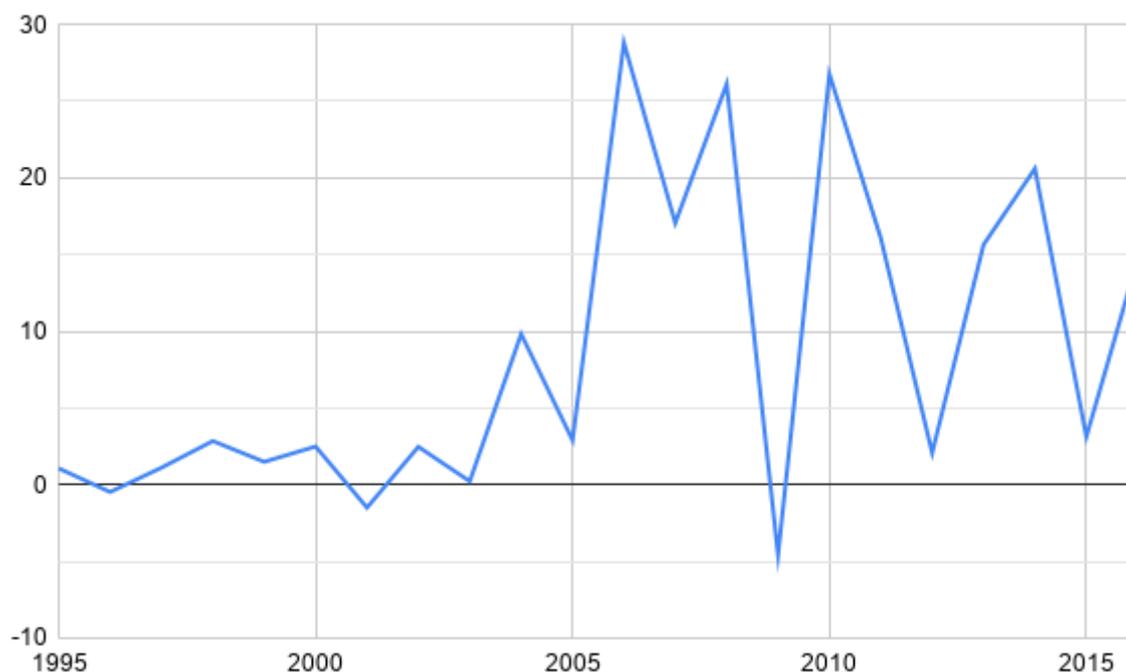
Fonte: SILVA, 2002, p. 79

Se de fato as empresas brasileiras se internacionalizam com maior força a partir dos anos 2000, por conta de incentivos do Estado a sua atuação como os financiamentos da IIRSA, tratados amplamente pela literatura, é na década de 1990 que percebemos o início de um processo de atuação internacional do capital brasileiro a partir dos grandes grupos nacionais. Seja por conta da crise interna, da necessidade de expansão dos negócios ou pelos acordos liberais o fato é que uma série de empresas nacionais iniciaram sua internacionalização nesta época, sendo muitas delas com foco na América do Sul. Destacamos que

hoje, a expansão dos ‘negócios’ brasileiros nos países vizinhos é inegável: 20% dos investimentos externos na Bolívia derivam da Petrobras; 80% da soja produzida no Paraguai pertence a fazendeiros brasileiros; e na Argentina, 24% das aquisições das empresas entre 2003-2007 foram por capital brasileiro. Em 2006, as vinte maiores transnacionais brasileiras investiram US\$56 bilhões no exterior [...] sendo que 77 mil trabalhadores(as) estão empregados pelas ‘transbrasileiras’ no exterior (GARCIA, 2009, p. 13 - 14).

O processo de internacionalização das transnacionais brasileiras nos anos 2000 nos parece se dar como um aprofundamento da atuação internacional do capital brasileiro que já vinha sendo fomentado e incentivado pelo Estado. Essas aquisições e investimentos brasileiros se apresentam também no aumento do investimento do país no exterior, primeiro de forma tímida a partir de 1995 ganhando força a partir de 2005, ainda que mantenha um caráter errático com variações bruscas.

Gráfico 9 – Investimento direto do Brasil no exterior (em US\$ bilhões)



Elaboração própria com base em dados do Balanço de Pagamentos

Neste sentido deve-se apontar que esse valor se multiplica na década de 2000 e

de acuerdo a estimaciones no oficiales, las inversiones brasileñas en Uruguay han pasado de US\$ 12 millones en 2004 a US\$ 320 millones en 2006. Entre las más relevantes se destacan las de Petrobrás (actualmente propietaria de ochenta y cinco estaciones de servicio y responsable de la distribución de gas en dicho país), algunas en la producción de cemento y otras en el sector financiero, particularmente a partir de la reapertura del Banco de Brasil en Montevideo y la compra del Bank Boston por parte del Banco Itaú. [...] En Argentina, desde la salida del esquema de 'convertibilidad' y hasta mediados de 2006, grupos económicos brasileños invirtieron más de US\$ 7.000 millones en adquisiciones de empresas industriales, monto que casi cuadruplica el valor de las inversiones directas originarias de Brasil durante toda la década de los años noventa (BID-INTAL, 2007, p. 36 - 37).

O painel de empresas apresentado por Silva (2002) não fica imune a esse salto na escala de capitais e de internacionalização na década de 2000, porém como analisado pela própria iniciam sua internacionalização muito antes do processo de expansão dado a partir do governo Lula da Silva, ainda que se perceba de fato a continuidade na concentração da propriedade no período posterior ao analisado por Silva e referente aos anos 2000. Assim percebemos que dentre as empresas que constam no painel 7 foram concentradas na Braskem que sequer existia na época, o grupo Votorantim que concentrava 2 empresas passa a concentrar 6, a Ambev e o Grupo Vicunha (CSN) 5 cada e a BRF e Usiminas 3 cada. Além disso 7 foram à falência

desde sua pesquisa e 10 dessas 90 companhias foram vendidas para empresas estrangeiras (sem contar aquelas concentradas pela Ambev que posteriormente se funde a uma cervejaria belga) (SILVA, 2002, p. 136 - 137).

Se de fato, como apontou Fontes (2010), o BNDES protagonizou “uma impactante dinâmica de centralização e concentração de capitais no Brasil” a partir dos anos 2000 as raízes desse processo são muito anteriores. É fato ainda que foi a partir do banco que se formulou e estimulou através de linhas de crédito a internacionalização de determinados grupos econômicos com destaque para as construtoras com os financiamentos brasileiros para grandes obras na América do Sul. Todavia não se pode ignorar que esse processo ganhou força e método nos anos 1990, por exemplo através do processo de desestatização da economia que contribui em muito na consolidação de grandes grupos econômicos no país e teve participação central do BNDES inclusive com financiamentos (NOVOA, 2009, p. 189 - 190). E, se de fato os financiamentos para a internacionalização de empresas crescem exponencialmente no governo Lula da Silva, é no governo anterior (de Cardoso) “que realizou-se uma reforma nos estatutos do BNDES de forma a permitir o financiamento a operações de capital brasileiro no exterior” (FONTES, 2010, p. 346).

Assim temos o caso muito citado da Construtora Norberto Odebrecht, que nos últimos anos ganhou notoriedade através de uma série de escândalos de corrupção envolvendo governos de todo o continente. Esse processo demonstrou-se muito mais profundo e antigo do que apenas as linhas de financiamento do BNDES durante os governos do PT. As delações dos executivos da empresa envolveram “os cinco últimos presidentes do Brasil: José Sarney, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff” que estão no poder desde 1985. Além disso as investigações mostraram ramificações dos esquemas de corrupção da empresa na “Venezuela, República Dominicana, Panamá, Peru, Argentina, Equador, Guatemala, México, Colômbia, Angola, Moçambique e França”. Mostrando o grau de internacionalização inclusive de métodos ilegais usados pela empresa no Brasil (VIGNA, 2017). Essa forte internacionalização parte também de uma forte centralização interna e da participação no processo de desestatização na década de 1990. Em 2009 Campos apontava que a construtora “já teve obras em 30 países do mundo e, atualmente, tem 80% de todas as suas receitas oriundas de atividades no exterior” (CAMPOS, 2009, *apud* Fontes, 2010, p. 343). Retrocedendo na história da empresa destaca-se que em 1985 “as obras da Organização no exterior representavam cerca de 30% dos contratos em carteira” (ODEBRECHT, 2019). Além disso já em 2002 Silva escrevia que a empresa já investia na “aquisição de empresas do setor da construção civil e projetos com governos de vários países” fazendo-se presente “em 14 países na América do Sul, América do Norte, África e Europa” (SILVA, 2002, p. 108).

A Votorantim, por sua vez, comprou em 2007 a empresa *Prestige* e em 2008 a *Prairie*, ambas cimenteiras norte-americanas (AGÊNCIA ESTADO, 2008). Na América

do Sul em 2004 comprou uma refinaria de Zinco em Cajamarquilla no Peru (PANORAMABRASIL, 2004). Em 2009 a Votorantim Cimentos adquiriu a cimenteira argentina *Cementos Avellaneda* que dominava então entre 10% e 19% do mercado de cimento daquele país, ocupando o posto de terceira maior cimenteira, sendo que a *Loma Negra* (maior cimenteira argentina) já havia sido comprada também por uma companhia brasileira a Camargo Corrêa. A compra da empresa argentina incluiu ainda a metade da cimenteira *Artigas* do Uruguai e teria custado à brasileira em torno de 200 milhões de dólares por participações minoritárias que foram crescendo posteriormente com outros acordos de venda (CLARÍN, 2009). Na Bolívia a empresa atua desde 1997 através da Itacamba Cimentos, cujo comando divide com outras duas empresas (VOTORANTIM CIMENTOS, 2017). Além disso, a postura de internacionalização da empresa muitas vezes segue no sentido de garantir fluxo de matéria-prima barata para a produção que se destina ao mercado brasileiro (SCHELLER, 2011). Também “atua no Chile (15% das ações da Bío Bío) [...] [e no] Paraguai (35% da Cementos Iguazu)” (OSCAR, 2010). A internacionalização da empresa já era notada em 2002 através da “instalação de escritórios para operações internacionais”. Ademais a empresa já se fazia presente “em países da Ásia, da Europa e nos Estados Unidos. A Votorantim Cimentos possui uma fábrica no Canadá e um escritório na Argentina” (SILVA, 2002, p. 108).

A Sadia se junta em 2009 a Perdigão para formar a BRF, empresa global que vai expandir-se nos anos seguintes. Em 2010 50% das vendas da companhia eram destinadas ao estrangeiro e se manteria em torno desta proporção nos anos seguintes. Além disso a empresa empregava em 2014 cerca de 4 mil funcionários fora do Brasil e de suas 10 fábricas no exterior 7 se encontravam na Argentina (BRF, 2014, p. 6). Entre suas aquisições estão os grupos Avex e Dánica na Argentina cuja aquisição custaria R\$ 188 milhões (BRF, 2011, p. 7). Deve-se acrescentar que Silva (2002, p. 108) já apontava a expansão internacional anterior aos anos 2000 e à criação da BRF propriamente dita, acusando a atuação da Sadia nos EUA e na Argentina através de escritórios e centros de distribuição. A BRF também adquiriu a Quickfoods, outra empresa argentina, ainda que em 2018 acabe vendendo esta para outra transnacional brasileira do ramo, a Marfrig (G1, 2018). Essa empresa ainda que não constasse na lista de Silva é também uma das grandes multinacionais brasileiras com forte presença na América do Sul, sendo a principal processadora de carnes do Uruguai e a maior importadora deste alimento no Chile (MARFRIG, 2016). Essas duas empresas, somadas à JBS ocupam posição de destaque global no ramo, esta última em 2014 teria assumido o posto de segunda maior empresa alimentícia do mundo (atrás da Nestlé), impulsionada pelos aportes do Estado brasileiro via BNDES (ALVARENGA; GAZZONI, 2017).

A Gerdau outra multinacional brasileira inaugurou a produção de aço na Colômbia em 2004 com a compra do grupo Diaco. A empresa também está presente no México, Guatemala, República Dominicana, Venezuela e Peru. A empresa atingiu em 2016 um faturamento de 4,7 bilhões nas operações na América do Sul (GERDAU,

2016). Já em 2002 a empresa consolidava seu setor internacional com a

aquisição de usinas siderúrgicas (minimills) no exterior, com o intuito de fortalecer o seu mercado pela proximidade com os consumidores e utilização de insumos fornecidos localmente e ultrapassar as barreiras comerciais em função do protecionismo de determinados países. Possui usinas nos seguintes países: Uruguai, Chile, Canadá, Argentina, Estados Unidos (SILVA, 2002, p. 108).

Além disso a autora cita ainda outros exemplos de empresas que já se internacionalizavam nos anos 1990, muitas destas companhias são justamente aquelas que aprofundam este processo na década seguinte, assim além dos casos já citados temos ainda as seguintes companhias e seus métodos de internacionalização:

- Weg Motores: instalação de escritórios de vendas e assistência técnica. O seu objetivo é fortalecer o seu mercado externo, visto como estratégico para o crescimento dos negócios. Os escritórios estão localizados na Argentina e no México;
- Andrade Gutierrez: aquisição de empresas já existentes em Portugal, Argentina, Equador Peru, Guiné, República Dominicana. Em comum, Odebrecht e Andrade Gutierrez adquiriram empresas em Portugal visando entrar no mercado da União Européia;
- Ambev: fusão da Brahma e da Antarctica para obter escala e assim atuar no mercado internacional. Possui unidades na Argentina, Paraguai, Venezuela e Uruguai;
- Embraer: associação com empresas estrangeiras, visando novos mercados e o acesso ao capital mais barato. Possui escritórios de vendas e pós-venda, com depósitos de peças e pessoal especializado em reparo dos aviões, na China, Cingapura, Estados Unidos e França;
- CSN: aquisição de usina nos Estados Unidos;
- CVRD: joint venture com a canadense lamgold Corporation para exploração de ouro na Patagônia, além de possuir cinco fábricas no exterior localizadas nos Estados Unidos, França, Argentina, Bahrein e escritórios nos Estados Unidos, Bruxelas, Tóquio e Xangai;
- Cutrale: compra de duas esmagadoras na Flórida, Estados Unidos, cujo objetivo foi driblar o protecionismo e reduzir custos fiscais de suco de laranja no mercado americano;
- Citrosuco Paulista: compra de empresa na Flórida, Estados Unidos, com o mesmo propósito da Cutrale;
- Marcopolo: possui unidades produtivas na Argentina, México e Portugal e está presente na África do Sul e na China por meio de associações com empresas locais;
- Sabó: possui unidades de produção na Argentina, Alemanha, Áustria, Hungria além de escritórios comerciais e laboratório de testes nos Estados Unidos, Itália, Inglaterra e Austrália (SILVA, 2002, p. 108 - 109).

3.6 Integração Regional e o papel do Brasil

O importante papel do Brasil na política regional também foi modificado com o neoliberalismo, inclusive o próprio regionalismo que pautava a integração até então se vê afetado pelos novos paradigmas surgidos com o fim da Guerra Fria. O nascimento da América do Sul como região geoeconômica autônoma se dá a partir desta década de 1990, com uma presença cada vez mais forte discursiva e propositivamente a partir

da diplomacia brasileira. Essa mudança de eixo preferencial de integração pode ser percebida com mais força ao fim da década e se deu de forma paulatina. O caráter da integração buscada pelo país até então focava-se na América Latina e mesmo a constituição de 1988 explicita o caráter latino-americano do país e da integração a ser buscada nessa região.

Posteriormente a diplomacia brasileira pendeu para a integração da América do Sul, com destaque para o Mercosul como área preferencial, onde o Brasil teria capacidade para liderar o processo. Com a adesão mexicana ao Nafta se abandona a perspectiva de uma integração abrangendo toda a América Latina e percebe-se um fortalecimento do ideal sul-americano que ficará marcado nas instituições criadas no final desta década e aprofundadas na década seguinte.

Jaguaribe (2008, pp.329-334) afirma que a criação do NAFTA equivale ao 'fim da América Latina'. Sem o México, parte da América Central e do Caribe, economias faceiras com os tratados de livre comércio com os Estados Unidos, a política externa brasileira precisava de uma base mais concreta (SEVERO, 2015, p. 162).

O Mercosul inicialmente não apresenta um caráter sul-americano se conformando principalmente como vetor de integração entre Brasil e Argentina com a *détente* ocorrida a partir da redemocratização regional. Paulatinamente a região vai se apresentando de forma mais autônoma como foco da integração política e econômica brasileira, que mantém o cone sul como foco principal. Assim a América do Sul se apresenta como espaço em que o país poderia exercer influência política sem maiores atritos com a dominação norte-americana, mais direta na América Central e do Norte (reforçada a partir do Nafta). A política externa também apresentará necessariamente reflexos do expansionismo econômico brasileiro, de sua posição intermediária e de seu projeto de ascensão no cenário global. Se estes traços são denunciados com vigor a partir principalmente do governo Lula da Silva eles já apresentam suas bases na década anterior ainda que de diferentes formas. Ademais essa posição já existia anteriormente durante a ditadura militar, contudo, o profundo impacto da reorganização capitalista neoliberal moldou a partir da década de 1990 o modo da inserção brasileira na economia mundial e seu relacionamento com a vizinhança, moldando também sua política externa e a maneira que buscou consolidar sua atuação como potência intermediária.

Assim destaca-se que esse processo vinha atrelado à perspectiva de Brasil Potência, que ocupava com destaque o ideário desenvolvimentista do período ditatorial e recebe uma série de interpretações de renascimento a partir do governo Lula da Silva. Reafirmamos, contudo, que não parece razoável supor que este expansionismo tenha deixado de existir ou ficado latente durante os anos 1990 e retornado na década seguinte, de forma que o expansionismo econômico catapultado pelas dinâmicas neoliberais da década de 1990, deve necessariamente afetar a política externa nacional, que responderá aos novos desafios impostos neste período, buscando manter a posição

de centro econômico regional alcançada pelo Brasil durante o período do regime militar, agora sob os auspícios do Consenso de Washington.

No ideário neoliberal percebe-se a modificação do papel estatal no processo econômico, ainda que não tenha deixado de existir. Conseqüentemente neste período o papel do Itamaraty modifica-se, bem como as bases em que se darão o nascente processo de integração. Nestes aspectos, contudo mantiveram-se os traços do expansionismo brasileiro sob novas bases, que viriam a moldar também o processo integracionista recém-nascido sob formato sul-americano. Assim o próprio processo neoliberal teve ressalvas por parte de determinadas instituições de grande importância para a política externa, como no próprio Itamaraty e nas Forças Armadas. Essas para Zibechi

han sido capaces de instalar sus propias prioridades incluso en momentos en que los gobiernos neoliberales debilitaban el aparato estatal y reducían el presupuesto de la defensa. La pervivencia del espíritu nacionalista en las fuerzas armadas nunca se perdió, ni bajo el régimen militar ni bajo el Consenso de Washington, y los militares fueron capaces de mantener su autonomía de pensamiento incluso cuando no contaban con el apoyo del poder político (ZIBECHI, 2012, p. 105).

3.6.1 Presença e interesses da diplomacia brasileira na criação da América do Sul e do Mercosul como áreas de integração preferencial.

Com a ascensão do paradigma neoliberal na política interna e externa brasileira se percebeu um movimento de retirada do Estado de funções tradicionalmente ocupadas e a ascensão do mercado como organizador de setores até então estatais. O processo integracionista e a política externa não ficaram imunes a este processo que se apresentou, por exemplo através do crescimento das iniciativas de integração em que a política tinha sua presença diminuída em prol do fomento comercial. Nesta década a integração percebe mesmo seu viés econômico limitado aos acordos de liberalização comercial, que marcaram a aproximação regional em iniciativas como o Mercosul.

Essa aproximação limitava um aparato integracionista anterior exemplificado pela Declaração de Iguazu (1985), que marca a aproximação entre Brasil e Argentina. Ainda que este acordo não tenha institucionalizado o processo de integração previa um amplo arcabouço buscando uma integração multissetorial e aprofundada entre ambos os países em “um projeto integrado, [que] visou possibilitar que o Brasil e a Argentina alcançassem maior autonomia e independência em relação ao mercado mundial, mediante crescente unificação de seus espaços econômicos” (BANDEIRA, 2003, p. 464).

Para Magnoli, César & Yang, (2000, p.48 *apud* Bernal-Meza, 2002, p. 43) com o fim da rivalidade platina “pela primeira vez na história, o Brasil torna-se capaz de olhar

para a América do Sul sem as distorções criadas pelos óculos bifrontes do passado. Assim, abre-se um horizonte novo, que é o da integração sul-americana”.

Também neste período a diplomacia praticou de fato, em diversos momentos, uma posição de alinhamento automático com a política externa dos EUA (com diferentes características durante a década). Contudo, uma série de iniciativas indicam também a adaptação do Brasil e de sua política externa a este paradigma que ascendia no intuito de manter seu papel regional e seus objetivos globais. Se um maior alinhamento com a política norte-americana é percebida também deve-se notar a permanência da busca dos “interesses nacionais” e a perspectiva de manutenção da posição de centro regional do Brasil. Assim por exemplo

o Brasil foi o único país americano a dizer não aos moldes com que George Bush propôs, em 1991, a Iniciativa para as Américas, reafirmada pela Cúpula dos 34 países americanos em Miami, em 1994, na de Santiago, em 1998, e na de Quebec, em 2001 (CERVO; BUENO, 2011, p. 521).

Neste sentido podemos perceber o próprio surgimento de uma concepção sul-americana na diplomacia nacional como parte desta modificação de paradigma e da busca de manutenção da centralidade brasileira na região, buscando então “as bases mais concretas” apontadas por Severo (2015 p. 162) que se faziam necessárias no cambiante cenário global do pós-Guerra Fria. Assim

A integração da América do Sul foi alçada ao nível de condição prévia para a integração hemisférica pela diplomacia brasileira. Os argumentos a favor dessa estratégia eram três: a expansão dos interesses comerciais e empresariais brasileiros sobre a região, a conseqüente elevação de seu desempenho e competitividade e a percepção de que a proposta norte-americana destinava-se a alijar a hegemonia brasileira em benefício próprio (CERVO; BUENO, 2011, p. 521).

Se a presença do Estado na política exterior parece diminuir, a diplomacia brasileira pareceu atuar ativamente para conformação da ideia de uma América do Sul como resultado de uma perspectiva realista dos novos paradigmas internacionais que surgiam. Neste sentido ao analisar a posterior consolidação deste espaço com criação da UNASUL Cervo e Bueno apontam que “o polo de poder recém-criado, o ente América do Sul, ao adquirir operacionalidade, realiza diretamente interesses brasileiros” (CERVO; BUENO, 2011, p. 551). Percebe-se aí também a continuidade deste projeto na política externa brasileira para a consolidação deste espaço transpassando diferentes governo e décadas.

Durante este período de conformação uma série de acordos integracionistas foram consolidando uma área de influência na América do Sul, onde o país poderia melhor liderar o processo integracionista, já que a América Central, do Norte e Caribe encontravam uma influência muito mais presente dos EUA. Despia-se também o caráter “ideológico” da integração, afastando o país de uma perspectiva terceiro mundista e se

buscava um discurso tecnicista de incentivo aos fluxos comerciais e liberalização de capital (por mais ideológico que seja este discurso). Essa ideia estava em consonância com a concepção de “fim da história” que marcou essa década de apogeu o liberalismo econômico e crise das perspectivas críticas.

Com o México focando-se numa integração mais direta com os EUA através do Nafta coube ao Brasil reorganizar o paradigma de integração regional de acordo com as possibilidades da diplomacia nacional e da década em que se dava. A diplomacia brasileira teve de lidar com um perfil mais próximo dos EUA da maioria dos países da região (incluindo o próprio Brasil), equilibrando essa proximidade dos governos neoliberais com propostas e iniciativas que fortalecessem a integração regional em torno do país. Buscou-se também uma alavancagem política para o papel global buscado pelo Brasil através de iniciativas que reunissem os países sul-americanos sob a liderança brasileira. Para Bernal-Meza

O Mercosul foi [...] uma alternativa intermediária entre a continuidade de sua política nacionalista e a economia liberal predominante no mercado mundial. [...] Isso também faria do Mercosul uma instância negociadora frente ao eventual estabelecimento de uma área hemisférica de livre comércio e, a nível político, o bloco permitiria dotar o Brasil de uma base maior de apoio para sua estratégia de alcançar reconhecimento como ‘potência média mundial’, em virtude da liderança que exerceria no interior do bloco e, através deste, no Cone Sul. O Brasil intentava assim disputar com os Estados Unidos a hegemonia em âmbito subregional sulamericano (BERNAL-MEZA, 2002, p. 44).

Neste sentido entendemos o insucesso das negociações da ALCA, a criação de instituições como o Mercosul e a proposta da Área de Livre Comércio Sul-Americana ALCSA. Consolidava-se a ideia de América do Sul como região autônoma de integração, que iria ganhar força no fim dos anos 1990 e começo dos anos 2000 com instituições como a CASA, UNASUL, IIRSA, Conselho de Defesa Sul-Americano entre outros. A região se estabelecia como área de integração preferencial do Brasil e região de atuação do capital brasileiro num momento em que parte do capital aqui presente iniciava sua internacionalização. Com a consolidação desta região o Brasil fortalecia também seu discurso global como representante regional e conseguia um melhor posicionamento para a negociação internacional. Essa melhor posição se mostrou importante posteriormente com a negativa à ALCA e a estabilização de um processo integracionista sul-americano com a liderança do país.

Neste sentido a própria conformação do Mercosul, que viria a se tornar principal instância integracionista parte obviamente de interesses econômicos como o fomento ao comércio regional, porém, atende também às demandas políticas presentes na diplomacia nacional. “A construção do projeto Mercosul foi percebida como um instrumento que permitiria enfrentar a nova situação do sistema internacional, com melhor capacidade política e econômica” (BERNAL-MEZA, 2002, p. 43). Além de fomentar os fluxos comerciais (destacando não a cooperação regional mas a competição entre as

empresas da região e a divisão regional do trabalho) tendo o Brasil como centro e a atuação pesada das multinacionais, o Mercosul representava um importante ganho de poder político para o Brasil. Assim

a política exterior que o Brasil teria com o Mercosul seria aquela que lhe permitiria responder aos novos desafios internacionais. A vantagem do Brasil não implicava vantagem para o resto dos sócios do Mercosul (pela disponibilidade de um enorme mercado interno). O Itamaraty sempre teve isso claro e usou essa situação em seus trabalhos [...]. Em suma, a política brasileira para o Mercosul teve três finalidades: 1) permitir abrir gradualmente sua economia à economia mundial, fortalecido pela amplificação do mercado subregional, e logo regional (ALCSA), graças aos ganhos de escala; 2) enfrentar os desafios econômicos e políticos das estratégias hegemônicas norte-americanas na América Latina (ALCA); 3) alcançar o reconhecimento mundial como potência média, graças à sua liderança política no bloco e à dimensão de um mercado que o teria como o centro econômico-industrial fundamental (BERNAL-MEZA, 2002, p. 44).

Mesmo o posicionamento de maior alinhamento com a política externa norte-americana praticada com mais ênfase no primeiro governo Cardoso pode também ser lida da perspectiva de busca de uma cooperação antagônica e da consolidação da liderança brasileira na região a partir de um relacionamento preferencial com a superpotência do norte. “As estreitas relações com os Estados Unidos deixam de ser um meio para aumentar o poder de negociação do Brasil, e se tornam uma consequência da sua própria amplificação do poder de negociação” (SOARES DE LIMA *apud* BERNAL-MEZA, 2002, p. 58).

O expansionismo brasileiro e a política internacional do país para a América do Sul mostram sua presença na década de 1990, quando se reformula a abordagem integracionista à luz dos ditames neoliberais. Posteriormente mantém esse foco central e busca seu aprofundamento. O processo de integração beneficiou em muito a posição econômica e política brasileira.

Além do crescimento exponencial dos investimentos diretos brasileiros na Argentina, [...] o comércio bilateral também expressa evolução favorável ao Brasil. Entre 1996 e 2003, a Argentina obteve saldos positivos, próximos a um bilhão de dólares anuais em média, equivalentes a pouco mais de 10% sobre o total do comércio bilateral. Entre 2004 e 2007, como reflexo da crise argentina, o saldo positivo torna-se brasileiro, passando de 1,8 para 4,0 bilhões. Ademais, os manufaturados compõem a quase totalidade da exportação brasileira, menos de 30% das exportações argentinas, sendo esse desequilíbrio da pauta industrial um indicador de desenvolvimento desigual (CERVO; BUENO, 2011, p. 549).

Para além dos interesses econômicos claros do país no processo de integração o ganho político também foi expressivo com a aproximação, mesmo com uma aproximação política limitada e o discurso de fomento apenas comercial.

O modelo de integração do Mercosul como união aduaneira imperfeita favoreceu, portanto, o Brasil, em termos de ganhos e perdas. O Brasil conservou

sua autonomia decisória e soube usar o bloco em outros quadrantes. Não avançou quanto desejava na construção do bloco sul-americano em seu benefício, porém retardou o prejudicial bloco hemisférico. Contou, nos anos 1990, com a convergência quase-perfeita da visão regional e mundial por parte da diplomacia venezuelana, que aliás desprezou com evidente descaso (CERVO; BUENO, 2011, p. 522).

Além disso mesmo a posição de aliado principal dos EUA na região e de alinhamento automático praticada por vezes demonstra também interpretações similares ao da cooperação antagônica em que o país praticaria esta posição para manter-se como centro regional de atração de capital e um relacionamento preferencial com a potência hegemônica num momento de supremacia absoluta dos EUA em plano global. Por outro lado aponta-se que o país trabalhou para a não conformação da ALCA que entraria em conflito direto com seus interesses regionais.

Esses posicionamentos nos levam a perceber as bases da política exterior sul-americana e a configuração de um espaço geoeconômico privilegiado do Brasil na América do Sul já na década de 1990 que surge também como uma reação na busca de manter a posição de potência intermédia do Brasil na fase neoliberal. Esse processo vai prosseguir nos governos progressistas, que demonstram que o trabalho de manter a região integrada, atravessa uma série de governos como uma constante na diplomacia pós-ditadura trazendo benefícios tangíveis para o país.

O país também trabalhou para desarticular possíveis modelos alternativos, como nos parece bem demonstrar o caso do Banco do Sul e manter o processo nos moldes que o interessavam. Assim é durante a década de 1990 que se conforma o cenário integracionista sul-americano que chega aos anos 2000 em grave crise (por conta da crise Argentina) mas que vai ser restaurado e aprofundado pelos governos progressistas e que mantém o Brasil como centro regional político e econômico. Esse processo integracionista aporta na década de 2000 como na anterior um importante peso aos objetivos nacionais e globais do Brasil e se consolida por um trabalho constante da diplomacia do país.

3.6.2 Os importantes vetores de integração sul-americana nos anos 2000 e as diferentes posturas do Brasil no Banco do Sul, Unasul e CDS.

O caso do Banco do Sul se coloca como importante ponto para a análise da postura brasileira, neste caso a partir dos anos 2000 e dos governos chamados progressistas ou “onda rosa” que começaram a negociar a partir de 2007 sua criação. Nas negociações desta instituição se percebe uma postura pouco flexível por parte do Brasil que demonstrou uma disposição em manter sua hegemonia no processo integracionista sul-americano. A postura do Estado brasileiro pode ser contrastada, por exemplo com as negociações do Novo Banco de Desenvolvimento (também conhecido

como Banco dos BRICS) em que o país demonstrou grande envolvimento e incentivo à proposta²⁴.

As primeiras propostas de criação de um banco sul-americano surgiram no início dos anos 2000, num momento de forte alinhamento entre diferentes governos do continente que se encontravam na esfera progressista, com discursos críticos aos modelos neoliberais que haviam hegemonizado a economia política na década anterior. Neste momento o processo de integração da América do Sul ganhava força e profundidade, buscando ir além da integração comercial que se havia promovido até então. O grande incentivo deste processo se deu principalmente em torno dos presidentes Hugo Chavez da Venezuela, Néstor Kirchner da Argentina e Lula da Silva do Brasil. Concomitantemente a proposta do Banco do Sul surge num momento de crítica ao arcabouço institucional financeiro dominado pelas grandes potências e sua agenda neoliberal. Assim o bom momento da integração regional e de crítica ao sistema financeiro internacional contrasta em parte com a postura brasileira nas negociações do Banco do Sul, bem como a aparente falta interesse do país na instituição.

No começo das negociações o Brasil não havia aderido ao processo, quando “em fevereiro de 2007, Argentina e Venezuela – e, pouco depois, Bolívia, Equador e Paraguai – fecharam um acordo para criar o Banco do Sul” (FURTADO, 2008, p. 179). A entrada do Brasil nas negociações se deu posteriormente e pode ser associada à percepção da diplomacia nacional de que o projeto vinha se consolidando mesmo sem a presença do país, que arriscava assim ficar de fora de uma instituição de peso regional. Se buscasse manter a liderança do processo integracionista o Brasil não poderia estar fora de um processo dessa envergadura. Dessa forma em 2007 o Brasil adere às negociações propondo o recomeço do processo já iniciado.

Esse projeto tornava-se central ao processo de integração, uma vez que se fosse efetivado (a depender do modelo) poderia se tornar o grande financiador da infraestrutura e da integração física do continente, posição ocupada sem dúvida pelo BNDES.

Carcanholo aponta que nas negociações havia sido acordado

um capital autorizado [...] no total de US\$ 20 bilhões, sendo US\$ 7 bilhões como capital subscrito. Foi acordado ainda que o Banco do Sul permitiria um total de empréstimos no valor de US\$ 60 bilhões, isto é, três vezes o total do capital autorizado, o que, segundo Ortiz e Ugarteche (2008, p. 3-4), se efetivado, converteria o banco em algo equivalente ao BNDES (US\$ 55 bilhões em empréstimos na região [...]) (CARCANHOLO, 2011, p. 271).

Entre as inúmeras propostas e divergências em relação ao Banco a posição do Brasil favorecia a criação de um banco de fomento enquanto outras delegações chegaram a propor um caráter de fundo monetário ou uma participação dupla. A diferença de posicionamentos acompanha também a postura dos países no cenário mundial. En-

²⁴ Ver Abi-Ramia (2019)

quanto a Venezuela e Argentina optavam então por um maior enfrentamento ao sistema financeiro global a diplomacia brasileira investia num discurso crítico, porém mais moderado, sem a proposta de grandes rupturas, de modo que sua presença nas negociações do Banco do Sul servia também como moderadora dos discursos mais críticos como do presidente Chavez. Para Furtado o país “não poderia descontentar as IFM [Instituições Financeiras Multilaterais] nem as elites políticas e financeiras nacionais” de forma que ao entrar nas negociações e buscar moldá-las prometia “para as IFM, [...] que o Banco não representaria uma substituição a elas [...]. Para as elites nacionais, prometeu aumento nas exportações” (FURTADO, 2008, p. 184).

Entre as diferentes propostas algumas se destacavam mais no sentido de romper com o modelo de instituição financeira tradicional, como a proposta de um voto por país. Assim os países com menor poder de aportes econômicos buscavam evitar o domínio da instituição pelas economias maiores, como os países sul-americanos, (inclusive o Brasil) vinham criticando em relação às instituições de Bretton-Woods. Justamente nestes anos 2000 o Brasil se envolvia diplomaticamente com outros países emergentes num discurso reformista nas instituições financeiras tradicionais. O país acusava as estruturas de poder destas instituições de impedirem o acesso das economias emergentes, de forma que seus órgãos representativos não mais refletiam propriamente a divisão da economia global, onde ganhavam mais espaço essas novas potências. Nesse sentido tornava-se contraditória a posição brasileira contrária no Banco do Sul ao sistema de um voto por país tornando mais evidente o intuito do país em manter a liderança do processo integracionista.

Ademais pautava-se o próprio modelo integracionista, já que a Venezuela percebia o Banco como figura chave de uma Nova Arquitetura Financeira Regional. Buscava assim independência dos organismos financeiros tradicionais e maior solidez do sistema financeiro regional, com menos interferência das grandes potências e instituições.

A Venezuela procurava estabelecer seu projeto da NARF, com o apoio do Equador e da Bolívia. A ideia seria de consolidar um sistema financeiro regional para diminuir a dependência dos fluxos financeiros internacionais, reduzir os custos, facilitar a obtenção de divisas para o comércio e financiar de maneira autônoma o desenvolvimento na região (ALVES; BIANCARELI, 2015, p. 725 - 727).

A criação de um novo financiador da infraestrutura regional colocava em pauta também o papel do BNDES, banco brasileiro que até então dominava os investimentos no setor, principalmente através dos financiamentos do IIRSA. Estes investimentos foram um importante vetor de internacionalização das empresas brasileiras, através, das construtoras nacionais, já que os empréstimos brasileiros contavam com a contrapartida da utilização de produtos e empresas nacionais nas obras. Assim a perda de espaço do BNDES se mostrava contraprodutivo para o empresariado nacional que muito se

beneficiava destes financiamentos bem como da diplomacia que ganhava poder e influência no processo de integração que se desenrolava.

Entre as divergências apresentadas pelo Brasil no processo de negociação algumas foram acatadas pelos outros membros, enquanto outras propostas foram vencidas. O país, por exemplo se colocava contra a proposta de um voto por país, reflexo da posição consolidada como maior economia do continente e conseqüentemente a maior possibilidade de aportes de capital. Os votos proporcionais ao capital favoreceriam enormemente a posição brasileira. A proposta de um voto por país foi a vencedora das negociações, ainda que se tenha estabelecido uma cláusula que agregava poder por capital para grandes projetos²⁵. Outra questão em que a diplomacia brasileira acabou vencida foi a decisão da sede do Banco, que ficou em Caracas, enquanto o Brasil defendia Montevidéu (CARVALHO et al., 2009, p. 125).

Entre as propostas brasileiras aderidas nas negociações estariam a limitação do banco à atuação na América do Sul e sua inserção no âmbito da UNASUL, não abrangendo assim as nações da América Central e do Caribe, onde a influência norte-americana se dava de forma mais direta e sua inclusão poderia ser entendida como forma de invasão deste espaço ou permitir a influência norte-americana na instituição através de Estados subordinados. O objetivo do Itamaraty seria também “evitar (...) a ideia de Chávez de que o Banco servisse também para ajudar a outros aliados de fora da região, como Cuba e Nicarágua, em programas assistencialistas de fundo ideológico e político” (BBC, 2007). Além disso o próprio modelo de Banco de fomento foi uma posição defendida pelo Brasil que acabou vitoriosa nas negociações frente à “proposta venezuelana de prestador de última instância regional” (CARVALHO et al., 2009, p. 125 - 126).

Outra posição importante do Brasil foi o posicionamento contrário aos empréstimos a fundo perdido ou subsidiados que para o país prejudicariam a saúde da instituição. O país acreditava que este modelo iria “proteger tomadores de empréstimos que não honrem seus compromissos” (CARVALHO et al., 2009, p. 128). Além disso o Brasil foi contra a utilização de reservas internacionais no banco “posto que essas reservas possibilitam um financiamento sem o tipo de garantia e condições de captação através de papéis negociáveis nos mercados de capital ou das IFM” (FURTADO, 2008, p. 184). Dessa forma, na visão da autora

quando o Brasil entrou nas negociações foi para mudar o rumo da proposta. Fortalecer o Mercosul e não a ALBA, defendendo o envolvimento apenas de países da América do Sul, onde a sua ‘liderança’ é mais clara (FURTADO, 2008, p. 184).

Assim ressaltamos que não nos parece surpreendente que um país da dimensão

²⁵ Para financiamentos acima de US\$ 70 milhões determinou-se que seria necessário o voto favorável de dois terços dos diretores que representassem 66% do capital das ações Classe A do banco (BANCO DO SUL, 2009, Artigo 8).

do Brasil tenha se posicionado da forma que se posicionou durante as negociações do Banco do Sul, buscando manter sua centralidade no processo integracionista sul-americano e sua influência na região. Contudo, achamos válido destacar a contradição do posicionamento brasileiro nas negociações de instituições como o NDB, em que o país foi forte incentivador e as negociações correram de forma extremamente rápida apesar de uma contribuição inicial substancialmente maior que a necessária para o Banco do Sul²⁶. Nos parece que se esclarece também o diferente posicionamento brasileiro no cenário global nesses anos frente o cenário regional. Globalmente o país buscou atrelar-se a instituições de grande porte como o NDB e ampliar sua influência em instituições multilaterais tradicionais como no FMI e no jogo político global. Embasava sua posição com base num discurso reformista em que criticava a manutenção de estruturas arcaicas e desiguais de poder. Por outro lado regionalmente o país trabalhou no sentido de manter sua posição de liderança contrariamente ao projeto de países menores de uma participação igualitária na instituição além de buscar a validação das instituições financeiras multilaterais pela moderação das propostas mais radicais presentes nas negociações do Banco do Sul.

Esse posicionamento nos parece um reflexo do posicionamento estrutural do país num estrato intermediário em termos globais e sua busca histórica de consolidação desta posição de potência intermediária e regional como trampolim para uma atuação global crescente. Buscava-se o aumento do poder nacional em termos globais, se utilizando para isso de um processo integracionista vantajoso para o país que permitisse não só uma maior atuação econômica do empresariado nacional (ou sediado aqui), mas que pudesse vetorizar esse discurso de representante regional. Ainda assim acreditamos ser importante ressaltar que um único exemplo nesse sentido não pode determinar o posicionamento definitivo do país mas nos parece mais um traço importante a ser apreendido por apresentar essa contradição com o discurso reformista praticado pelo país na época podendo ser explicado por esse posicionamento brasileiro e sua busca de maior influência regional e global.

Apesar do envolvimento inicial não nos parece que posteriormente tenha havido entusiasmo ou incentivo suficiente da diplomacia brasileira para com o banco. A instituição acaba por não se consolidar e, ainda que não possamos culpar a diplomacia brasileira por este fato, nos parece que o pouco incentivo da maior economia da região acabou por agravar a lentidão das negociações e a não consolidação da instituição que não se apresentou como um objetivo prioritário do Brasil. Com a saída da presidência dos maiores incentivadores do processo de integração, a instituição caiu de vez no ostracismo, mesmo durante governos que ainda praticavam um discurso integracionista. O agravamento da situação sul-americana com a chegada da crise econômica e a ascensão de governos de direita que retornam a um alinhamento com

²⁶ Os aportes iniciais do Banco do Sul ficariam em US\$ 2 bilhões para o Brasil enquanto no NDB esses foram de US\$ 10 bilhões

o norte global parece liquidar na atualidade as possibilidades de realização de uma instituição reformista ao cenário financeiro global.

Diferente do Banco do Sul a UNASUL consolidou-se nos anos 2000 e ajudou a concretar um espaço sul-americano unido sem a intervenção de potências extracontinentais. Ainda que a instituição tenha se conformado durante o governo Lula da Silva seus precedentes vêm já do final do mandato Cardoso em que se promoveu a primeira reunião de cúpula de países sul-americanos e pode ser traçada também à proposta da ALCSA em 1993 no governo Itamar Franco. Como já apontado a conformação dessas instituições atua e acompanha a consolidação da América do Sul como área de integração econômica e política que se inicia nos anos 1990 e vai se aprofundar na década de 2000. Sanahuja também destaca esse desenvolvimento como fruto de um processo longo de conformação da integração sul-americana que não parte apenas do interesse brasileiro e não se limita a um projeto do governo Lula da Silva, atravessando uma série de governos de diferentes matizes. Desde a proposta inicial da ALCSA até a conformação da Comunidade Sul-Americana de Nações em 2004 e sua posterior transformação em UNASUL passando pela criação da IIRSA, no fito de financiar a integração física do continente (SANAHUJA, 2011, p. 124).

Ainda que todos os países tenham demonstrado interesses próprios na instituição os principais interesses brasileiros seriam, além de exercer sua liderança política regional, “mercados ampliados para sus manufacturas; acceso a fuentes de energía, y en particular, gas; mejor acceso a los puertos y mercados del Pacífico, y reforzar su proyección internacional” (SANAHUJA, 2011, p. 125). É importante destacar que para o autor a UNASUL marca um novo tipo de instituição e um novo modelo de integração que expressa entre outras coisas “un ‘retorno de la política’ a las relaciones exteriores y la política de desarrollo, con una menor atención a la agenda económica y comercial” (SANAHUJA, 2011, p. 121).

Ademais a UNASUL seria também para Sanahuja uma consolidação do processo de organização da integração sul-americana tendo um papel importante no projeto global e regional brasileiro. Em sua perspectiva a instituição resulta de “un diseño geopolítico brasileño, que debe mucho a Itamaraty, y responde a dos constantes de la política exterior de ese país: su búsqueda de autonomía, y su voluntad de convertirse en una potencia regional y global”. O autor aponta ainda que ao deixar de fora a América Latina como região propícia à integração a UNASUL exclui o México que seria o único outro país que poderia disputar a liderança regional com o Brasil, além de ser um país que desde a década de 1990 vinha se aproximando com mais força de uma integração com os EUA (SANAHUJA, 2011, p. 123).

Enfim a instituição ficou marcada por uma disputa de poder e influência entre Brasil e Venezuela, país que também tentava expandir sua influência na região e apresentava uma perspectiva diferente sobre o modelo que deveria tomar a UNASUL e a própria integração. O Brasil buscou um posicionamento de menor enfrentamento

ao sistema internacional, enquanto a Venezuela buscava posições e modelos mais assertivos na defesa de um projeto de integração diferenciado e crítico ao processo neoliberal. Nesse sentido aponta-se a negativa do presidente Chavez de apressar o cronograma de liberalização alfandegária na região e a posição contrária do presidente à inclusão do Mercosul e da CAN ao arcabouço institucional da UNASUL, posição defendida pela diplomacia brasileira. A Venezuela apontava que o modelo neoliberal era dominante no Mercosul e CAN, incompatibilizando-os com o que deveria se tornar a UNASUL (SANAHUJA, 2011, p. 128). Assim repetiu-se na UNASUL a diferença de visões de Brasil e Venezuela que marcaram também as negociações do Banco do Sul. A UNASUL diferente da outra instituição acabou por consolidar-se, ainda que posteriormente com a ascensão de governos de direita tenha acabado congelada e desmembrada. A importância da instituição para o projeto brasileiro se mostra no longo processo de conformação da integração propriamente sul-americana e de sua presença em diferentes governos.

A UNASUL coroa este processo e concretiza uma região de integração preferencial na América do Sul. Concomitantemente o país teve de trabalhar na desarticulação de projetos alternativos de integração e de outras lideranças possíveis com destaque para os projetos venezuelanos na UNASUL e no Banco do Sul. O Brasil atuava assim para manter não apenas sua hegemonia regional e seu projeto global, mas também para manter o processo integracionista nos moldes do sistema internacional sem grandes questionamentos, de maneira benéfica para sua posição dual de *global player* e líder regional, em que buscava uma ascensão sem se indispor com o *status quo*. Assim

Brasil [...] mantiene una relación ambivalente con UNASUR: en ocasiones parece asumir la idea de que el liderazgo regional es condición necesaria para su liderazgo y proyección internacional; y en otras ocasiones, ha preferido actuar en solitario como global player, sin asumir una representación, formal o informal, de UNASUR (SANAHUJA, 2011, p. 127).

Destaca-se também a fundação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), fortemente analisada e criticada por sua atuação no governo Lula da Silva (quando de fato se expandiu) a iniciativa surge em 2000 no governo Cardoso, já em sua fase final em que perdia força o modelo neoliberal. Formou-se durante a primeira cúpula de presidentes sul-americanos e além de fazer parte deste processo de formatação da América do Sul que já estava em andamento vai se tornar um dos principais vetores dessa integração e da conformação deste regionalismo sul-americano. Posteriormente o programa vai ser incluído no arcabouço da UNASUL. A iniciativa busca financiar grandes obras de infraestrutura no continente e tem importantes financiamentos do BNDES. Assim, além de atuar na conformação de uma rede infraestrutural ligando a região, os financiamentos são uma importante forma de internacionalização das empresas (principalmente construtoras) brasileiras. Essas companhias multiplicaram sua presença em grandes obras no continente por conta das

contrapartidas dos empréstimos do BNDES, que se tornou o principal financiador de obras na América do Sul. Esse processo acabou por gerar uma série de atritos com governos e principalmente populações atingidas por suas grandes obras na região, como no caso do TIPNIS boliviano cujo pivô foi uma autoestrada do IIRSA e de protestos no Peru e no Equador pela atuação das empreiteiras e construção de grandes hidrelétricas na região amazônica, que serviriam para exportar energia de volta ao Brasil.

Também o CDS foi um importante avanço na perspectiva global brasileira. O conselho de defesa sul-americano se propunha a criar um espaço de alinhamento das políticas de defesa e segurança do continente, no intuito de melhorar a posição dos projetos securitários de regiões de divisas no continente como a Amazônia, através da elaboração de uma política conjunta e alinhada entre todos os países sul-americanos. Também buscava se tornar um local de moderação e resolução de conflitos de forma diplomática entre os países da região e sem a interferência de potências extra regionais.

Como aponta Sanahuja (2011, p. 135) a proposta surgiu a partir da crise diplomática causada por uma ofensiva colombiana em território equatoriano onde se buscava eliminar um acampamento da guerrilha na selva do Equador e a liderança guerrilheira Raúl Reyes em 2008. A instituição se apresenta para o autor como

la expresión del liderazgo regional al que aspira Brasil, y en particular, de su preocupación por el control efectivo de sus 17.000 kilómetros de frontera, [...] que constituye un objetivo estratégico de Brasil de larga data. También expresa la creciente inquietud de Brasil ante la inestabilidad de la región andina, y la búsqueda de un papel mayor como mediador en los conflictos que se puedan producir en esa región (Gratius 2007). Por último, el CDS es parte de su estrategia global de país emergente (SANAHUJA, 2011, p. 135).

Destaca-se que o conselho passa a ocupar um espaço de busca de solução diplomática aos conflitos regionais até então ocupado pela OEA, onde a influência norte-americana era inegável. Se contrapunha assim à interferência do norte na região, destacadamente a partir da reativação da IV frota norte-americana²⁷ em 2008 e a ameaça de crescente presença militar norte-americana na região. Esse processo se dá na esteira da descoberta dos grandes campos de petróleo no pré-sal brasileiro aguçando a preocupação do país com a securitização do Atlântico Sul e com a crescente presença militar norte-americana no oceano. Respondia assim a busca brasileira de organizar o aparato estratégico da região a partir de bases não alinhadas e não influenciadas pelo norte global, destacadamente pela política externa ianque. Dessa forma Cervo e Bueno apontam que

as ameaças à segurança na vizinhança do Brasil não advêm do reequipamento das forças armadas das nações, de diferenças ideológicas entre governos ou de rivalidades geopolíticas. Apenas a reativação pelos Estados Unidos da IV Frota que opera na América Latina, Central e do Caribe, inerte desde os anos

²⁷ responsável pelo patrulhamento do Atlântico Sul que havia sido desativada em 1950 conforme noticiado por BBC (2008).

1950, e a utilização de sete bases aéreas concedidas pela Colômbia, põem-se como resposta da potência hegemônica regional à autonomia de segurança pretendida pela América do Sul (CERVO; BUENO, 2011, p. 541).

A criação do conselho vem atrelada também a uma reativação do complexo industrial militar e do reequipamento das forças armadas brasileiras que buscavam consolidar sua capacidade de dissuasão e defesa na região. Demonstrava-se assim uma maior integração dos projetos de defesa e estratégia na região a partir da reativação das forças armadas do Brasil e sua atuação cada vez mais regional, não de forma a interferir em outros países mas a organizar a estratégia de defesa regional a partir das necessidades e projetos brasileiros e buscando uma menor interferência externa na região.

Considerações Finais

O trabalho buscou apontar as bases do processo expansionista brasileiro a partir da reorganização econômica neoliberal, partindo da percepção de que esse expansionismo se acentua no século XXI pelas dinâmicas político-econômicas regionais e globais, mas que não pode ser percebido apenas a partir dos anos 2000 sob o risco de se tratar como conjuntural um processo que tem bases estruturais nascidas da condição de potência intermediária do país já percebida por Marini na década de 1960.

Desde a abordagem nos primeiros capítulos acerca das teorias do imperialismo e do subimperialismo constituímos a noção de que essa característica surge num país de forma estrutural a partir das dinâmicas próprias do capitalismo contemporâneo como já descrito por Lênin no início do século XX. Não apenas um país se torna imperialista por conta de suas estruturas econômicas, mas o próprio capitalismo inicia sua fase imperialista como um todo, embasado numa divisão internacional do trabalho que vai exportar suas contradições e criar novas áreas de acumulação de capital, gestando futuramente a possibilidade de países subimperialistas ou expansionistas na periferia global.

Buscamos esclarecer também que ainda que creditemos a Lênin a proposta mais correta acerca do imperialismo esse sistema não pode se manter da forma exata definida pelo autor após um século de grandes modificações do capitalismo global que contou, inclusive, com duas guerras mundiais. Na esteira dessa percepção apresentamos algumas visões contemporâneas do imperialismo que buscam abranger seu formato mais atual em diferentes facetas. Expusemos desde aquilo que seriam as bases determinantes do imperialismo a partir da percepção mais clássica até os mecanismos mais atuais percebidos pela economia-política como marcas do capitalismo e do imperialismo contemporâneo. As diferentes facetas deste sistema apresentam-se desde as estatísticas internacionais até as expropriações e relações sociais cada vez mais marcadas pelos novos formatos de propriedade e atuação do capital crescentemente concentrado e sem barreiras.

Assim como o grande debate na virada para o século XXI foi proporcionado por mudanças ocorridas no capitalismo global, na década de 1960 a busca de respostas a modificações neste sistema havia levado ao surgimento das teorias da dependência e do conceito do subimperialismo. Buscava-se entender o novo formato de internacionalização do capital e de atuação nas economias dependentes, que criavam novos formatos da própria dependência e novas possibilidades para o capital dos países não centrais. Nesse sentido surge a perspectiva do subimperialismo, gestado no interior do sistema imperialista e não podendo ser pensado fora dele. Baseava-se na conformação de uma divisão regional do trabalho (inserida na divisão internacional do trabalho) com grande participação do capital dos países centrais e sua atuação em países intermediários como o Brasil. Assim seria inexato buscar apontar um modelo de subimperialismo

exatamente igual ao formulado por Marini no contexto de grandes mudanças dadas a partir da reorganização neoliberal da década de 1990. Se o subimperialismo (apontado como estrutural por Marini) permanece, ele sem dúvida passará por mudanças significativas, fato que leva alguns estudiosos a decretarem sua inexistência, contudo, o novo contexto não significa necessariamente seu fim. Por outro lado ao apontar sua permanência em cenário tão distinto daquele em que foi formulado nos arriscamos a esgarçar o conceito do subimperialismo.

O renascimento do debate do subimperialismo no século XXI nos parece cometer o equívoco de ignorar sua existência no período dos anos 1990, ainda que o trate como traço estrutural do capitalismo brasileiro. Como apontamos ao longo da pesquisa os anos 1990 não são apenas um período de existência dessa característica estrutural, mas de fato um importante momento de conformação de novas estruturas econômicas e reorganização do poder político que marcarão o capitalismo (brasileiro e mundial) posteriormente. Este período é inaugurado pela queda do Muro de Berlim que trouxe consigo todo um novo cenário global, com o posterior fim da URSS e a ascensão do modelo liberal no mundo, criando desta maneira um novo contexto da luta de classes em escala mundial. Conseqüentemente a análise do subimperialismo ou expansionismo brasileiro, não pode deixar de lado esta década e não nos parece suficiente simplesmente apontar que o subimperialismo manteve-se latente já que foi um período de importante reformulação econômica e política global, de forma que não considerar as estruturas surgidas então enfraquece a análise do período posterior.

O recorte temporal de 1990 - 2016 buscou justamente abranger um período em que geralmente se ressaltam as diferenças, entre governos e modelos econômicos mais abertos ao neoliberalismo ou críticos a este, bem como o discurso acerca da integração regional e a postura na política exterior. Buscamos, por outro lado, não ressaltar as diferenças entre os vários governos desta fase, ou entre os presidentes das diferentes décadas, mas sim apresentar as continuidades advindas das estruturas político-econômicas, muitas das quais se iniciam nos anos 1990 com a chegada do neoliberalismo (ainda que outras já existissem anteriormente).

Percebemos então como esse processo expansionista não pode ser ignorado em sua existência na década de 1990, não apenas por ter sido nesta década que ganha força o modelo neoliberal aplicado também nas décadas posteriores, mas sim por que junto de sua implantação se inicia o processo expansionista percebido com maior força na década seguinte. Ademais deve-se ressaltar que o neoliberalismo tampouco deve ser tratado como uma política de um governo específico. Em nossa percepção, ainda que existam governos e governantes mais alinhados ao neoliberalismo e outros mais críticos, este sistema surge como uma nova forma de reprodução do próprio capitalismo em sua etapa contemporânea. Nos parece que, assim como o imperialismo, o neoliberalismo assume um caráter estrutural no capitalismo sendo seu formato mais atual não podendo ser revertido a partir de reformas, mas apenas do rompimento

com o próprio sistema capitalista. Por isso apontamos que mesmo durante governos chamados progressistas o sistema neoliberal se manteve, ainda que com algumas reformas. Assim o expansionismo brasileiro no século XXI deve assumir um formato próprio ao neoliberalismo, e conseqüentemente deve ter pelo menos suas bases sendo conformadas na década de 1990 quando se estabelece no país o formato capitalista neoliberal.

Percebemos que em muitas análises se praticou uma percepção de oposição do capital nacional e estrangeiro, que via na abertura econômica neoliberal e nas privatizações um ataque ao empresariado nacional em prol do grande capital imperialista. Essa percepção repete posições passadas que pregaram o alinhamento com a suposta burguesia nacional contrariamente ao imperialismo e às classes retrógradas ligadas ao poder terratenente, em busca de uma revolução burguesa que levaria o país a uma sociedade industrial moderna. Ressaltamos a importância de perceber como já apontado na década de 1960 pelos dependentistas, o entrelaçamento das diferentes esferas do capital, nacional e internacional em busca da inserção subalterna da economia brasileira na divisão internacional do trabalho e da condição de sócia menor assumida pela burguesia nacional nesse processo. Essa percepção se demonstra na formação de grandes grupos empresariais nacionais que se beneficiaram do processo privatista e liberal. Se de fato a economia nacional percebeu um nível de desnacionalização é nesta época que grandes grupos nacionais começam também a internacionalizar-se e atuar de maneira mais consolidada no exterior beneficiando-se da abertura e das privatizações. Ademais o próprio capital que se instalava no país buscava explorar o mercado regional consolidando a posição do Brasil na divisão regional (e concomitantemente na divisão internacional) do trabalho.

Longe de buscar esgotar o debate o trabalho buscou relacionar pistas sobre o desenvolvimento recente do capitalismo brasileiro e sua expansão na região da América do Sul a partir dos anos 1990. Para isso buscamos analisar alguns dados em relação ao expansionismo do capital brasileiro e da atuação política correspondente que permitiu e foi permitida pelas dinâmicas econômicas e políticas nacionais e internacionais. Os dados encontrados permitiram uma percepção mais ampla e estrutural do expansionismo brasileiro, e se ele, de fato, não se dá mais naqueles moldes do subimperialismo na década de 1960, também é fato que ele continua a existir, não a partir dos anos 2000, mas sob um novo formato já a partir dos anos 1990. Por outro lado se mantém as premissas assumidas pela condição de potência intermediária do país, que se expande política e economicamente para a região e atua na conformação de uma área de atuação.

Percebemos que a inserção internacional brasileira é moldada nos anos 1990 pelo neoliberalismo que chega com força na região e a internacionalização da economia nacional acompanha esse momento. Se na época da ditadura essa atuação internacional se baseava principalmente em exportações (inclusive de manufaturados)

na década de 1990 as empresas nacionais iniciam uma maior presença no exterior através de filiais e da compra de empresas estrangeiras, além de manter o incentivo às exportações através de acordos liberalizantes. Assim o objetivo central do trabalho foi demonstrar que o expansionismo brasileiro advém de fato de uma posição estrutural assumida como potência intermediária que foi trabalhada por diferentes governos com diferentes perspectivas. Nessa série de governos é mantido, contudo, um processo de formação de uma região para atuação do capital brasileiro que já vinha desde a ditadura militar. A internacionalização da economia brasileira passava na década de 1990 pela formação de grandes grupos nacionais, pela compra de empresas estrangeiras e abertura de filiais no exterior, com destaque para a América do Sul e em específico o Mercosul, constituído nesta mesma década. Esse processo é mais claro a partir dos anos 2000, porém, já se fazia perceber no crescente investimento brasileiro no exterior desde a década anterior.

O neoliberalismo fez diminuir no Brasil aparentemente a diversificação industrial e de exportações promovidas com peso pelo regime militar. Perdem espaço relativo as exportações de manufaturados em prol dos produtos primários, motivo que acabou sendo apontado como prova contrária à existência de um subimperialismo, já que a inserção da economia brasileira no processo de globalização vinha sendo feita de forma subalternizada. Ora deve ser considerado que o subimperialismo apenas existe incluído ao imperialismo central e estando a ele subalternizado. A inserção da economia brasileira na economia global com maiores poderes ao capital internacional não exclui a possibilidade do subimperialismo, mas é justamente um traço deste sistema, que se baseia numa divisão regional do trabalho, que com a entrada em massa do capital estrangeiro (e também por sua atuação) mantém o Brasil em posição central. Além disso a concentração e centralização do capital aqui presente (característica central do subimperialismo) se mantém nestas duas décadas de forma agressiva e acelerada, também com impulso proporcionado pelo capital estrangeiro.

Outras críticas apontam a reprimarização ou a financeirização da economia como atestado de óbito do subimperialismo, que não poderia mais existir nestes termos. Deve-se perceber que o capitalismo não mantém um formato igual àquele da década de 1960, nem tampouco o imperialismo. Acreditamos assim que o subimperialismo não pode ser desconsiderado por ter se modificado, mas teve necessariamente que mudar seus moldes para se manter. Ademais a percepção de financeirização é justamente uma percepção inicial do imperialismo *tout court* conforme apresentado por Lênin, e diferente do que acreditava o autor os Estados centrais não perderam sua preponderância industrial, mas mantiveram importantes setores tecnológicos que mantém a divisão internacional do trabalho. Por outro lado deve-se considerar que a produção agrícola acaba tomando traços da maior produtividade brasileira e da escala (sem comparação com a vizinhança) do capital nacional, também presente no campo, e que embarca num expansionismo predatório nos países vizinhos. O ganho de poder da lógica financeiri-

zada do capital também se mostra no país em escala superior à vizinhança, com as maiores instituições bancárias, fundos de pensão e dos mecanismos da dívida pública que colocam o Estado como grande financiador deste processo.

Todo esse processo, que começa a ganhar um espaço maior na década de 1990, não pode ser analisado sem que se considere o profundo entrelaçamento dos diferentes setores do capital (industrial, bancário, fictício etc.) e da necessidade das diferentes categorias de capital desta nova dinâmica financeirizada para se reproduzir globalmente, bem como a manutenção do processo industrial como único meio viável de reprodução do capital. Assim, o crescimento do setor financeiro está completamente entrelaçado à atuação do capital industrial, uma vez que não existe mais efetivamente uma separação entre os diferentes tipos de capital. Ademais a produção agrária na atualidade agrega um alto grau de tecnologia e de processos industriais incluindo e entrelaçando diferentes parcelas do capital nacional e estrangeiro, que atuam neste setor e estão sediados no país. Enfim, a maior participação do capital financeirizado não é uma dinâmica própria e exclusiva ao Brasil, mas ocorre em escala global e a chamada “reprimarização” das exportações se repete em muitos países da região. De fato o ganho de espaço do capital financeiro e bancário não é contraprodutivo à reprodução do capital e da indústria, mas é a forma atual de espraiamento do capital no mundo na busca de valorização com cada vez menos barreiras. O crescimento das exportações primárias tampouco modifica a posição central do Brasil numa divisão regional do trabalho, mas recoloca os termos da inserção regional na economia global em consonância com as necessidades atuais do capital globalizado.

Nos parece que a maior percepção do expansionismo brasileiro a partir do século XXI tem relação com o aumento de suas dimensões e uma postura política mais assertiva internacionalmente. Esse aumento nos parece resultado também da maturação de um processo que havia se iniciado na década anterior. Assim durante a década de 1990 o processo se iniciava com base na privatização de setores econômicos, na concentração e centralização do capital aqui presente, e na maior atuação do capital internacional que, sediado no país, se reinternacionalizava no continente. Torna-se maduro ao final da década com a presença ostensiva do Estado através dos financiamentos do BNDES para a conformação de grandes grupos nacionais e sua atuação internacional. Esse período de desenvolvimento do processo expansionista parece explicar em parte uma menor percepção da influência brasileira na região nos anos 1990 apesar da crescente atuação do capital e da diplomacia brasileira na América do Sul. Destaca-se também que a escala da concentração de capital ocorrida nos anos 2000 com a formação de grandes grupos nacionais foi permitida pela já existência de grandes empresas, muitas já com atuação internacional que foram conglomeradas com grande apoio do BNDES em busca de um melhor posicionamento global das multinacionais do país. Sua presença anterior na América do Sul foi também uma plataforma inicial para uma inserção maior na economia global.

Assim, a partir dos anos 2000 possibilita-se uma expansão em maior escala, que encontrou condições apropriadas para sua consolidação na economia global, com altos preços das exportações que possibilitaram uma ação de inserção na economia globalizada e uma postura política mais assertiva. Todo esse processo contava com estruturas econômicas consolidadas, que nos anos 1990 estavam passando por profundas reformas e adaptações tanto por conta da redemocratização no país como pelo neoliberalismo que se assentava. Assim percebemos que muitos dos grandes grupos a atuar internacionalmente na década de 2000 surgiam e se consolidavam na década anterior e alguns já iniciavam então sua atuação internacional.

Percebemos assim, com base nos dados que o expansionismo brasileiro recente tem bases diferentes daquele expansionismo presente na ditadura militar, que havia sido puxado por um forte incentivo do governo às exportações. A partir dos anos 1990 o incentivo do governo se dá na concentração e centralização do capital permitido pelas privatizações (muitas com financiamento estatal) e expropriações de direitos trabalhistas e previdenciários, além do incentivo ao consumo. Além da entrada maior de capital estrangeiro e da conformação de espaços para a atuação do capital brasileiro através de acordos de liberalização comercial. Ainda que este formato já tivesse sido usado pela ditadura militar a escala que ganhou o Mercosul nas exportações brasileiras não tinham precedentes e o Estado que diminuía nos anos 1990 sua participação direta na economia como produtor e indutor do crescimento atuava na conformação de grandes grupos nacionais de atuação internacional.

Assim, o expansionismo político-econômico brasileiro no século XXI, responde a movimentos originados a partir da reorganização neoliberal ainda que tenha como base a posição global brasileira alcançada já na ditadura militar. Ainda que durante a década de 1990 esse expansionismo pareça menos presente ou perceptível ele não deixou de existir, mas passava na época por uma mudança de bases e paradigmas, mantendo, contudo, sua posição de potência regional, e de fato adaptando-se às novas dinâmicas globais de forma a manter esse posicionamento global e regional, alcançado anteriormente sob bases da industrialização do período desenvolvimentista e embasados numa constante atuação política do país na região para conformar sua relação com a vizinhança que soube se adaptar aos diferentes cenários regionais e globais das diferentes décadas, mantendo a atuação dual do país como potência regional em busca de uma maior atuação global.

O subimperialismo se renova a partir da década de 1990 e mantém traços gerais entre os governos mais alinhados ao neoliberalismo e os chamados neodesenvolvimentistas. Alguns traços como o expansionismo político e econômico se mantêm enquanto outros se modificam, como a forte inserção do Estado na industrialização do país e a própria participação da indústria na economia nacional. As dinâmicas internacionais também parecem limitar o espaço para o expansionismo do país bem como o governo não militarizado. Contudo, ainda que tenham se renovado as dinâmicas

econômicas e políticas o expansionismo e a centralização do capital de fato se mantêm no país. Assim acreditamos que se pode enfim ser identificado como um novo formato de subimperialismo, já que os traços principais parecem se manter (centralização e concentração, posição intermediária no sistema internacional e expansionismo político e econômico na região)

Ainda que com um espaço cada vez mais limitado de ação político-econômica interna e externa esse sistema se mantém não por escolhas deliberadas de governos ou opções de políticas macroeconômicas. Esse sistema se mantém por que parte de uma posição estrutural assumida pelo Brasil no capitalismo global, e toma um formato neoliberal por este ser o próprio formato atual da reprodução capitalista global. Não apenas o subimperialismo se modificou, mas todo o sistema imperialista e capitalista. O subimperialismo vai além de opções pessoais de determinados governos ou governantes surgindo de uma necessidade de reprodução global do sistema capitalista na hierarquia de sua reprodução. As modificações dessa reprodução não revertem as posições estruturais assumidas por determinados núcleos de acumulação, mas apenas os modificam.

Essas modificações fazem com que o expansionismo brasileiro não se baseie nas mesmas premissas daquelas assumidas na década de 1960 e talvez por isso muitos preferiram não nomeá-lo de subimperialismo, mas analisar um expansionismo do capitalismo brasileiro. Nomenado-o de subimperialismo, expansionismo ou imperialismo brasileiro uma análise séria deste movimento deve buscar percebê-lo como característica estrutural e baseado numa divisão regional do trabalho e, como de fato ocorre, para além de uma política de governo. Buscamos aqui analisar o expansionismo em seu formato contemporâneo marcado pelo neoliberalismo, porém, como continuação de uma posição estrutural brasileira que já existia anteriormente. Uma suposta reversão do posicionamento subimperialista do Brasil na divisão internacional do trabalho seria contraprodutiva para a acumulação de capital e conseqüentemente impossível sem um rompimento definitivo com o sistema capitalista de forma que se explica a renovação da posição central do país na região a partir do neoliberalismo bem como seu posicionamento no sistema internacional. Finalmente percebe-se a renovação do próprio expansionismo do capitalismo brasileiro, agora sob formato neoliberal.

Isto posto, consideramos pertinente avançar algumas considerações para além de 2016, como forma de lançar a reflexão de um cenário temporal posterior àquele abordado até aqui, podendo ser aprofundada em trabalhos futuros. O cenário de crise na América do Sul que já se havia iniciado anteriormente se agrava posteriormente a 2016. A ascensão de governos de direita na região promove um realinhamento de forças políticas no continente e passa a defender um novo projeto de integração. Com o Golpe de Estado brasileiro de 2016 e a ascensão do governo Michel Temer os processos de integração mais abrangentes foram sendo abandonados no discurso diplomático e um maior alinhamento com o norte global foi retornando à diplomacia nacional. O mesmo

se passou em outros países da região, como no governo ultraliberal de Maurício Macri na Argentina o que permitiu uma reorganização de forças principalmente a partir da mudança política brasileira.

O discurso moderado praticado até então deu lugar a posicionamentos mais intervencionistas em relação às crises regionais (com destaque para o caso da Venezuela) e mais moderados no trato com os países do norte, principalmente com os EUA, instaurando uma posição de alinhamento automático em certos aspectos mais profunda do que aquela praticada nos anos 1990.

O realinhamento de forças mirou com destaque os processos de integração não comercial, praticamente inviabilizando a UNASUL. O modelo neoliberal que recupera sua força no continente provocou um certo retorno aos processos de liberalização comercial que promoviam mais a competição que a cooperação no continente e o desgaste das poucas iniciativas que buscavam reduzir as assimetrias econômicas na região. Neste sentido o Brasil puxou um alinhamento com países de governos de direita que acabaram por inviabilizar a UNASUL e fundar em 2019 o Foro para o Progresso e Integração da América do Sul (PROSUL). A nova instituição de caráter claramente ideológico reúne os países do continente com governos de direita e buscou se opor ao processo integracionista da UNASUL, que alguns denunciavam como ideológico e esquerdista.

Com a crescente polarização no continente a Venezuela se encontrou a partir de 2016 num cenário de forte isolamento promovido em grande parte pelo Brasil na esteira de um discurso mais radicalizado dos EUA. Nesta crise nos parece que o Brasil atuou fortemente como interventor regional da potência do norte, trabalhando no isolamento do governo Nicolás Maduro e inclusive militarizando a fronteira com a Venezuela. O governo brasileiro que até 2016 buscava saídas diplomáticas e multilaterais para a crise no continente investiu num discurso de isolamento e apoio às sanções praticadas pelos EUA. A tradição de não intervenção deu lugar à participação do país no grupo de Lima, investindo, contudo, em sanções e no isolamento, embarcando no discurso intervencionista norte-americano e no reconhecimento de Juan Guaidó como presidente da Venezuela. Guaidó, então presidente da Assembleia Nacional e oposição ao governo se autodeclarou presidente do país e foi reconhecido por uma série de países com grande apoio norte-americano.

O capital brasileiro continua seu processo de concentração, ainda que tenha sofrido os impactos da crise econômica, ademais continua seu processo de associação com o capital estrangeiro e a participação no continente. O retorno com força dos processos neoliberais recolocam o modo de inserção internacional do país, agora mais alinhado à política externa norte-americana e do próprio capital sediado no Brasil em sua atuação externa. Assim como nos anos 1990 e anteriormente na década de 1960 o bloco no poder parece se reestruturar concedendo maior poder aos setores do capital estrangeiro que se veem cada vez mais livres para atuar. O aspecto geopolítico da

inserção brasileira no continente vai sendo também modificado em prol de um maior alinhamento com o norte, assim posições importantes conseguidas pela diplomacia nacional vão sendo revertidas através de um discurso intervencionista e por vezes agressivos por parte da presidência e da chancelaria. Neste sentido destacamos as declarações do presidente Jair Bolsonaro se posicionando contrariamente à eleição de Alberto Fernandez à presidência Argentina com um discurso pouco (ou nada) diplomático. Fernandez acabou por se tornar presidente do país e as declarações brasileiras afastam-se da tradição diplomática do país e podem colocar em cheque a integração das duas maiores economias da região que foi extremamente vantajosa para o país.

Essa nova forma de alinhamento mostra-se menos disposta a manter áreas estratégicas sob o comando nacional, concomitantemente parece mais disposta a exigir melhores condições em negociações com países menores. Inicialmente no governo Temer e com mais força no governo Bolsonaro são apresentadas uma série de propostas de privatizações de setores que ainda se mantiveram com as estatais, como o setor elétrico, correios e áreas de exploração de petróleo; concomitantemente o acordo em relação à cessão de parte da base espacial de Alcântara e a venda de parte da Embraer para a estadunidense Boeing demonstraram a não disposição do governo em contestar esses processos de desnacionalização de setores estratégicos. Por outro lado o governo Bolsonaro foi responsável por uma crise diplomática com o Paraguai quando se utilizou de meios obscuros para negociar um acordo secreto em relação à venda da energia excedente de Itaipu. O governo brasileiro conseguiu neste acordo que o Paraguai pagasse maiores taxas pela energia da usina, contudo o acordo (negociado secretamente) veio à tona e desencadeou uma série de protestos no país vizinho colocando em risco mesmo o mandato do presidente paraguaio Mario Abdo Benítez, e acabou suspenso. O acordo faria com que o Paraguai pagasse cerca de US\$ 200 milhões a mais pela energia (LIS; GUTIERREZ, 2019).

O grande capital brasileiro também teve sua presença retraída no continente por conta dos processos de corrupção denunciados com força a partir de 2016 e que envolveram inclusive uma série de governos na região. Essa retração abre espaço para uma maior participação do capital norte-americano na América do Sul e África onde antes as empreiteiras brasileiras tinham uma presença significativa. Destaca-se o caso Odebrecht, que atuava em todo o continente e foi alvo de uma série de processos de corrupção em diferentes países da região. A atuação externa sofreu modificações advindas da mudança política a partir da chegada de Temer à presidência. A tradição diplomática começa a ser revista e este governo investe mais num discurso externo de autolegitimação e posteriormente no governo Bolsonaro a atuação internacional do país passa pela comunicação desastrada e agressiva do próprio presidente e seu ministro das relações exteriores. As posições impulsivas do governo são, por vezes, revistas posteriormente seguindo as orientações de setores interessados como

o capital agrário ou diplomatas mais experientes. A relação do governo com o grande capital nacional não foi modificada, mantém laços fortes com a bancada ruralista e este capital agrário bem como com os projetos privatistas e liberalizantes que animam boa parte do empresariado, estimulado pelas reformas que expropriam uma série de direitos trabalhistas e previdenciários em velocidade acelerada.

Assim apesar da atuação externa percebemos um reforço do papel brasileiro como representante dos interesses norte-americanos na região e um recuo da busca de interesses tradicionais do país que permaneciam presentes na política externa. Por outro lado o governo proporciona bases maiores de acumulação do capital a partir de uma exploração crescente da força de trabalho e de reservas até então públicas de recursos naturais e empresas. Não reproduzimos, contudo, uma percepção de oposição entre capital nacional e externo, que sabemos estar interligado e que ambos apresentam fortes interesses no posicionamento político brasileiro na atualidade. Assim parece se restaurar mais uma vez a posição brasileira no continente sob novas bases, agora mais alinhadas à política norte-americana e menos disposta a pagar um preço pela integração. As críticas do presidente ao papel do BNDES na integração física do continente parecem mostrar que a relação regional será mais pautada pelo comércio (que tende a favorecer o Brasil). Esse processo não cessou a centralização e concentração do capital brasileiro, que continua neste processo agora estimuladas por medidas liberalizantes, novas privatizações e menos direitos trabalhistas, que liberam massas de capital cada vez maiores para a acumulação privada. A participação do BNDES também vem sendo prevista em apoio a novas rodadas de privatizações, como o banco já havia sido utilizado na década de 1990.

Katz nos aponta a estreiteza do espaço possível de expansão subimperialista por parte do Brasil. Neste novo padrão econômico inaugurado com o neoliberalismo e o crescente cerceamento imperialista na América do Sul, consolida-se no Brasil seu potencial subimperialista, enquanto se mostra cada vez menos possibilitado de uma atuação externa e mais relegado aos ditames imperialistas. Esse cerceamento fica demonstrado no golpe de Estado de 2016, no desmonte dos setores industriais (desde a década de 1990) e na desarticulação de processos integracionistas que se vinham gestando em busca de maior autonomia regional. Mostra-se reduzido o espaço de antagonismo e mais destacada a cooperação com a potência hegemônica a partir de 2016, com a desnacionalização de setores estratégicos que vinham até então sendo mantidos nacionalizados²⁸ restaurando-se uma posição de maior alinhamento. Esses setores não representavam criação recente de um processo expansionista que entrasse em conflito com o poderio hegemônico na região. Explicita-se assim o recrudescimento da posição unilateral do imperialismo no continente em áreas que representem pequenos avanços autonomistas e que pudessem melhor servir (quando desnacionalizados) à

²⁸ Como as reservas de petróleo do Pré-sal, a Embraer, a base espacial de Alcântara

acumulação internacional de capital e de poder. Nas palavras de Katz “La restauración conservadora signada por el alineamiento total con el Departamento de Estado, sólo augura un prolongado periodo de crisis” (KATZ, 2017b, p. 11). Este período crítico não nos parece implicar numa periferização do país (apesar do maior alinhamento) mas sim em sua adaptação e reafirmação como potência intermediária num cenário global de modificações do imperialismo e do mutável arcabouço do próprio capitalismo. Destacamos que esse prolongado período de crise recai de fato sobre a classe trabalhadora enquanto o capital mantém seu processo de acumulação em escala sempre crescente e cada vez mais acelerada, no Brasil e fora dele, prescindindo para isso de governos autonomistas ou alinhados.

Referências

- ABI-RAMIA, R. de P. Brasil, Banco do Sul e Banco do BRICS. Uma comparação da postura do Estado brasileiro perante as diferentes instituições financeiras integracionistas. In: **Anais Fórum Universitário Mercosul, FOMERCO**. Foz do Iguaçu: [s.n.], 2019. Disponível em: <https://www.congresso2019.fomerco.com.br/anais/trabalhos/trabalhosaprovados?simposio=11#php2go_top>. Acesso em: 12/12/2019.
- AGÊNCIA ESTADO. Votorantim Cimentos compra concreteira nos EUA. **G1**, fev 2008. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL291309-9356,00-VOTORANTIM+CIMENTOS+COMPRA+CONCRETEIRA+NOS+EUA.html>. Acesso em: 20/11/2019.
- ALVARENGA, D.; GAZZONI, M. Com ajuda do BNDES, donos da JBS criaram maior empresa de carnes do mundo. **G1**, maio 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/com-ajuda-do-bndes-donos-da-jbs-criaram-maior-empresa-de-carnes-do-mundo.ghtml>>. Acesso em: 17/11/2019.
- ALVES, E. E. C.; BIANCARELI, A. M. Cooperação financeira e distintos projetos regionais: o caso do Banco do Sul. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 717 – 736, setembro-dezembro 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512015000300717>. Acesso em: 10/09/2019.
- AMARAL, M. S. **Teorias do Imperialismo e da Dependência: A atualização Necessária ante a Financeirização do Capitalismo**. 2012. 147 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Economia) — Universidade de São Paulo.
- ARIENTI, P. F. F. Reestruturação e consolidação do sistema bancário privado brasileiro. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 577 – 600, out 2007. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2148/2532>>. Acesso em: 20/11/2019.
- BACEN. **PROER - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional**. 2019. Online. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fhtms%2Fproer.asp>>. Acesso em: 20/11/2019.
- BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013 [1971].
- BANCO CENTRAL. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Brasília: BACEN, 2016.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Investimento estrangeiro direto. **Censo 1995 e ingressos 1996 a 2000**, 1995 – 2000. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estatisticas/investimento_estrangeiro_direto. Acesso em: 16/11/2019.
- BANCO DO SUL. **Convenio Constitutivo del Banco del Sur**. Porlamar: [s.n.], 2009. Disponível em: <http://apw.cancilleria.gov.co/tratados/AdjuntosTratados/ae342_BANCO%20DEL%20SUR-2009.PDF>. Acesso em: 10/09/2019.
- BANDEIRA, L. A. M. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul. Da Tríplice Aliança ao Mercosul**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BARAKAT, L. L. et al. **Ranking FDC das Multinacionais Brasileiras 2017**. 12. ed. [S.l.]: FDC, 2017.

BBC. Banco do Sul é vitória de Chávez frente ao Brasil, diz 'El País'. **BBC**, out 2007. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/10/071010_pressreview.shtml>. Acesso em: 12/12/2019.

BBC. EUA reativam frota para patrulhar mares latino-americanos. **BBC**, maio 2008. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/05/080508_exercitoeuaalfn.shtml>. Acesso em: 06/01/2019.

BERNAL-MEZA, R. A política exterior do Brasil: 1990-2002. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, n. 1, p. 36 – 71, 2002.

BID-INTAL. Informe Mercosur n. 12, 2006/2007. Banco Interamericano, Buenos Aires, 2007.

BRF. **RELATÓRIO ANUAL**. [S.l.], 2011. Disponível em: <<https://www.brf-global.com/sustentabilidade/como-atuamos/relatorio-anual/>>. Acesso em: 17/11/2019.

BRF. **Relatório anual e de sustentabilidade**. [S.l.], 2014. Disponível em: <<https://www.brf-global.com/sustentabilidade/como-atuamos/relatorio-anual/>>. Acesso em: 21/11/2019.

CARCANHOLO, M. O Banco do Sul - arquitetura institucional e processo de negociação dentro de uma estratégia alternativa de desenvolvimento na América do Sul. In: VIANA, A. R.; BARROS, P. S.; CALIXTRE, A. B. (org.). **Governança global e integração da América do Sul**. 1. ed. Brasília: IPEA, 2011. v. 1, p. 247 – 282.

CARVALHO, C. E. et al. Banco do Sul: A proposta, o contexto, as interrogações e os desafios. **Cadernos PROLAM/USP**, v. 2, Ano 8, p. 113 – 135, 2009.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: UNB, 2011.

CLARÍN. Votorantim le compra 50% de Cementos Avellaneda a la española FCC. **Clarín**, nov 2009. Disponível em: <https://www.clarin.com/ediciones-antteriores/cementera-argentina-pasa-manos-brasilenas_0_ByITz_0TKI.html>. Acesso em: 20/11/2019.

CORRÊA, H. F. de S. **Teorias do imperialismo no século XXI**: (in) adequações do debate no marxismo. 2012. 247 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas) — Universidade Federal Fluminense.

CUCOLO, E. Fusão de bancos aliviou juro para empresas em algumas cidades, diz BC. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Out 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/fusao-de-bancos-aliviou-juro-para-empresas-em-algumas-cidades-diz-bc.shtml>. Acesso em: 18/11/2019.

EXAME. Melhores e Maiores – As 500 maiores empresas do Brasil. **Revista Exame**, ago 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/500-maiores-empresas/>. Acesso em: 15/10/2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. Muda perfil de grande empresário. **Folha de São Paulo**, São Paulo, dez 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc261207.htm>>. Acesso em: 20/11/2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. Fusão Itaú-Unibanco cria maior grupo do Hemisfério Sul; bancários temem demissões. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2008/11/463563-fusao-itaunibanco-cria-maior-grupo-do-hemisferio-sul-bancarios-temem-demissoes.shtml>. Acesso em: 30/09/2019.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010. 388 p.

FURTADO, F. Integração financeira da América do Sul. Banco do Sul: mais do mesmo ou oportunidade histórica? **Oikos**, Rio de Janeiro, n. nº 9, p. 173 – 190, 2008.

G1. BRF vende empresa argentina QuickFood para a Marfrig. **G1**, dez 2018. Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL40248-9356,00-PERDIGAO+FINALIZA+COMPRA+DA+PLUSFOOD.html. Acesso em: 17/11/2019.

GARCIA, A. S. Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta. In: STIFTUNG, I. R. L. (org.). **empresas transnacionais brasileiras na américa latina: um debate necessário**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. cap. Introdução.

GERDAU. **Relato técnico 2016**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<https://ri.gerdau.com/divulgacao-e-resultados/relato-integrado-e-balancos/2016>>. Acesso em: 18/11/2019.

GONÇALVES, R. Capital financeiro, bancário e industrial no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, p. 179 – 189, dez 1999.

GOUVÊA, M. M. de M. **Aproximação ao Debate Marxista sobre a Caracterização do Capitalismo na Virada para o Século XX**. 2012. 149 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional) — Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GOUVÊA, M. M. de M. **Imperialismo e Método**: Apontamentos críticos visando a problemas de tática e estratégia. 2016. 279 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional) — Universidade Federal do Rio de Janeiro.

KATZ, C. **Subimperialismo I: revisión de un concepto**. 2017a. Disponível em: <<https://katz.lahaine.org/seccion/teoria/>>. Acesso em: 03/07/2019.

KATZ, C. **Subimperialismo II: Aplicación actual**. 2017b. Disponível em: <<https://katz.lahaine.org/seccion/teoria/>>. Acesso em: 03/07/2019.

LEITE, L. de M. **O Capital no Mundo e o Mundo do Capital**: uma reinterpretação do imperialismo a partir da Teoria do Valor de marx. 2017. 352 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Economia) — Universidade Federal Fluminense.

LENIN, V. I. **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo**. [S.l.: s.n.], 1917.

LIMA, A. F.; CARVALHO, L. M. de F. O processo de concentração bancária no Brasil de 1995 a 2005: uma comparação internacional. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 7, n. 1, p. 148 – 175.

- LIS, L.; GUTIERREZ, F. Entenda a crise desencadeada no Paraguai pelo acordo com o Brasil sobre Itaipu. **G1**, ago 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/01/entenda-a-crise-desencadeada-no-paraguai-pelo-acordo-com-o-brasil-sobre-itaipu.ghtml>>. Acesso em: 06/01/2020.
- LUCE, M. S. **O subimperialismo brasileiro revisitado**: a política de integração do governo Lula (2003-2007)). 2007. 136 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- LUCE, M. S. **A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini**: Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria. 2011. 225 p. Tese (Programa de Pós Graduação em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- LUCE, M. S. A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil: Evidências da História Recente. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra ruy mauro marini. Brasília: Ipea, 2013a. cap. 6, p. 145 – 165.
- LUCE, M. S. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. **Crítica Marxista**, n. 36, p. 129 – 141, Abr. 2013b.
- LUCE, M. S. **Teoria Marxista da Dependência**: Problemas e categorias. Uma visão Histórica. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 271 p.
- MARFRIG. **Relatório de sustentabilidade 2016**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<https://ri.marfrig.com.br/pt/informacoes-financeiras/relatorios-anuais>>. Acesso em: 18/11/2019.
- MARINI, R. M. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, Era, Mexico, n. 12, p. 21 – 39, Abr./Jun. 1977.
- MARINI, R. M. Dialéctica de la dependencia (1973). In: MARINI, R. M. (Ed.). **América Latina, dependencia y globalización Ruy Mauro Marini Antología**. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008. ISBN 978-958-665-109-7. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/secret/critico/marini/>. Acesso em: 16/05/2019.
- MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013. 272 p.
- MOREIRA, H. C. **O Comércio na América do Sul e oportunidades para o Brasil**. [S.l.], 2007. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/37923-o-comercio-america-sul-oportunidades-o-brasil>. Acesso em: 26/06/2019.
- NOVOA, L. F. O Brasil e seu “desbordamento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. In: STIFTUNG, I. R. L. (org.). **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina**: um debate necessário. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. cap. 5, p. 187 – 204.
- ODEBRECHT. **A Odebrecht História**. 2019. Online. Disponível em: <<https://www.odebrecht.com/pt-br/organizacao-odebrecht/historia>>. Acesso em: 18/11/2019.
- OSCAR, N. Votorantim Cimentos investe no mercado peruano. **O Estado de São Paulo**, Nov 2010. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,votorantim-cimentos-investe-no-mercado-peruano-imp-,641027>>. Acesso em: 20/11/2019.

OSORIO, J. Padrão de Reprodução do Capital: Uma Proposta Teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (org.). **Padrão de Reprodução do Capital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

OSÓRIO, L. F. B. **Imperialismo, Estado e Relações Internacionais**. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

PANORAMABRASIL. Zinco no Peru é a nova compra da Votorantim. **DCI**, Nov 2004. Disponível em: <<https://www.dci.com.br/industria/zinco-no-peru-e-a-nova-compra-da-votorantim-1.42445>>. Acesso em: 20/11/2019.

PAULA, N. M. de; MAZZETTO, T. S. C. Os fluxos de IDE no Brasil nos anos 1990: uma revisão de literatura à luz das transformações em curso. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 3, p. 370 – 380, Jul - Set 2011.

PAULANI, L. M. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados**, USP, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 25 – 39, Jun 2009.

PRADO, F. C. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. **Comunicação & política**, v. 29, n. 2, p. 068 – 094, 2009.

ROCHA, F. A. S. **Evolução da Concentração Bancária no Brasil (1994 - 2000)**. Brasília, n. 11. 2001.

RODRIGUES, C. H. L.; JURGENFELD, V. F. Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC). **Economia e Sociedade**, Unicamp, Campinas, v. 28, n. 2 (66), p. 393 – 420, maio-ago 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182019000200393&tlng=pt>. Acesso em: 20/11/2019.

SALVIANO JÚNIOR, C. **Bancos estaduais: dos problemas crônicos ao Proes**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004. 152 p.

SANAHUJA, J. A. Multilateralismo y regionalismo en clave suramericana: El caso de UNASUR. **Pensamiento Propio**, CRIES, n. 33, jun 2011. Disponível em: <http://www.cries.org/?page_id=33>. Acesso em: 06/01/2020.

SANTOS, T. dos. **Imperialismo y Dependencia**. [S.l.: s.n.], 1970.

SARTI, F.; LAPLANE, M. F. O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. n. 1 (18), p. 63 – 94, jan/jun 2002.

SHELLER, F. Votorantim Cimentos terá fábrica no Uruguai. **O Estado de São Paulo**, ago 2011. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,votorantim-cimentos-tera-fabrica-no-uruguai-imp-,757544>>. Acesso em: 20/11/2019.

SEVERO, L. W. **Integração Econômica e Desenvolvimento da América do Sul: O Brasil e a Desconstrução das Assimetrias Regionais**. 2015. 329 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional) — UFRJ.

SILVA, M. L. da. **A Internacionalização das Grandes Empresas Brasileiras de Capital Nacional nos anos 90**. 2002. 142 p. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) — UNICAMP.

VALOR ECONÔMICO. Os 100 maiores Bancos. **Valor Econômico**, 2017. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/valor1000/2017/ranking100maioresbancos>>. Acesso em: 20/11/2019.

VIGNA, A. As ramificações do escândalo Odebrecht. **Le Monde Diplomatique**, ago 2017. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/as-ramificacoes-do-escandalo-odebrecht/>>. Acesso em: 18/11/2019.

VOTORANTIM CIMENTOS. **Votorantim Cimentos inaugura fábrica na Bolívia**. 2017. Disponível em: <<http://www.votorantimcimentos.com/pt-BR/media-center/news/Paginas/Votorantim-Cimentos-inaugurates-a-new-factory-in-Bolivia.aspx>>. Acesso em: 20/11/2019.

ZIBECHI, R. **Brasil potencia**: Entre la integración regional y un nuevo imperialismo. 1. ed. Bogotá: Difundir LTDA, 2012.